

Universidade Federal de Juiz de Fora
Comissão Própria de Avaliação

**Relatório de Autoavaliação Institucional
2016**



31 de março de 2017

Universidade Federal de Juiz de Fora - UFJF
Relatório Anual de Autoavaliação Institucional 2016
Universidade Federal de Juiz de Fora. Juiz de Fora:
UFJF, 2017. 100p.

1. Avaliação Institucional - Ensino superior. 2. Autoavaliação - UFJF. I. Comissão Própria de Avaliação - CPA. II. Alexandre Haruiti Anzai - Presidente da CPA. III. Diretoria de Avaliação Institucional. IV. Título.

Ministério da Educação
Universidade Federal de Juiz de Fora
Comissão Própria de Avaliação - CPA

Relatório Anual de Autoavaliação Institucional 2016

Juiz de Fora - MG
2017

Administração

Reitor: Marcus Vinicius David

Vice reitora: Girlene Alves da Silva

Pró-Reitor de Assistência Estudantil: Marcos Souza Freitas

Pró-Reitora de Cultura: Valéria de Faria Cristófar

Pró-Reitora de Extensão: Ana Livia de Souza Coimbra

Pró-Reitora de Graduação: Maria Carmem Simões Cardoso de Melo

Pró-Reitor Adjunto de Graduação: Cassiano Caon Amorim

Pró-Reitor de Infraestrutura e Gestão: Marcos Tanure Sanábio

Pró-Reitora Adjunta de Infraestrutura e Gestão: Janezete A. Purgato Marques

Pró-Reitora de Pós-Graduação e Pesquisa: Mônica Ribeiro de Oliveira

Pró-Reitor Adjunto de Pós-Graduação e Pesquisa: Luis Paulo da Silva Barra

Pró-Reitor de Planejamento, Orçamento e Finanças Eduardo A. Salomão Condé

Pró-Reitora de Gestão de Pessoas: Katia Maria Silva de Oliveira e Castro

Diretor de Inovação: Ignacio José Godinho Delgado

Diretora de Relações Internacionais: Bárbara Inês Ribeiro Simões Daibert

Diretor de Ações Afirmativas: Julvan Moreira de Oliveira

Diretor de Imagem Institucional: Márcio de Oliveira Guerra

Diretora de Avaliação Institucional: Michèle Cristina Resende Farage

Secretário-Geral: Rodrigo de Souza Filho

Chefe de Gabinete: Mara de Mendonça Loureiro

Campus Avançado de Governador Valadares

Diretor Geral : Peterson Marco de Oliveira Andrade

Coordenador Administrativo: Ricardo Cunha Grunewald Zarantoneli

Coordenador Acadêmico: Fábio Alessandro Pieri

Comissão Própria de Avaliação

I - Representantes Docentes

1. Ciências Biológicas e da Saúde

Carlos Alberto Mourão Júnior- Titular

Ana Elisa Andreazzi - Suplente

2. Ciências Exatas e da Terra e Engenharias

Alexandre Haruiti Anzai - Titular - Presidente da CPA

Luís Henrique Lopes de Lima - Suplente

3. Ciências Humanas e Sociais Aplicadas, Letras, Linguística e Artes

a indicar- Titular

a indicar - Suplente

4. Educação Básica

Margareth Conceição Pereira - Titular

Ângela Mara de Oliveira Fernandes - Suplente

II - Representantes Discentes da Graduação

1. Laura Matos Vasconcellos - Titular

Eduardo Maia Vieira Silva - Suplente

2. Marcos Aurélio Gomes da Silva - Titular

Arthur Alfredo Nunes Avelar - Suplente

3. Pedro Henrique Santos de Abreu - Titular

Gabrielly Costa Cardoso - Suplente

III - Representante Discente da Pós-Graduação

1. Astrid Sarmiento Cosac - Titular

Gustavo Fernandes Paravizo Mira - Suplente

IV - Representantes dos Técnicos Administrativos em Educação

1. Lia Soares Salermo - Titular
Ricardo José Torres Alves - Suplente
2. Márcio Roberto Lima Sá Fortes - Titular - Vice-Presidente da CPA
Sílvia Regina Netto - Suplente
3. Otávio Joarez de Abreu Bittencourt - Titular
Ana Paula Figueiredo Guedes Delage- Suplente
4. Pedro Henrique Oliveira Cuco - Titular
Fábio Dias dos Santos - Suplente

V - Representante da Administração Universitária

1. Alexandre Abraão Cury - Titular
Michèle Cristina Resende Farage - Suplente

VI - Representante da Sociedade Civil - um (1) membro

1. a indicar - Titular
a indicar - Suplente

VI - Representante da CSPA-GV

1. a indicar - Titular
a indicar - Suplente

Comissão Setorial Própria de Avaliação

Governador Valadares

I - Representantes Docentes

1. **Ciências Sociais Aplicadas**
Anderson de Oliveira Reis - Titular
Vinícius de Azevedo Couto Firme - Suplente
2. **Ciências da Vida**
Leandro de Moraes Cardoso - Titular
Ivanildes Vasconcelos Rodrigues - Suplente

II - Representantes Discentes da Graduação

1. Marinilso Martins Silva Marins - Titular
Vitor Hugo Oliveira Ferreira Mendes - Suplente
2. Pedro Santiago Pereira Zanelatto Carneiro - Titular
a indicar - Suplente

III - Representantes dos Técnicos Administrativos em Educação

1. Erica Aparecida de Sá - Titular
Juliana Carolina de Souza Santos - Suplente
2. a indicar - Titular
a indicar - Suplente

IV - Representantes da Administração do Campus GV

1. Juliana Gonçalves Taveira - Titular - Coordenadora da CSPA
a indicar - Suplente

Colaboração

Diretoria de Avaliação Institucional da UFJF

Michèle Cristina Resende Farage - Diretora

Ana Paula Figueiredo Guedes Delage - Assistente em Educação

Gisella Meneguelli de Souza - Secretária Executiva

Ayane Cristina Martins Germano Pinto - Bolsista de Treinamento Profissional

Sumário

1	Introdução	1
1.1	Dados da Mantenedora	1
1.2	Dados da Mantida	1
1.3	Informações gerais da UFJF – ano de 2016	2
1.3.1	Estrutura Administrativa da UFJF	2
1.3.2	Quantitativos de docentes, discentes e técnicos administrativos em educação	3
1.4	Comissão Própria de Avaliação	10
1.5	Informações sobre a CPA no ano de 2016	11
1.6	Planejamento Estratégico de Autoavaliação	12
1.6.1	Diretoria de Avaliação Institucional	12
1.6.2	Objetivo Principal	12
1.6.3	Objetivos específicos e resultados esperados	13
2	Metodologia	14
3	Eixo 1 - Planejamento e Avaliação Institucional	17
3.1	Relato Institucional	17
3.1.1	Contexto da autoavaliação na UFJF em 2016	17
3.1.2	Indicadores de qualidade da instituição, dos cursos de graduação e dos cursos de pós-graduação	19
3.1.3	Avaliações <i>in loco</i> de cursos de graduação	24
3.2	Considerações gerais sobre o Eixo 1	27
4	Eixo 2 - Desenvolvimento Institucional	27
4.1	Missão e Desenvolvimento Institucional	28
4.1.1	Missão e princípios	28
4.1.2	Objetivos gerais	28
4.1.3	Coerência entre os objetivos gerais traçados no PDI e as ações ins- titucionais	29
4.2	Responsabilidade Social da Instituição	30
5	Eixo 3 - Políticas acadêmicas	36
5.1	Políticas para o Ensino, a Pesquisa e a Extensão	37
5.1.1	Ensino de Graduação	37
5.1.2	Pós-Graduação	38
5.1.3	Pesquisa	40
5.1.4	Extensão	41
5.1.5	Colégio de Aplicação João XXIII	44
5.1.6	Cultura	45
5.1.7	Relações Internacionais	47
5.2	Comunicação com a Sociedade	49

5.2.1	Imagem Institucional	49
5.2.2	Editora UFJF	50
5.3	Políticas de Atendimento ao discente	52
5.3.1	Apoio a discentes na Graduação	52
5.3.2	Ações relacionadas à internacionalização	54
6	Eixo 4 - Políticas de Gestão	56
6.1	Políticas de Pessoal	56
6.1.1	Planos de carreira	58
6.1.2	Programas de qualificação profissional e de melhoria da qualidade de vida de docentes e TAEs	58
6.1.3	Clima institucional, relações interpessoais, estrutura de poder, graus de satisfação pessoal e profissional	59
6.1.4	Aperfeiçoamento e Avaliação de Desempenho	60
6.1.5	Relação com a missão institucional	61
6.1.6	Programas de Qualificação e Capacitação	62
6.1.7	Políticas de assistência e de melhoria da qualidade de vida dos TAEs	62
6.1.8	Comissão Permanente de Pessoal Docente (CPPD)	63
6.2	Considerações finais sobre a Gestão de Pessoas da UFJF	64
6.2.1	Sustentabilidade financeira	65
7	Eixo 5 - Infraestrutura Física	66
7.1	Relato Geral	66
7.2	Sustentabilidade, Transporte, Suprimentos e outras ações	69
7.2.1	Sustentabilidade	69
7.2.2	Transporte	70
7.2.3	Suprimentos	70
7.2.4	Outras ações	71
7.3	Bibliotecas	72
7.3.1	Adequação da infraestrutura	72
7.3.2	Funcionalidade	72
7.3.3	Estado de conservação	73
7.3.4	Características gerais das bibliotecas em termos de infraestrutura física	73
7.3.5	Espaço físico	73
7.3.6	Horários e calendários das bibliotecas	74
7.3.7	Equipamentos	74
7.3.8	Organização e informatização e atualização do acervo	74
7.4	Gestão do Conhecimento	75
7.5	<i>Campus</i> Avançado de Governador Valadares	76
8	Considerações finais	78

Nomenclature

AFD Assentamento Funcional Digital

ANDIFES Associação Nacional de Dirigentes de Instituições Federais de Ensino Superior

APCN Aplicativo de Propostas de Cursos Novos

APG Programa de Apoio a Programas de Pós-Graduação *Stricto Sensu*

ASCOMCER Associação Feminina de Combate ao Câncer de Juiz de Fora

BIC Bolsa de Iniciação Científica

CAEd Centro de Políticas Públicas e Avaliação na Educação

CAMP Coordenação de Movimentação e Avaliação de Pessoas

CAP Coordenação de Administração de Pessoal

CAPES Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior

CAS Centro de Atenção à Saúde

CC Conceito de Curso

CCAAR-2 Código de Catalogação Anglo Americano

CCDP Coordenação de CAPacitação e Desenvolvimento de Pessoas

CDARA Coordenadoria de Assuntos e Registros Acadêmicos

CDC Centro de Difusão do Conhecimento

CDU Classificação Decimal Universal

CEAD Centro de Educação a Distância

CEFET-MG Centro Federal de Educação Tecnológica de Minas Gerais

CEUA Comissão de Ética do Uso de Animais

CFAP Coordenação de Formação, Análise e Planejamento de Pessoal

CGCO Centro de Gestão do Conhecimento Organizacional

CI Conceito Institucional

CIS Comissão Interna de Supervisão

CMDH Collegium Musicum Den Haag

CNPq	Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico
COESF	Coordenação de Execução e Suporte Financeiro
CONAES	Comissão Nacional de Avaliação da Educação Superior
CONGRAD	Conselho Setorial de Graduação
CONSU	Conselho Superior
COSSBE	Coordenação de de Saúde, Segurança e Bem Estar
COSUP	Coordenação de Suprimentos
CPA	Comissão Própria de Avaliação
CPC	Conceito Preliminar de Curso
CPPD	Comissão Permanente de Pessoal Docente
CRITT	Centro Regional de Inovação e Transferência de Tecnologia
CRO	Conselho Regional de Odontologia
CSPA	Comissão Setorial Própria de Avaliação
DAES	Departamento de Avaliação da Educação Superior
DCE	Diretório Central dos Estudantes
DE	Dedicação Exclusiva
DIAAF	Diretoria de Ações Afirmativas
DIAMI	Diretoria de Avaliação Institucional
DRI	Diretoria de Relações Internacionais
EAD	Educação a Distância
EBSERH	Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares
ENADE	Exame Nacional de Avaliação de Desempenho de Estudantes
FACC	FAculdade de Administração e Ciências Contábeis
FACED	FAculdade de Educação
FACOM	FAculdade de Comunicação
FADEPE	Fundaçãõ de Apoio e Desenvolvimento ao Ensino Pesquisa e Extensãõ

FAEFID Faculdade de Educação Física e Desportos

FAPEMIG Fundação de Apoio à Pesquisa do Estado de Minas Gerais

FINEP Financiadora de Estudos e Projetos

FORE Fórum de Residências

GET Grupo Institucional de Educação Tutorial

GV Governador Valadares

HEMOMINAS Fundação Centro de Hematologia e Hemoterapia do Estado de Minas Gerais

HU Hospital Universitário

IAD Instituto de Artes e Design

IAD Instituto de Ciências Humanas

IC Iniciação Científica

ICB Instituto de Ciências Biológicas

ICE Instituto de Ciências Exatas

IES Instituição de Ensino Superior

IFES Instituição Federal de Educação Superior

IGC Índice Geral de Cursos

INCRA Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária.

INEP Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira

IsF Idiomas sem Fronteiras

JF Juiz de Fora

LAEEP Laboratório de Apoio à Estação Experimental de Plantas

LGBTI Lésbicas, Gays, Bissexuais, Transexuais e Intersexuais

LIBRAS Linguagem Brasileira de Sinais

LOA Lei Orçamentária Anual

MAMM Museu de Arte Murilo Mendes

MEC	Ministério da Educação
MRE	Ministério das Relações Exteriores
NASS	Núcleos de Atenção à Saúde do Servidor
NDE	Núcleo Docente Estruturante
NUPEAA	Núcleo de Estudos Africanos e Afro-Brasileiros e da Diáspora
ONG	Organização não governamental
PDI	Plano de Desenvolvimento Institucional
PDICCTAE	Plano de Desenvolvimento dos Integrantes da Carreira dos Cargos Técnico-Administrativos em Educação
PDTI	Plano Diretor de Tecnologia de Informação
PEC-G	Programa Estudante-Convênio de Graduação
PET	Programa de Educação Tutorial
PIBIC	Programa Institucional de Iniciação Científica
PIIGRAD	Programa de Intercâmbio Internacional de Estudantes de Graduação
PIIJoão	Programa de Intercâmbio Internacional de Estudantes do Colégio de Aplicação João XXIII
PISM	Programa de Ingresso Seletivo Misto
PNAES	Plano Nacional de Assistência Estudantil
PNE	Plano Nacional de Educação
PPC	Projeto Pedagógico de Curso
PPG	Programa de Pós-Graduação
PRÓ-VIDA	Programa para a Qualidade de Vida no Trabalho dos Servidores Públicos Federais da UFJF
PROADES	Programa de Avaliação de Desempenho
PROAE	Pró-Reitoria de Assistência Estudantil
PROCAP	Programa de Capacitação
PROCULT	Pró-Reitoria de Cultura

PRODIM	Programa de Redimensionamento das Necessidades Institucionais de Pessoal Técnico-Administrativo em Educação da UFJF
PROEX	Pró-Reitoria de Extensão
PROFIAP	Mestrado Profissional em Administração Pública em Rede Nacional
PROGEPE	Pró-Reitoria de Gestão de Pessoas
PROGRAD	Pró-Reitoria de Graduação
PROHOSP	Programa de Fortalecimento dos Hospitais Públicos
PROINFRA	Pró-Reitoria de Infraestrutura e Gestão
PROPOF	Pró-Reitoria de Planejamento Orçamento e Finanças
PROPP	Pró-Reitoria de Pós-Graduação e Pesquisa
PROQUALI	Programa de Apoio à Qualificação
PU	Projeto de Universalização
RAAI	Relatório de Autoavaliação Institucional
RDC	Regime Diferenciado de Contratações
RH	Recursos Humanos
SCDP	Sistema de Concessão de Diárias e Passagens
SEI	Sistema Eletrônico de Informação
SIAPE	Sistema Integrado de Administração de Recursos Humanos
SIASS	Subsistema Integrado de Atenção à Saúde do Servidor
SIGA	Sistema Integrado de Gestão Acadêmica
SINAES	Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior
SRE	Superintendência Regional de Ensino
SUS	Sistema Único de Saúde
TAE	Técnico Administrativo em Educação
TI	Tecnologia de Informação
UAB	Universidade Aberta do Brasil



UFJF Universidade Federal de Juiz de Fora

UFLA Universidade Federal de Lavras

UFRGS Universidade Federal do Rio Grande do Sul

UFV Universidade Federal de Viçosa

Lista de Tabelas

1	Distribuição de matrículas por tipo de curso.	4
2	Cursos oferecidos pela UFJF no <i>campus</i> sede.	4
3	Cursos de graduação a distância (EAD)	6
4	Cursos de graduação presenciais, em turno integral - <i>campus</i> GV.	6
5	Unidades acadêmicas e distribuição de docentes efetivos no <i>campus</i> sede.	7
6	Unidades acadêmicas e distribuição de docentes efetivos no <i>campus</i> sede.	8
7	Técnico-Administrativos em Educação atuando na UFJF distribuídos por grau de formação - <i>campus</i> Juiz de Fora.	8
8	Técnico-Administrativos em Educação atuando na UFJF distribuídos por grau de formação - <i>campus</i> GV.	9
9	Distribuição de docentes efetivos por regime de trabalho e titulação - <i>campus</i> Juiz de Fora.	9
10	Distribuição de docentes efetivos por regime de trabalho e titulação - <i>campus</i> Governador Valadares.	9
11	Distribuição de docentes temporários por regime de trabalho e titulação - <i>campus</i> Juiz de Fora.	10
12	Distribuição de docentes temporários por regime de trabalho e titulação - <i>campus</i> Governador Valadares.	10
13	Setores consultados na coleta de dados, organizados por eixos e dimensões	16
14	Conceitos Institucionais	19
15	Indicadores dos cursos presenciais de Bacharelado do <i>Campus</i> sede	20
16	Indicadores dos cursos presenciais de Licenciatura do <i>Campus</i> sede	22
17	Indicadores dos cursos em EAD.	22
18	Indicadores da pós-graduação <i>stricto sensu</i>	23
19	Distribuição de conceitos por itens avaliados em cada dimensão.	25

Apresentação

O presente documento consiste no Relatório Parcial de Autoavaliação Institucional da Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF) relativo ao ano de 2016, elaborado pela Comissão Própria de Avaliação (CPA), em atendimento ao estabelecido pelo Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES) do Ministério da Educação (MEC). Trata-se de um importante documento de reflexão e transformação da realidade institucional. Para tanto, a Comissão Própria de Avaliação realizou um levantamento de informações que contou com a participação de diversos setores da UFJF.

A organização deste relatório representou um grande desafio para a Comissão Própria de Avaliação, tendo em vista os seguintes fatos relevantes:

- Após um período de transição na administração da UFJF - precedido da renúncia do então reitor, em novembro de 2015, e de eleições para a Reitoria, com resultado em fevereiro de 2016 - a atual reitoria tomou posse em abril de 2016, promovendo adaptações na estrutura administrativa ¹ da instituição;
- Trata-se do primeiro ano de vigência do atual Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) para o período 2016-2020;
- A aprovação pelo Conselho Superior da UFJF (CONSU), em julho de 2016, do novo regimento para a Comissão Própria de Avaliação (CPA), que instituiu uma importante reformulação da comissão, com a criação da Comissão Setorial Própria de Avaliação (CSPA-GV), instalada no *Campus* Avançado de Governador Valadares (*Campus-GV*);
- A definição da atual composição da CPA, que se deu apenas em outubro de 2016, após a realização de consulta, em agosto e setembro de 2016, às comunidades acadêmicas dos dois *campi* para escolha dos representantes;
- O cenário político nacional, que levou à realização de manifestações e paralisações com ampla adesão de técnico-administrativos em educação, docentes e estudantes nos dois *campi*.

É fato que tais circunstâncias, em particular aquelas relativas à constituição da CPA e da CSPA, afetaram os procedimentos para a coleta de dados institucionais e, conseqüentemente, a elaboração do presente relatório - principalmente no que se refere aos prazos originalmente estabelecidos para cada etapa deste importante processo. Apesar desse contexto, reafirma-se o empenho da CPA no atendimento às diretrizes do SINAES e a expectativa de que este relatório parcial - elaborado conforme orientações constantes da Nota Técnica INEP/DAES/CONAES nº 065 - sirva como instrumento de reflexão e autoconhecimento, para subsidiar o aprimoramento institucional.

¹O organograma proposto será apresentado ao Conselho Superior para análise e aprovação.

1 Introdução

1.1 Dados da Mantenedora

Razão Social: Ministério da Educação

CNPJ: 00.394.445/0188-17

Categoria Administrativa: Pessoa Jurídica de Direito Público - Federal

Endereço: Esplanada dos Ministérios, Plano Piloto, Brasília - DF

CEP: 70047900

Portal: www.emec.gov.br **e-mail:** mec@mec.gov.br

1.2 Dados da Mantida

Razão Social: Universidade Federal de Juiz de Fora - UFJF

Código no MEC: 576

CNPJ: 26.121.806/0001-21

Criação: A Universidade Federal de Juiz de Fora foi criada em 23 de dezembro de 1960, através da Lei nº 3.858, assinada pelo Presidente Juscelino Kubistschek, a partir da agregação de estabelecimentos de ensino superior da cidade, reconhecidos e federalizados, que, então, ofereciam os cursos de Engenharia, Medicina, Ciências Econômicas, Direito, Farmácia e Odontologia.

Finalidade: A declaração da missão da UFJF encontra-se expressa no Art. 5º do Estatuto (Portaria 1.105, 28/09/1998):

A Universidade tem por finalidade produzir, sistematizar e socializar o saber filosófico, científico, artístico e tecnológico, ampliando e aprofundando a formação do ser humano para o exercício profissional, a reflexão crítica, a solidariedade nacional e internacional, na perspectiva da construção de uma sociedade justa e democrática e na defesa da qualidade de vida.

Ato autorizativo Portaria 1.105, de 28 de setembro de 1998

Recredenciamento: Portaria MEC nº 1441 de 7 de outubro de 2011

Endereço: *Campus* Universitário, Bairro Martelos

CEP: 36036-900 Juiz de Fora, MG

Portal: www.ufjf.edu.br **e-mail:** gabinete.reitoria@ufjf.edu.br

Organização Acadêmica: Universidade

1.3 Informações gerais da UFJF – ano de 2016

A Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF) é uma instituição pública vinculada ao Ministério da Educação (MEC), detentora de autonomia administrativa, patrimonial, financeira, didática e disciplinar, que oferece cursos de ensino superior, pós-graduação *lato sensu* e *stricto sensu*, além de atuar, de forma indissociável, nas áreas de pesquisa e extensão. Dividida em dois *campi* (Juiz de Fora e Governador Valadares) e mais 55 polos de educação à distância no estado de Minas Gerais, São Paulo, Mato Grosso, Paraíba, Rio Grande do Sul e Rio de Janeiro, a UFJF é considerada polo científico e cultural da Zona da Mata Mineira e Região Sudeste do país, referência na formação de profissionais qualificados nas áreas de Educação, Saúde e Tecnologia.

Criada em 23 de dezembro de 1960, por ato do então presidente Juscelino Kubitschek, a instituição experimentou uma importante expansão no âmbito do REUNI, acompanhada da evolução em suas áreas de atuação, inclusive com a implantação de um *Campus Avançado* na cidade de Governador Valadares (MG), cujas atividades foram iniciadas em novembro de 2012. A atual reitoria da UFJF iniciou a gestão em 4 de abril de 2016.

1.3.1 Estrutura Administrativa da UFJF

Reitoria

Reitor: Marcus Vinicius David

Vice reitora: Girlene Alves da Silva

Pró-Reitorias

Pró-Reitor de Assistência Estudantil e Educação Inclusiva: Marcos Souza Freitas

Pró-Reitora de Cultura: Valéria de Faria Cristófar

Pró-Reitora de Extensão: Ana Livia de Souza Coimbra

Pró-Reitora de Graduação: Maria Carmem Simões Cardoso de Melo

Pró-Reitor Adjunto de Graduação: Cassiano Caon Amorim

Pró-Reitor de Infraestrutura e Gestão: Marcos Tanure Sanábio

Pró-Reitora Adjunta de Infraestrutura e Gestão: Janezete Aparecida Purgato Marques

Pró-Reitora de Pós-Graduação e Pesquisa: Mônica Ribeiro de Oliveira

Pró-Reitor Adjunto de Pós-Graduação e Pesquisa: Luis Paulo da Silva Barra

Pró-Reitor de Planejamento, Orçamento e Finanças Eduardo A. Salomão Condé

Pró-Reitora de Gestão de Pessoas: Katia Maria Silva de Oliveira e Castro

Diretorias

Diretor de Inovação: Ignacio José Godinho Delgado

Diretora de Relações Internacionais: Bárbara Inês Ribeiro Simões Daibert

Diretor de Ações Afirmativas: Julvan Moreira de Oliveira

Diretor de Imagem Institucional: Márcio de Oliveira Guerra

Diretora de Avaliação Institucional: Michèle Cristina Resende Farage

Secretário-Geral: Rodrigo de Souza Filho

Chefe de Gabinete: Mara de Mendonça Loureiro

Campus de Governador Valadares

Diretor Geral: Peterson Marco de Oliveira Andrade

Coordenador Administrativo: Ricardo Cunha Grunewald Zarantoneli

Coordenador Acadêmico: Fábio Alessandro Pieri

1.3.2 Quantitativos de docentes, discentes e técnicos administrativos em educação

O total de discentes matriculados na UFJF no primeiro período de 2016 é 20197, em cursos de graduação e pós-graduação, presenciais e em Educação à Distância (EAD), inclusive discentes em mobilidade nacional, convênio internacional, graduação e especialização em UAB², conforme a distribuição mostrada na tabela 1.

A tabela 2 lista os cursos de graduação presenciais oferecidos no *campus* sede, os cursos EAD estão mostrados na tabela 3, e os de graduação do *campus* GV são apresentados na tabela 4. As tabelas indicam o total de matrículas em cada curso no ano de 2016.

²Universidade Aberta do Brasil

Tabela 1: Distribuição de matrículas por tipo de curso.

Tipo de curso	Matrículas
Doutorado	715
Mestrado	2080
Especialização	109
Especialização EAD	222
Graduação Presencial	18804
Graduação UAB	1882
Mobilidade Nacional	7
Convênio Internacional	15
Total	23834

Fontes: CDARA e CGCO

Tabela 2: Cursos oferecidos pela UFJF no *campus* sede.

curso presencial	Grau	matriculados em 2016	Observações
Administração	B	373	I e N
Arquitetura e Urbanismo	B	403	
Artes	B,L	7	Curso antigo
Artes Visuais	B,L	80	
Ciência da Computação	B	312	
Ciência da Religião	B,L	82	
Ciências Biológicas	B,L	298	
Ciências Contábeis	B	341	I e N
Ciências Econômicas	B	409	I e N
Ciências Exatas	B	731	
Ciências Sociais	B,L	182	
Cinema e Audiovisual	B	57	
Comunicação Social	B	34	Curso antigo
Design	B	97	
Direito	B	989	I e N
Educação Física	B,L	483	
Enfermagem	B,L	392	
Engenharia Ambiental e Sanitária	B	242	
Engenharia Civil	B	613	
Engenharia Computacional	B	93	
Engenharia de Produção	B	368	
Engenharia Elétrica	B	37	Em extinção
Engenharia Elétrica - Energia	B	251	I e N

Continua na próxima página

Tabela 2 – continuação da página anterior

curso presencial	Grau	matriculados em 2016	Observações
Engenharia Elétrica - Rob. e Autom.Ind. ³	B	281	
Engenharia Elétrica - Sistemas de Potência	B	308	
Engenharia Elétrica - Sistemas Eletrônicos	B	247	
Engenharia Elétrica - Telecomunicações	B	222	
Engenharia Mecânica	B	388	
Estatística	B	56	
Farmácia	B	471	
Filosofia	B,L	140	
Física	B,L	160	
Fisioterapia	B	201	
Geografia	B,L	394	
História	B,L	435	
interdisciplinar em Artes e Design	B	821	
interdisciplinar em Ciência Humanas	B	765	I e N
Jornalismo	B	402	I e N
Letras	B,L	307	
Letras - Espanhol	L	44	
Letras - Francês	L	9	
Letras - Inglês	L	75	
Letras - Italiano	L	10	
Letras - Latim	L	2	
Letras - Português	L	106	
Letras - Libras	L	76	
Matemática	B,L	169	
Medicina	B	1030	
Medicina Veterinária	B	235	
Moda	B	67	
Música	L	35	
Música - Canto	B	11	
Música - Flauta Transversa	B	4	
Música - Piano	B	12	
Música - Violão	B	9	
Música - Violino	B	3	
Música - Violoncelo	B	4	
Música - Composição	B	7	
Nutrição	B	473	
Odontologia	B	453	
Pedagogia	L	311	I e N

Continua na próxima página

³Robótica e Automação Industrial

Tabela 2 – continuação da página anterior

curso presencial	Grau	matriculados em 2016	Observações
Psicologia	B	246	
Química	B	305	
Serviço Social	B	280	I e N
Sistemas de Informação	B	173	
Turismo	B	76	I e N
Convênios - Exterior		15	
Convênios - Outras IFES		7	
Total discentes presenciais		16719	

B - Bacharelado, L - Licenciatura, I - Integral, N - Noturno, (Fonte: SIGA/CDARA)

Tabela 3: Cursos de graduação a distância (EAD)

Curso a distância	Grau	matriculados em 2016
Administração Pública	B	366
Computação	L	278
Educação Física	L	115
Física	L	263
Matemática	L	317
Pedagogia	L	497
Química	L	46
Total		1882

B - Bacharelado, L - Licenciatura, I - Integral, N - Noturno, (Fonte: SIGA/CDARA)

Tabela 4: Cursos de graduação presenciais, em turno integral - *campus* GV.

Curso	Grau	matriculados em 2016
Administração	B	198
Ciências Econômicas	B	159
Ciências Contábeis	B	104
Direito	B	389
Educação Física	B	101
Farmácia	B	170
Fisioterapia	B	174
Medicina	B	361
Nutrição	B	160
Odontologia	B	269
Total		2085

B - Bacharelado, (Fonte: SIGA/CDARA)

A UFJF é organizada em 20 unidades acadêmicas, listadas nas tabelas 5 e 6, que indicam a distribuição de docentes efetivos lotados em cada uma delas, de acordo com o grau de formação.

Em 2016, a UFJF contava com 1571 Técnico-Administrativos em Educação (TAE). Em consulta ao Sistema Integrado de Gestão Acadêmica (SIGA) da UFJF, a distribuição destes, conforme o grau de formação, é dada pelas tabelas 7 e 8.

Tabela 5: Unidades acadêmicas e distribuição de docentes efetivos no *campus* sede.

Unidade	Doutorado	Mestrado	Especialização	Graduação	Total
Colégio de Aplicação João XXIII	38	48	4	2	92
Faculdade de Administração	17	18	0	0	35
Faculdade de Arquitetura e Urbanismo	12	12	0	0	24
Faculdade de Comunicação Social	24	4	1	0	29
Faculdade de Direito	27	12	2	4	45
Faculdade de Economia	20	1	0	1	22
Faculdade de Educação	51	8	0	0	59
Faculdade de Educação Física e Desportos	19	4	1	0	24
Faculdade de Enfermagem	26	14	0	0	40
Faculdade de Engenharia	114	16	0	0	130
Faculdade de Farmácia e Bioquímica	28	0	0	0	28
Faculdade de Fisioterapia	13	3	0	0	16
Faculdade de Letras	46	2	1	0	49
Faculdade de Medicina	84	49	21	2	156
Faculdade de Odontologia	41	3	0	0	44
Faculdade de Serviço Social	17	2	0	0	19
Hospital Universitário	2	1	0	0	3
Instituto de Artes e Design	38	15	2	0	55
Instituto de Ciências Biológicas	112	6	3	1	122
Instituto de Ciências Exatas	159	9	0	0	168
Instituto de Ciências Humanas	109	17	1	0	127
Reitoria	46	5	2	1	54
Total	1043	249	38	11	1341

Fonte: CDARA e CGCO

Tabela 6: Unidades acadêmicas e distribuição de docentes efetivos no *campus* sede.

Unidade	Doutorado	Mestrado	Especialização	Graduação	Total
<i>Campus</i> Avançado Governador Valadares	101	69	11	0	181
Departamento de Ciências Básicas da Vida	4	1	0	0	5
Departamento de Educação Física	0	4	0	0	4
Departamento de Fisioterapia	5	7	0	0	12
Departamento de Medicina	9	4	13	0	26
Diretoria do <i>Campus</i> Governador Valadares	2	0	0	0	2
Instituto de Ciências da Vida	11	1	5	0	17
Instituto de Ciências Sociais Aplicadas	2	5	0	0	7
TOTAL	134	91	29	0	254

Fonte: CDARA e CGCO

Tabela 7: Técnico-Administrativos em Educação atuando na UFJF distribuídos por grau de formação - *campus* Juiz de Fora.

Formação	Quantidade
Alfabetizado sem cursos regulares	4
Ensino Fundamental incompleto	51
Ensino Fundamental completo	27
Ensino Médio	229
Ensino Superior	262
Aperfeiçoamento Nível Superior	2
Especialização Nível Superior	497
Mestrado	315
Doutorado	36
Total	1423

Fonte: Base de dados SIGA-RH.

O total de docentes efetivos é de 1595 e de temporários é de 180. As tabelas 9, 10, 11 e 12 mostram, respectivamente, as distribuições de docentes efetivos e temporários por titulação, vínculo e regime de trabalho no ano de referência.

Tabela 8: Técnico-Administrativos em Educação atuando na UFJF distribuídos por grau de formação - *campus* GV.

Formação	Quantidade
Ensino Fundamental incompleto	1
Ensino Medio	35
Ensino Superior	47
Especializacao Nível Superior	64
Doutorado	1
Total	148

Fonte: Base de dados SIGA-RH.

Tabela 9: Distribuição de docentes efetivos por regime de trabalho e titulação - *campus* Juiz de Fora.

Titulação	Regime de trabalho			Total
	20 Horas	40 Horas	DE	
Graduado	1	6	4	11
Especialista	11	9	18	38
Mestres	37	17	195	249
Doutores	53	31	959	1043
Total	102	63	1176	1341

Fonte: Base de dados SIGA-RH.

Tabela 10: Distribuição de docentes efetivos por regime de trabalho e titulação - *campus* Governador Valadares.

Titulação	Regime de trabalho			Total
	20 Horas	40 Horas	DE	
Graduado	0	0	0	0
Especialista	29	0	0	29
Mestres	3	0	88	91
Doutores	5	0	129	134
Total	37	0	217	254

Fonte: Base de dados SIGA-RH.

Tabela 11: Distribuição de docentes temporários por regime de trabalho e titulação - *campus* Juiz de Fora.

Titulação	Regime de trabalho		Total
	20 Horas	40 Horas	
Graduado	10	36	46
Especialista	14	12	26
Mestres	18	53	71
Doutores	2	6	8
Total	44	107	151

Fonte: Base de dados SIGA-RH.

Tabela 12: Distribuição de docentes temporários por regime de trabalho e titulação - *campus* Governador Valadares.

Titulação	Regime de trabalho		Total
	20 Horas	40 Horas	
Graduado	2	13	15
Especialista	2	4	6
Mestres	0	8	8
Doutores	0	0	0
Total	4	25	29

Fonte: Base de dados SIGA-RH.

1.4 Comissão Própria de Avaliação

De acordo com a Resolução no 50/2016 CONSU, a Comissão Própria de Avaliação (CPA) da UFJF possui uma Comissão Setorial Própria de Avaliação do *Campus*-GV (CSPA-GV), sendo composta como descrito a seguir.

CPA:

- a) Quatro docentes do quadro efetivo da UFJF, com lotação no *campus* sede, sendo um representante para cada uma das seguintes áreas:
- Ciências Exatas, da Terra e Engenharias;
 - Ciências Biológicas e da Saúde;
 - Ciências Humanas e Sociais Aplicadas, Letras, Linguística e Artes;
 - Educação Básica.

- b) Quatro discentes regularmente matriculados na UFJF, *campus* sede, dos quais:
 - três discentes da graduação e
 - um representante da pós-graduação.
- c) Quatro técnico-administrativos em educação (TAEs) do quadro efetivo da UFJF, *campus* sede;
- d) Um representante da sociedade civil;
- e) Um representante da administração universitária;
- f) Um representante da CSPA-GV.

CSPA-GV:

- a) Dois docentes do quadro efetivo da UFJF, lotados no *campus* GV, sendo um representante para cada uma das seguintes áreas:
 - Ciências da Vida e
 - Ciências Sociais Aplicadas
- b) Dois discentes regularmente matriculados na UFJF - *campus* GV;
- c) Dois técnico-administrativos em educação (TAEs) do quadro efetivo da UFJF-*campus* GV;
- d) Um representante da sociedade civil;
- e) Um representante da administração do *campus* GV.

1.5 Informações sobre a CPA no ano de 2016

O ano de 2016 foi de transição para a Comissão Própria de Avaliação (CPA) da UFJF. A gestão 2013-2016 foi substituída em outubro pela gestão 2016-2019, conforme Portaria nº 1258, de 25 de outubro de 2016. Ainda de acordo com o novo regimento, aprovado em reunião de Conselho Superior (CONSU) no dia 20/07/2016, através da Resolução nº 50/2016, a Comissão Setorial Própria de Avaliação (CSPA) foi constituída no *campus* avançado de Governador Valadares para atuar em ações específicas no *campus* em questão e nomeada através da Portaria nº 17/2017.

Antes da transição, a comissão anterior trabalhou na coleta de dados de informações referentes ao ano de 2015, participou das avaliações *in loco* promovidas pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP), elaborou e participou da aprovação do novo Regimento da Comissão (acima citado) e também conduziu o processo eleitoral dos novos membros. Todas as ações tiveram o apoio da Diretoria de Avaliação Institucional (DIAVI) na execução e divulgação das atividades afins.

Em setembro, tendo em vista que muitas vagas não receberam inscrições nas eleições realizadas através do Sistema Integrado de Gestão Acadêmica (SIGA), os candidatos eleitos pela comunidade acadêmica no pleito optaram por solicitar que cada categoria fizesse a eleição entre seus pares, através de assembleias, para comporem a CPA, ação

apoiada pela Administração Superior da Universidade. Para a CSPA, sugeriu-se, também, o mesmo procedimento e foi recebida, em dezembro do mesmo ano, a indicação dos nomes e das respectivas vagas preenchidas. Dessa forma, constituíram-se as atuais Comissão Própria e Setorial de Avaliação da UFJF.

Vale lembrar que, no fim do ano, houve a greve dos técnico-administrativos em educação (TAEs) e docentes, assim como o protesto e a ocupação da Reitoria por parte dos alunos. Tal ação durou, aproximadamente, dois meses. Mesmo assim, a nova gestão iniciou os trabalhos, focada na elaboração dos instrumentos para a coleta de dados que compõem este Relatório de Autoavaliação Institucional 2016 (RAAI) e nas formas de divulgação e solicitação das informações pertinentes e fundamentais para este processo.

1.6 Planejamento Estratégico de Autoavaliação

1.6.1 Diretoria de Avaliação Institucional

Na UFJF, a Diretoria de Avaliação Institucional é um setor diretamente vinculado à Reitoria, cujas funções principais são:

- Prover suporte operacional à CPA na realização da autoavaliação institucional;
- Implementar instrumentos para a autoavaliação de cursos;
- Orientar coordenações de curso e discentes quanto à participação no ENADE;
- Apoiar e acompanhar todos os processos de avaliação externa - institucional e de cursos.

Em suma, cabe à Diretoria de Avaliação Institucional acompanhar e apoiar os processos de avaliação externa e interna na UFJF, além de realizar atividades de sensibilização da comunidade acadêmica para a importância da avaliação.

O Planejamento de Autoavaliação da UFJF para o período 2016-2020 foi elaborado pela Diretoria de Avaliação Institucional, conforme atribuições do setor estabelecidas no Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI), estando apresentado na seguinte estrutura:

- Objetivo principal;
- Objetivos específicos;
- Resultados esperados.

1.6.2 Objetivo Principal

O Projeto de Autoavaliação da UFJF tem por objetivo principal aprimorar a Avaliação Institucional, fortalecendo o papel da CPA, visando à obtenção de critérios e indicadores específicos que contribuam para a melhoria dos processos acadêmicos e administrativos, a consolidação de cursos - e, em particular, do *Campus* Avançado de Governador Valadares - de modo a promover a constante evolução na eficiência e na eficácia Institucionais, tanto

na prestação de serviços à comunidade interna quanto no que concerne a responsabilidade social da universidade pública.

1.6.3 Objetivos específicos e resultados esperados

1. Sensibilização da comunidade acadêmica quanto à importância da avaliação

Resultados esperados

- (a) participação de docentes, discentes e TAEs nos processos de avaliação;
- (b) interesse da comunidade acadêmica em participar da CPA.

2. Consolidação da CPA na UFJF, à luz do regimento recém-aprovado

Resultados esperados

- (a) Integração, troca de experiências e informações entre os representantes da CPA nos dois *campi*;
- (b) Melhoria da infra-estrutura disponível para a CPA;
- (c) Elaboração de plano de trabalho trienal;
- (d) Visibilidade dos resultados do trabalho da CPA;
- (e) Capacitação dos representantes da CPA para os processos de autoavaliação nos dois *campi*.

3. Implementação de instrumentos para a participação da comunidade acadêmica nos processos de autoavaliação institucional e de cursos.

Resultados esperados

- (a) Aplicação de questionários eletrônicos para avaliação de atividades acadêmicas;
- (b) Aplicação de questionários eletrônicos para levantamento de informações institucionais voltadas para o Relatório de Autoavaliação anual da UFJF;
- (c) Incorporação da avaliação de cursos à avaliação institucional na UFJF;
- (d) Participação direta da comunidade acadêmica na coleta de informações institucionais.

4. Promoção da autoavaliação de cursos de modo institucional e sistemático, tendo como base os resultados das avaliações internas e os relatórios de avaliações externas.

Resultados esperados

- (a) Motivação para os colegiados e NDEs realizarem análises periódicas e sistemáticas dos Projetos Pedagógicos de Cursos de Graduação;
- (b) Melhoria dos conceitos de cursos e, em consequência, do conceito da instituição nos processos de avaliação externa.

5. Reconhecimento efetivo da autoavaliação institucional como uma ferramenta de autoconhecimento e diagnóstico da realidade na UFJF.

Resultados esperados

- (a) Incorporação dos resultados das avaliações internas e externas no planejamento institucional;
 - (b) Melhoria do conceito da instituição nos processos de avaliação externa.
6. Garantia do cumprimento da legislação relativa a avaliação e autoavaliação na UFJF, em particular o disposto na Lei SINAES.

Resultados esperados

- (a) Estabelecimento de uma metodologia eficiente e eficaz para a coleta de dados e elaboração do relatório de autoavaliação institucional, sob responsabilidade da CPA;
- (b) Atendimento aos prazos e datas estabelecidos pelo MEC e pelo INEP;
- (c) Melhoria nos processos internos relacionados ao ENADE, com a atuação conjunta da Diretoria de Avaliação Institucional e Pró-Reitoria de Graduação.

2 Metodologia

Como já mencionado, fatores diversos retardaram o cronograma de atividades de coleta de dados institucionais, iniciadas em outubro de 2016. Dadas as circunstâncias, este relatório parcial de autoavaliação apresenta informações de cunho predominantemente qualitativo, sem o desenvolvimento de análises comparativas - o que será realizado quando da elaboração do relatório trienal referente ao período 2015-2017.

Cabe observar que a cada setor consultado (vide tabela 13) foi solicitado um breve relato autoavaliativo - e o presente documento traz a compilação do conjunto de informações recebidas pela CPA, sem a pretensão de se realizar uma análise aprofundada, uma vez que se trata da versão parcial do Relatório de Autoavaliação.

As informações aqui constantes foram fornecidas por diversos setores da UFJF, através de formulários eletrônicos específicos de coleta de dados. A exiguidade do tempo impediu a realização de visitas aos setores da UFJF para divulgação e orientação quanto à metodologia de coleta de dados, etapa da metodologia para a Autoavaliação Institucional relativa ao ano de 2016 consistiu em:

- envio de questionários eletrônicos aos setores responsáveis pelas informações institucionais para coleta de relatos autoavaliativos, acompanhados de uma *Cartilha Orientadora para Elaboração do Relatório de Autoavaliação* - a exemplo do que é realizado no CEFET-MG⁴;

⁴Em outubro de 2016, a pedagoga Jacqueline Moreno, integrante da CPA do CEFET-MG, ministrou uma Oficina de Autoavaliação Institucional na UFJF, cujo objetivo principal foi o de capacitar os membros da CPA para os processos de autoavaliação.

- compilação das informações fornecidas pelos setores para elaboração do relatório parcial;
- análise e aprovação do relatório pela CPA.

A tabela 13 apresenta os setores responsáveis pela coleta dos dados e informações, que foi realizada através dos questionários eletrônicos disponíveis no *site* da CPA⁵. Tais instrumentos foram empregados pela CPA pela primeira vez - tomando como exemplo aqueles adotados na UFRGS⁶.

Além dos instrumentos adotados aqui - os quais serão aprimorados e mais bem adaptados à realidade institucional da UFJF a partir de sugestões e críticas dos respondentes - a partir do ano de 2017 a CPA irá dispor de dados obtidos a partir da consulta aos três segmentos da comunidade acadêmica, através de formulários eletrônicos que se encontram em desenvolvimento pela Diretoria de Avaliação Institucional para aplicação através do Sistema Integrado de Gestão Acadêmica (SIGA). Para este fim, o Centro de Gestão do Conhecimento Organizacional (CGCO) iniciou em junho de 2016 o desenvolvimento de um Módulo de Avaliação no SIGA, com previsão de implementação para testes a partir de abril de 2017.

⁵Os formulários estão disponíveis no *link*: <http://www.ufjf.br/cpa>

⁶Os formulários empregados pela UFRGS estão disponíveis em <http://www.ufrgs.br/sai/formulario-raa>.

Tabela 13: Setores consultados na coleta de dados, organizados por eixos e dimensões

Eixo	Dimensão	Setor
1	8	Diretoria de Avaliação Institucional
2	1	Pró-Reitoria de Planejamento, Orçamento e Finanças
	3	Pró-Reitoria de Apoio Estudantil
		Hospital Universitário
		Faculdade de Odontologia
3	2	Coordenação de Sustentabilidade
		Diretoria de Relações Internacionais
		Diretoria de Inovação/CRITT
		Pró-Reitoria de Cultura
		Pró-Reitoria de Extensão
		Diretoria de Ações Afirmativas
		Pró-Reitoria de Extensão
		Pró-Reitoria de Graduação
		Centro de Educação a Distância
		Colégio de Aplicação João XXIII
Pró-Reitoria de Pós-Graduação e Pesquisa		
4	4	Editora Universitária
		Diretoria de Imagem Institucional
	9	Diretoria de Relações Internacionais
4	5	Pró-Reitoria de Graduação
		Pró-Reitoria de Gestão de Pessoas
		Comissão Permanente de Pessoal Docente
4	6	Pró-Reitoria de Planejamento, Orçamento e Finanças
	10	Pró-Reitoria de Planejamento, Orçamento e Finanças
	Biblioteca Central	
5	7	Administração do <i>Campus</i> Avançado de GV
		Centro de Gestão do Conhecimento Organização
		Pró-Reitoria de Infraestrutura e Gestão

3 Eixo 1 - Planejamento e Avaliação Institucional

O Eixo 1 trata do Planejamento e Avaliação Institucional e é apresentado através do *Relato Institucional*, cujo foco é a *evolução acadêmica da IES*. São apresentados, neste item, os indicadores de qualidade da instituição, conferidos pela avaliação externa, e as ações voltadas para o aprimoramento das ações de autoavaliação de cursos e institucional.

3.1 Relato Institucional

Este relato institucional tem a função de descrever e identificar os principais elementos do processo avaliativo da UFJF em relação ao PDI e os documentos institucionais avaliativos do período, com foco na evolução acadêmica da UFJF.

Será, inicialmente, feita uma breve contextualização do ambiente institucional em 2016 - ano marcado pela transição.

3.1.1 Contexto da autoavaliação na UFJF em 2016

O ano de 2016 na UFJF foi marcado pela transição em diversos aspectos - ainda sob os reflexos de importantes eventos ocorridos no segundo semestre de 2015 - em particular, a tragédia do Rio Doce, que afetou sobremaneira a cidade de Governador Valadares, levando à interrupção das atividades no *Campus Avançado* da UFJF por várias semanas. Além desse fato, merecem destaque os seguintes acontecimentos:

- em novembro de 2015, deu-se a renúncia do então reitor, após 14 meses de gestão;
- novas eleições para a reitoria foram realizadas em um processo que se estendeu até fevereiro de 2016;
- definido o resultado da consulta, instituiu-se uma equipe de transição, com o intuito de avaliar a situação dos setores administrativos da UFJF;
- em 04 de abril de 2016, deu-se a posse da atual gestão.

Com relação, especificamente, à Comissão Própria de Avaliação, composta por uma quase totalidade de representantes eleitos pelos pares, a situação em abril de 2016 era a seguinte:

- o regimento então vigente era anterior à criação do *Campus Avançado* de GV e, portanto, não contemplava as necessidades da UFJF;
- uma proposta de regimento aguardava aprovação do Conselho Superior da UFJF;
- a composição da CPA, que deveria ter sido renovada em abril de 2015, fora prorrogada, por determinação da própria CPA, aguardando a aprovação do novo regimento para a realização de eleições da nova representação, responsável pela condução da autoavaliação institucional em 2016.

Quanto à Diretoria de Avaliação Institucional, cujas funções estão descritas no item 1.6.1, a equipe de transição identificou, entre outros pontos, que o setor carecia de um espaço físico próprio e exclusivo, além de apresentar um quadro insuficiente de recursos humanos - um TAE apenas.

Em 20/07/2016, foi aprovado o atual regimento da CPA, através da resolução CONSU nº50/2016. A partir daí, em atendimento ao disposto no regimento próprio, a composição 2013-2016 da CPA conduziu o processo eleitoral para escolha das representações - contando com o apoio da Diretoria de Avaliação Institucional na execução e divulgação das atividades afins. Esse processo ocorreu entre agosto e setembro de 2016 - tendo a consulta sido realizada através do Sistema Integrado de Gestão Acadêmica da UFJF (SIGA). A CPA 2016-2019 foi designada em outubro de 2016 pela Portaria nº 1258/2016, e a CSPA-GV foi designada em janeiro de 2017, pela Portaria nº 17/2017, para atuar em ações específicas do *Campus-GV*. Ressalta-se que ocorreu uma renovação quase completa nas representações, que, na grande maioria, não têm qualquer experiência prévia em processos de autoavaliação institucional. Isto posto, a Diretoria de Avaliação Institucional promoveu uma *Oficina de Avaliação Institucional*, nos dias 05 e 06 de outubro, no *Campus JF*, com o objetivo principal de capacitar a nova CPA para os processos de autoavaliação. Ministrada pela Pedagoga Jacqueline Moreno, membro da CPA do CEFET-MG (Belo Horizonte), a oficina teve 16 horas de duração e contou com cerca de 15 participantes, em seminários sobre os temas:

- O Sistema de Avaliação Educacional Superior no Brasil;
- Indicadores de Avaliação - SINAES;
- Apresentação do novo instrumento de avaliação;
- Dinâmica: Painel Integrado.

Observa-se que, em decorrência do cenário político nacional, os últimos meses de 2016 na UFJF, assim como em um grande número de instituições de ensino superior do país, foram marcados por manifestações e paralisações, às quais aderiram técnico-administrativos em educação (TAEs), docentes e discentes - com reflexos significativos na atuação da CPA, que afetaram o cronograma de atividades de autoavaliação institucional para a elaboração do presente relatório parcial. Em outubro, a CPA recém-designada iniciou as discussões para definição dos instrumentos de coleta de dados institucionais, formas de divulgação e solicitação das informações pertinentes e fundamentais para este processo, conforme a metodologia descrita no item 2.

Neste relato, apresentado à guisa de análise da avaliação na instituição durante o ano de 2016, serão aqui apresentados os seguintes tópicos:

- indicadores de qualidade atribuídos à instituição e aos cursos de graduação e de pós-graduação pelos organismos responsáveis pela avaliação externa: conceitos ENADE, Conceito Provisório de Curso (CPC) e Conceito de Curso (CC), Conceito Institucional (CI) e Índice Geral de Cursos (IGC) - resultantes das avaliações conduzidas

pelo INEP - e os conceitos atribuídos aos cursos de pós-graduação pela CAPES, com base nas informações colhidas através da Plataforma Sucupira;

- relato dos processos de avaliação *in loco* realizados pelo INEP no ano de 2016

Por fim, as ações de autoavaliação implementadas na UFJF serão confrontadas com o disposto no PDI - e, mais especificamente, com o Plano Estratégico de Autoavaliação descrito no item 1.6.

3.1.2 Indicadores de qualidade da instituição, dos cursos de graduação e dos cursos de pós-graduação

Instituição

Serão aqui considerados os resultados de avaliações *in loco* de cursos até 2016 e os conceitos relacionados às edições do ENADE realizadas até o ano de 2014. As análises de resultados dos cursos participantes do ENADE 2015 serão apresentadas no RAAI-2017, uma vez que não foram divulgados os resultados do exame até dezembro de 2016. Os indicadores da UFJF em 2015 são mostrados na tabela 14.

Tabela 14: Conceitos Institucionais

Indicador	Conceito
CI	4 (2010)
IGC	4 (2015)
EAD*	3 (2016)

* Recredenciamento para oferta de cursos em EAD.

O conceito institucional 4 foi atribuído à UFJF pela comissão que realizou a avaliação *in loco*, em 2010. O IGC, também igual a 4, se manteve após as avaliações de cursos ocorridas até o ano de 2014 - através do ENADE e *in loco* - cujos conceitos encontram-se nas tabelas 15, 16 e 17.

Com relação ao Recredenciamento para oferta de cursos em EAD, o parecer homologado e publicado em 19/8/2016 no Diário Oficial da União, na forma da portaria nº 945/2016, destaca aspectos da autoavaliação institucional que merecem consideração, haja vista o trecho aqui reproduzido:

“A autoavaliação institucional foi avaliada como insuficiente, tendo em vista que houve falha na articulação entre o PDI e o processo de avaliação. Segundo a comissão, a ausência de uma metodologia foi um dos argumentos colocados pela própria CPA, que reconheceu, conforme o constante em seu relatório datado de 2009 a 2011, a pág. 24, que as ações da CPA não foram suficientes para estabelecer uma articulação com o PDI.”

Daí a importância do que foi estabelecido no Planejamento Estratégico de Avaliação, na sessão 1.6 - uma vez que a autoavaliação deve ser um instrumento de diagnóstico e

autoconhecimento a ser aplicado na melhoria dos processos acadêmicos, administrativos e na resposta da Universidade às demandas da sociedade.

Graduação

Os conceitos dos cursos de graduação da UFJF oferecidos no *Campus* Juiz de Fora são apresentados nas seguintes tabelas:

- Cursos Presenciais de Bacharelado: tabela 15
- Cursos Presenciais de Licenciatura: tabela 16
- Cursos à Distância do *Campus* Sede: tabela 17.

Apresentam-se os conceitos constantes do sistema e-MEC, desprezando-se aqueles anteriores ao ano de 2013. Alguns cursos encontram-se *sem conceito* por estarem em processo de reconhecimento pelo MEC. Nos casos em que o CPC é mais atual que o CC, este último foi desconsiderado.

Os 10 cursos de bacharelado oferecidos no *Campus* GV não possuem conceito, uma vez que todos se encontravam em processo de reconhecimento e, até o final do ano de 2016, não houve divulgação dos resultados do ENADE 2015.

Tabela 15: Indicadores dos cursos presenciais de Bacharelado do *Campus* sede

Curso	ENADE	CPC	CC
Administração	5	5	-
Arquitetura e Urbanismo	3	3	-
Ciência da Computação (diurno)	4	4	-
Ciência da Computação (noturno)	4	4	-
Ciências Biológicas	4	4	4
Ciências Contábeis	-	-	-
Ciências Econômicas	4	4	-
Ciências Exatas	-	-	4
Ciências Sociais	3	4	-
Direito (diurno)	5	5	-
Direito (noturno)	5	5	-
Educação Física	4	4	4
Enfermagem	5	4	-
Engenharia Ambiental e Sanitária	5	4	-
Engenharia Civil	4	4	-
Engenharia Computacional	5	5	-
Engenharia de Produção	5	5	-

Continua na próxima página

Tabela 15 – continuação da página anterior

Curso	ENADE	CPC	CC
Engenharia Elétrica (diurno, em extinção)	4	4	-
Engenharia Elétrica (noturno, em extinção)	4	4	-
Engenharia Elétrica - Energia	4	-	4
Engenharia Elétrica - Robótica e Automação Industrial	4	-	4
Engenharia Elétrica - Sistemas de Potência	4	-	3
Engenharia Elétrica - Sistemas Eletrônicos	4	-	4
Engenharia Elétrica - Telecomunicações	4	4	4
Engenharia Mecânica	5	4	4
Farmácia	5	5	-
Filosofia	4	4	-
Física	5	5	-
Fisioterapia	5	4	-
Geografia	3	3	4
História	3	4	4
Interdisciplinar em Artes e Design	-	-	4
Interdisciplinar em Ciências Humanas	-	-	4
Jornalismo (diurno)	5	4	-
Jornalismo (noturno)	5	4	-
Letras	4	3	3
Letras - Francês	-	-	-
Letras - Inglês	-	-	-
Letras - Italiano	-	-	-
Letras - Latim	-	-	-
Matemática	5	5	3
Medicina	4	3	5
Medicina Veterinária	-	-	-
Nutrição	5	4	-
Odontologia	4	4	-
Psicologia	5	4	-
Química	3	3	-
Serviço Social	5	4	-
Sistemas de Informações	5	-	5
Turismo	3	3	-

Obs: Foram desconsiderados os indicadores de CC com datas anteriores a 2013 e com datas anteriores ao ano do CPC.

Tabela 16: Indicadores dos cursos presenciais de Licenciatura do *Campus* sede

Curso	ENADE	CPC	CC
Artes (em extinção)	-	-	-
Artes Visuais	-	-	-
Ciências Biológicas	4	3	-
Ciências Sociais	5	5	-
Educação Física	3	3	-
Enfermagem	-	-	3
Filosofia	3	4	-
Física	-	-	3
Geografia	4	3	-
História	5	4	-
Letras	4	3	-
Letras - Espanhol	-	-	-
Letras - Francês	-	-	-
Letras - Inglês	-	-	-
Letras - Italiano	-	-	-
Letras - Latim	-	-	-
Letras - Português	-	-	-
Letras - Português e Francês	-	-	-
Matemática (diurno)	3	4	-
Matemática (noturno)	3	-	4
Pedagogia	4	4	-
Química (diurno)	4	4	-
Química (noturno)	-	-	4

Obs: Foram desconsiderados os indicadores de CC com datas anteriores a 2013 e com datas anteriores ao ano do CPC.

Tabela 17: Indicadores dos cursos em EAD.

Curso	Grau	Enade	CPC	CC
Administração	Bacharelado	-	-	4
Administração Pública	Bacharelado	-	-	4
Educação Física	Licenciatura	-	-	-
Matemática	Licenciatura	-	-	-
Pedagogia	Licenciatura	-	-	-
Química	Licenciatura	4	4	-

Pós-Graduação *Stricto Sensu*

Os conceitos dos cursos de pós-graduação *stricto sensu* da UFJF - Mestrado Acadêmico (M), Doutorado (D) e Mestrado Profissional (F) podem ser vistos na tabela 18.

Tabela 18: Indicadores da pós-graduação *stricto sensu*

Curso	Modalidade	M	D	F
Administração	Acadêmico	3	-	-
Administração Pública	Profissional	-	-	3
Ambiente Construído	Acadêmico	3	-	-
Artes, cultura e linguagens	Acadêmico	3	-	-
Física	Acadêmico	-	5	-
Física (ProFis)	Profissional	-	-	4
Física	Acadêmico	4	4	-
Física	Acadêmico	-	4	-
Ecologia	Acadêmico	4	4	-
Ciência da Computação	Acadêmico	3	-	-
Ciência e Tecnologia do Leite e Derivados	Profissional	-	-	4
Ciências Biológicas I	Acadêmico	4	4	-
Ciências Biológicas II	Acadêmico	4	4	-
Comunicação	Acadêmico	4	-	-
Direito e Inovação	Acadêmico	3	-	-
Economia	Acadêmico	4	4	-
Educação	Acadêmico	4	4	-
Educação	Profissional	-	-	3
Educação Física	Acadêmico	3	-	-
Educação Física	Acadêmico	4	4	-
Enfermagem	Acadêmico	3	-	-
Engenharia Civil	Acadêmico	3	-	-
Engenharia Elétrica	Acadêmico	4	4	-
Ensino	Profissional	-	-	3
Ciências Farmacêuticas	Acadêmico	3	-	-
Geografia	Acadêmico	3	-	-
História	Acadêmico	5	5	-
Modelagem Computacional	Acadêmico	4	4	-
Letras (ProfLetras)	Profissional	-	-	4
Letras/Linguística	Acadêmico	4	4	-
Matemática	Acadêmico	3	-	-
Matemática	Profissional	-	-	5
Medicina	Acadêmico	5	5	-
Odontologia	Acadêmico	3	-	-

Continua na próxima página

Tabela 18 – continuação da página anterior

Curso	Modalidade	M	D	F
Psicologia	Acadêmico	4	4	-
Química	Acadêmico	4	4	-
Química	Acadêmico	5	5	-
Saúde Coletiva	Profissional	-	-	3
Saúde Coletiva	Acadêmico	4	4	-
Serviço Social	Acadêmico	4	-	-
Sociologia	Acadêmico	4	4	-
Teologia	Acadêmico	5	5	-

M - Mestrado Acadêmico, F - Mestrado Profissiona, D - Doutorado

3.1.3 Avaliações *in loco* de cursos de graduação

É atribuição da Diretoria de Avaliação Institucional apoiar e orientar as Coordenações de Curso no preenchimento dos Formulários Eletrônicos, na preparação e na recepção das comissões avaliadoras. Em 2015, três cursos de graduação receberam visitas para avaliação *in loco*: Ciências Econômicas - *Campus GV*, Estatística e Bacharelado em Artes e Design. Os resultados são resumidos a seguir - estando os relatórios completos disponíveis no site da Diretoria de Avaliação Institucional⁷.

Ciências Econômicas - *Campus GV*

O curso de Ciências Econômicas do *Campus GV* foi avaliado *in loco* no período de 25 a 28 de março de 2016 para fins de reconhecimento. Embora apenas um avaliador tenha comparecido, este realizou a avaliação - contrariando o estabelecido em norma específica. Até a data de elaboração do presente relatório parcial, não havia qualquer resposta do INEP acerca dessa situação.

Cabe observar que, em 2016, ocorreu a primeira colação de grau do curso - e a primeira participação no ENADE, cujo resultado ainda não havia sido divulgado até o final do ano de 2016.

Estatística

O curso de Estatística - que não é avaliado através do ENADE - recebeu a comissão de avaliação do INEP para fins de renovação de reconhecimento no período de 22 a 25/05/2016. Os avaliadores concluíram que *o curso de Bacharelado em Estatística da Universidade Federal de Juiz de Fora - UFJF apresenta um perfil bom de qualidade, conferindo-lhe o conceito 3*.

⁷ Site da Diretoria de Avaliação Institucional: <http://www.ufjf.br/diavi>

Os conceitos atribuídos a cada dimensão foram:

- **Dimensão 1 - Organização didático-pedagógica:** 2,5;
- **Dimensão 2 - Corpo docente e tutorial:** 3,5;
- **Dimensão 3 - Infraestrutura:** 3,2.

A distribuição dos conceitos por item de avaliação é apresentada na tabela 19.

Tabela 19: Distribuição de conceitos por itens avaliados em cada dimensão.

Conceito	Dimensão 1		Dimensão 2		Dimensão 3	
	Quantidade	%	Quantidade	%	Quantidade	%
1	1	7,14%	1	9,10%	-	-
2	7	50,0%	3	27,3%	2	22,2%
3	5	35,7%	1	9,10%	4	44,4%
4	-	-	1	9,10%	2	22,2%
5	1	7,14%	5	45,5%	1	11,1%

A dois itens foi atribuído o conceito **1**, quais sejam:

- *item 1.15. Ações decorrentes dos processos de avaliação do curso:* a comissão não identificou *qualquer ação decorrente a avaliação de curso*, e, ainda, observou que o relatório de avaliação gerado pela visita *in loco*, em 2012, não era de conhecimento do corpo discente do curso
 - esse resultado reforça a necessidade de se implementarem as medidas previstas na seção 1.6, para sensibilização da comunidade acadêmica em relação à autoavaliação, efetivamente implementando instrumentos de participação na avaliação de cursos e institucional e promovendo medidas efetivas e eficazes de incorporação dos resultados ao planejamento da UFJF e na melhoria contínua dos Projetos Pedagógicos de Cursos (PPCs).
- *item 2.13. Funcionamento do colegiado de curso ou equivalente:* o curso não possui colegiado e a comissão não entendeu o Departamento de Estatística como um órgão equivalente àquele.

A dimensão que obteve o melhor conceito foi a *2*. *Corpo docente e tutorial*, na qual os avaliadores conferiram o conceito máximo - **5** - a 45,5% dos itens de avaliação. De modo geral, o corpo docente foi bem avaliado - exceto no que se refere à experiência profissional, item 2.13, que recebeu conceito 2.

Dentre os *requisitos legais e normativos*, a comissão atribuiu o conceito **não** aos itens 4.2, 4.3 e 4.4, não tendo identificado os temas em questão no PPC ou em disciplinas do curso.

Este resultado denota a necessidade de discussão do PPC no âmbito do curso, para incorporação de melhorias e atendimento de requisitos legais relacionados aos itens 4.3 e 4.4 do instrumento de avaliação. O fato foi levado ao conhecimento da Pró-Reitoria de Graduação, que vem, juntamente com a Diretoria de Ações Afirmativas, elaborando propostas institucionais para atendimento a tais exigências, de modo a atender às necessidades de todos os cursos de graduação da UFJF.

O mesmo ocorreu em relação ao item 4.5. *Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista*, por falta de apresentação de documentação institucional relacionada. Nesse caso, configurou-se uma falha nos procedimentos adotados pela Diretoria de Avaliação Institucional, setor responsável pelo apoio às coordenações de curso na organização de documentação institucional e na recepção às comissões de avaliação. A experiência levou o setor a aprimorar as orientações relacionadas ao preenchimento do formulário eletrônico do e-MEC e a elaborar um manual interno de procedimentos para a avaliação *in loco* de cursos. Foram, ainda, intensificados os mecanismos de acompanhamento dos processos de avaliação externa realizada pelo MEC, de modo a garantir uma maior eficiência no apoio às coordenações durante todo o processo.

Houve ainda por parte da comissão críticas às condições de acessibilidade nas instalações da Coordenação de Curso, o que foi levado à Pró-Reitoria de Infraestrutura para conhecimento e providências.

Conforme já observado, o resultado dessa visita confirmou a necessidade de adoção de instrumentos de autoavaliação de cursos e institucional que permitam a participação e o envolvimento dos integrantes da comunidade acadêmica - o que já é estabelecido pela resolução CONSU nº13/2015, que trata das *Normas de avaliação das atividades acadêmicas na UFJF*. Conforme explicitado no Planejamento Estratégico de Autoavaliação, exposto na seção 1.6, a Diretoria de Avaliação Institucional iniciou em abril de 2016 os procedimentos para a implementação de tais instrumentos ainda em 2017.

Bacharelado em Artes Visuais

A comissão do INEP visitou o Instituto de Artes e Design da UFJF para fins de reconhecimento do Bacharelado em Artes Visuais, no período de 14 a 16/09/2016. O conceito obtido pelo curso foi **5**, e o relatório final traz a observação final de que *de modo geral, o Bacharelado em Artes Visuais apresenta um conceito excelente de qualidade frente aos registros constantes na presente, sendo pertinente sua conservação pelo Instituto de Artes e Design da Universidade Federal de Juiz de Fora/UFJF*.

Os conceitos das três dimensões foram:

- **Dimensão 1 - Organização didático-pedagógica:** 4,5;
- **Dimensão 2 - Corpo docente e tutorial:** 5,0;
- **Dimensão 3 - Infraestrutura:** 4,7.

Exceto pelo *item 3.1: Gabinetes de trabalho para professores Tempo Integral*, a que foi atribuído conceito 3, e pelo *item 3.4. Salas de aula* todos os demais itens recebe-

ram conceito máximo. Ainda assim, cabe relatar que a comissão identificou a necessidade de melhoria das condições de acessibilidade - e a administração superior da UFJF comprometeu-se a efetuar a instalação de um elevador no prédio do Instituto de Artes de Design, o que está condicionado às possibilidades do orçamento da instituição.

3.2 Considerações gerais sobre o Eixo 1

Os relatórios gerados pelas comissões de avaliações *in loco* recebidas pelos cursos da UFJF no ano de 2016 deixam clara a necessidade de aprimoramento dos procedimentos de autoavaliação institucional e de cursos na instituição. É premente incorporar os resultados dos cursos de graduação e pós-graduação à avaliação institucional.

Outro aspecto que merece muita atenção é a sensibilização da comunidade acadêmica para os processos de avaliação - e a consolidação da CPA na instituição.

A Diretoria de Avaliação Institucional promoveu, em 2016, o *Ciclo de Seminários de Avaliação*, com 3 eventos:

- Palestra *Avaliações Externas de Cursos*, no dia 29/08/2016, ministrada pela avaliadora de cursos do INEP e docente da Universidade Federal de Goiás (UFG), Eliane Moreira Sá de Souza, no *Campus GV*;
- Palestra *Autoavaliação Institucional e a Experiência da UFRGS*, apresentada pelo Prof. Daltro José Nunes, Secretário de Avaliação Institucional da UFRGS, no dia 14/09/2016, no Auditório da Faculdade de Direito da UFJF;
- *I Oficina de Avaliação da UFJF*, de 05 a 06/10/2016, ministrada pela Pedagoga Jacqueline Moreno, membro da CPA do CEFET-MG, com o principal objetivo de capacitar os novos integrantes da CPA e da CSPA-GV.

Encontra-se em desenvolvimento pelo CGCO o *Módulo de Avaliação via SIGA*, que vai permitir a adoção de formulários eletrônicos para a autoavaliação das atividades acadêmicas - conforme estabelece a resolução CONSU nº13/2015 - e a coleta de dados para a elaboração do RAAI com a participação de docentes, discentes e TAEs a partir do ano de 2017.

Uma dificuldade da Diretoria de Avaliação Institucional é o quadro técnico - composto por apenas uma TAE - o que acaba por afetar a eficiência das ações do setor.

4 Eixo 2 - Desenvolvimento Institucional

O Eixo 2 contempla as dimensões 1 - *Missão e Plano de Desenvolvimento Institucional* e 3 - *Responsabilidade Social da Instituição*. O foco é o PDI, estabelecendo a relação entre as metas e os objetivos da instituição e a atuação acadêmica nas diferentes vertentes: ensino, pesquisa, extensão, gestão e inserção social.

4.1 Missão e Desenvolvimento Institucional

4.1.1 Missão e princípios

A missão institucional da UFJF é expressa no art. 5º do seu Estatuto⁸:

A Universidade tem por finalidade produzir, sistematizar e socializar o saber filosófico, científico, artístico e tecnológico, ampliando e aprofundando a formação do ser humano para o exercício profissional, a reflexão crítica, a solidariedade nacional e internacional, na perspectiva da construção de uma sociedade justa e democrática e na defesa da qualidade de vida.

No artigo supracitado, encontram-se também os princípios a serem seguidos pela UFJF, quais sejam:

- I - liberdade de expressão através do ensino, da pesquisa e da divulgação do pensamento, da cultura, da arte e do conhecimento;
- II - pluralismo de ideais;
- III - gratuidade do ensino;
- IV - gestão democrática;
- V - garantia do padrão de qualidade;
- VI - indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão.

4.1.2 Objetivos gerais

Visando a agir em acordo com a missão estabelecida em atendimento aos princípios supracitados, o PDI da UFJF apresenta os objetivos gerais da instituição para o período 2016-2020:

- a) Garantir a excelência acadêmica;
- b) Assegurar a democratização do ensino;
- c) Promover a qualidade de vida;
- d) Otimizar processos organizacionais e infraestrutura;
- e) Fortalecer a inovação social, a inserção e o desenvolvimento regional;
- f) Consolidar o desenvolvimento do *Campus* de Governador Valadares.

⁸Portaria 1.105, 28 de setembro de 1998.

4.1.3 Coerência entre os objetivos gerais traçados no PDI e as ações institucionais

De acordo com o relato autoavaliativo elaborado pela Pró-Reitoria de Planejamento, Orçamento e Finanças (PROPOF), a administração atual encontrou em abril de 2016 um cenário de organização institucional deficiente, sem protocolos e vários instrumentos de acompanhamento sem ação. O fluxo de informações entre os setores administrativos é disperso e sem sinergia, necessitando de reformas urgentes. A adesão da Universidade ao PDI, para além de um documento que seja mais que protocolar, exige o conhecimento, pela comunidade, do instrumento e o engajamento necessário.

Entre abril e dezembro de 2016 - 8 meses - foram necessários acertos de dívidas e contratos, adequação da distribuição orçamentária, ações de planejamento interno para alocação de recursos e estruturação de ações que visem ao planejamento futuro e a uma melhor organização da UFJF.

A área de Planejamento e Orçamento não é crítica em termos de recursos humanos, mas vem se adaptando com vistas a melhorar as interfaces intersetoriais e construir protocolos para gestão, incluindo mapeamento de processos e ajustes na estrutura administrativa, além de redefinir a política de dados e a sua divulgação pela universidade.

As demandas de órgãos de controle sobre a Universidade - Controladoria Geral da União (CGU) e Tribunal de Contas da União (TCU), em particular - tinham planos de providência permanentes com muitas indagações sem resposta. A partir de abril de 2016, todas vêm sendo colocadas em dia, sendo ainda estabelecidos procedimentos de apuração de responsabilidades.

Portanto, 2016 foi um ano de reordenação institucional - situação que ainda persistirá nos meses iniciais de 2017 - o que impactou fortemente os resultados do ano em tela.

Observa-se que a universidade carece de um projeto para planejamento, lacuna que começou a ser encaminhada para solução: a PROPOF apresentou ao Conselho Superior uma proposta de planejamento pelo **conceito de macropolíticas** - ensino, extensão e pesquisa/pós-graduação - em bases participativas, cujo resultado deverá ser apreciado pelo CONSU e adotado como política de longo prazo pela instituição.

Ainda na linha de ação, a necessidade de um plano diretor para planejamento futuro da ocupação e reordenação dos *campi* é uma tarefa a ser implementada. O desempenho da PROPOF é impactado pelo fato de a UFJF não haver, ao longo dos últimos anos, desempenhado planejamento de longo prazo em nenhum momento - um caso que revela esse fato é a ausência de uma política definida para as dotações nas unidades acadêmicas, fato que deverá ser corrigido com a construção de uma matriz debatida com essas unidades em 2017.

A ação da pró-reitoria neste período de oito meses foi de **diagnóstico, acerto e medidas emergenciais**, preparando o terreno para um melhor exercício a partir de meados de 2017, aprimorando a própria funcionalidade para um plano de gestão mais efetivo.

Assim, considerando esse contexto, buscou-se no presente relatório parcial de autoavaliação apresentar as atividades de ensino, pesquisa e extensão realizadas na UFJF sem a

pretensão de confrontá-las com cada um dos objetivos gerais e metas específicas propostos no PDI. Uma análise mais elaborada e detalhada será realizada pela CPA ao longo do ano de 2017, visando ao relatório trienal 2015-2017.

4.2 Responsabilidade Social da Instituição

Trata-se aqui de ações voltadas para o desenvolvimento da democracia, promoção da cidadania, atenção a setores sociais excluídos, políticas de ações afirmativas, entre outras. Os setores da UFJF que forneceram informações para compor este item foram: PROAE, PROEX, DIAAF, HU e a Faculdade de Odontologia.

Compreendendo que a democratização da universidade passa, necessariamente, pelo fortalecimento do diálogo com os segmentos que a compõem – docentes, TAEs e discentes – mas, também, com a comunidade externa - a extensão universitária é um dos meios fundamentais para isso. O saber acadêmico, articulado com a vida social, incorpora as demandas sociais e direciona a produção do conhecimento. Para que isso ocorra, deve-se atentar para os seguintes princípios:

- Afirmação do diálogo e troca de saberes, superando o discurso da superioridade do saber acadêmico;
- Indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão referenciada na interdisciplinaridade;
- Reconhecimento da dimensão teórico-metodológica na formação profissional dos estudantes, permitindo a vivência da realidade social;
- Compromisso de intervenção na realidade local e regional, com a formulação coletiva de propostas estratégicas, a partir da articulação com o poder público, movimentos, setores e organizações sociais.

As informações coletadas estão organizadas em tópicos, quais sejam:

1. Ações voltadas ao desenvolvimento da democracia, promoção da cidadania, de atenção a setores sociais excluídos, políticas de ação afirmativa, entre outras;
2. Ações desenvolvidas pela universidade no sentido da inclusão e assistência a setores ou grupos sociais discriminados e/ou sub-representados no interior de cada segmento da comunidade universitária (professores, estudantes e TAEs);
3. Atividades institucionais em interação com o meio social;
4. Atividades vinculadas com cooperativas, ONGs, corais, centros de saúde, escolas, clubes, sindicatos, entre outros;
5. Políticas institucionais de inclusão de estudantes em situação econômica desfavorecida.

Para cada um dos itens, apresentam-se resultados, dificuldades encontradas e ações estratégicas previstas para 2017.

1. Ações voltadas para o desenvolvimento da democracia, promoção da cidadania, de atenção a setores sociais excluídos, políticas de ação afirmativa, entre outras.

- A Diretoria de Ações Afirmativas (DIAAF), em parceria com a Diretoria de Imagem Institucional, organizou, em 2016, a *Semana de Combate a LGBT-TIFobia*, apoiando as ações do Grupo de Pesquisa em Gênero, Sexualidade, Educação e Diversidade da Faculdade de Educação (FACED), do Coletivo da Diversidade Sexual e de Gênero Duas Cabeças e do Diretório Acadêmico Benjamin Colucci (Direito), ação que teve uma boa aceitação.
- A DIAAF assumiu uma parceria com a Secretaria de Estado da Educação de Minas Gerais e teve aprovado o projeto de implementação de Núcleos de Estudos Africanos e Afrobrasileiros e da Diáspora (NUPEAAs) nas escolas de ensino médio e quilombolas das 47 Superintendências Regionais de Ensino (SREs).

Dificuldades:

A DIAAF conta, hoje, com escassez de recursos humanos, o que compromete a eficiência das ações promovidas pelo setor.

Ações previstas para 2017:

- Efetivar um processo permanente de análise e estudos sobre a situação das mulheres no mundo do trabalho, em consonância com grupos de pesquisas ligados às Universidades;
- Manter o diálogo com a Superintendência Regional de Ensino de Juiz de Fora para auxiliar na formação e implantação dos NUPEAAs.

2. Ações desenvolvidas pela universidade no sentido da inclusão e assistência a setores ou grupos sociais discriminados e/ou sub-representados no interior de cada segmento da comunidade universitária (professores, estudantes e TAEs);

Um fato importante para a UFJF foi a criação da *Ouvidoria Especializada em Ações Afirmativas*, instituída por meio da Portaria nº 608, de 10 de Junho de 2016, vinculada à Diretoria de Ações Afirmativas.

A Ouvidoria Especializada em Ações Afirmativas apresenta as seguintes competências:

- Receber denúncias e depoimentos a respeito das situações de discriminação, preconceito, violência e opressão vivenciadas no ambiente universitário, garantindo o sigilo dos(as) envolvidos(as);

- Realizar o acolhimento e o encaminhamento para serviços de atendimento especializado no interior da UFJF ou na rede pública;
- Dar apoio e orientação aos membros da comunidade acadêmica da UFJF vítimas de discriminação, preconceito, violência e opressão ou em situação de vulnerabilidade social, jurídica e psicológica;
- Sistematizar dados com vistas a subsidiar a formulação de novas políticas de ações afirmativas e apoio à diversidade pela gestão da UFJF;
- Articular-se sistematicamente com a Ouvidoria Geral da UFJF no processo de acolhimento e encaminhamento dos assuntos referentes às ações afirmativas.

Dificuldades: Dentre algumas limitações apresentadas no desenvolvimento das atividades da Ouvidoria Especializada, a questão do espaço físico foi a maior dificuldade, visto que não há um espaço reservado para esta Ouvidoria, que desenvolve suas atividades no mesmo espaço da Diretoria de Ações Afirmativas. Faz-se necessário um espaço reservado que ofereça privacidade para o atendimento das demandas e o sigilo das informações.

Ações previstas para 2017:

Atividades institucionais em interação com o meio social;

- (a) Especificamente no campo da extensão, para que sejam desenvolvidas ações de promoção da cidadania, de atenção a setores sociais excluídos, dentre outros, a política na UFJF foi estruturada pela PROEX a partir de dois eixos:
- discussões realizadas no Fórum de Extensão Universitária da UFJF, nos *campi* de Juiz de Fora e Governador Valadares, para definição dos princípios e termos de editais para submissão de programas e projetos;
 - levantamento de necessidades sociais da comunidade do entorno do *campus* de Juiz de Fora e das comunidades de Governador Valadares e região - moradores ao longo do Rio Doce que foram atingidas pelo rompimento da barragem de Mariana/MG, em novembro de 2015.

A execução deste segundo eixo levou à formatação de dois Programas de Extensão:

- *Programa Boa Vizinhança Campus Juiz de Fora:* com o objetivo de atender a demandas sociais da comunidade do entorno do *campus* sede, a PROEX fez o levantamento de entidades sem fins lucrativos, igrejas, associações e coletivos culturais nos 42 bairros do entorno. Após levantamento das demandas, em reuniões com os representantes das instituições, foi elaborado um edital que visa a estimular a elaboração de propostas que atendam às necessidades sociais do entorno nas seguintes áreas: educação, cultura, esporte e lazer, nutrição, saúde;

- *Programa Boa Vizinhança Rio Doce Campus GV*: foram levantadas demandas entre as comunidades atingidas pelo rompimento da barragem de Mariana, nos municípios de Belo Oriente, Naque, Sobrália, Periquito, Fernandes Tourinho, Alpercata, Governador Valadares, Tumiritinga, Galiléia, Conselheiro Pena, Resplendor, Itueta e Aimorés e após o levantamento, foi elaborado edital com estímulo a projetos nas seguintes áreas: saúde, meio ambiente, justiça, sociedade e economia, cultura, lazer e esporte.

Dificuldades: não houve

Ações Previstas: vide eixo políticas para extensão, seção 5.1.4

- (b) Os programas de extensão, pesquisa e aperfeiçoamento profissional em saúde envolvem o atendimento odontológico executado pela Faculdade de Odontologia da Universidade Federal de Juiz de Fora dentro e fora de sua estrutura organizacional e fornecem suporte clínico e educador a diversos segmentos comunitários. As atividades realizadas comportam o atendimento clínico a pacientes neoplásicos, ao binômio mãe/criança, às gestantes de alto risco, a pacientes portadores de doenças renais e intestinais crônicas, a diabéticos, a pacientes psiquiátricos, a adolescentes, a idosos e a funcionários concursados e terceirizados. Instituições como hospitais, lares de idosos, escolas, creches e casas de acolhimento são atendidas pelos diversos programas oriundos dos projetos de pesquisa e aperfeiçoamento profissional. Atividades de alta complexidade e altamente especializadas são também oferecidas através de tratamentos ortodôntico, radiológico, reabilitador, hospitalar e implantar, serviços esses abertos à comunidade.

Como resultado dos programas listados, a comunidade acadêmica encontra uma valorização do próprio saber e de ações práticas. O aluno é inserido na vivência clínica, conhecendo a comunidade e as dificuldades da realidade do nosso país, tomando ciência do valor da vida e da solidariedade, concomitantemente segue se aproximando de mecanismos de iniciação à formação científica e gestão de serviços. O professor encontra aplicação de seus conhecimentos gerando diretamente benefícios aos grupos atendidos, fomentando estímulo ao discente e retroalimentando em si mesmo a vontade de realizar trabalhos de impacto social.

Dificuldades:

Uma dificuldade encontrada pela Faculdade de Odontologia da Universidade Federal de Juiz de Fora é o acesso a verbas de fomento, tanto pela disponibilidade dos montantes, como pelo método de obtenção. Outro obstáculo reside na avaliação formal das entidades de regulação de pesquisa, que pouco pontuam e subavaliam o desempenho social do professor e suas ações de engajamento,

cobrando foco na ação de ensino e pesquisa, pouco pontuando o envolvimento comunitário e o caráter formador de ética e cidadania. A burocracia também constitui um fator complicador. Devido ao caráter clínico dos programas, imprevistos acontecem e percebe-se a impossibilidade de flexibilização dos projetos originais. Quando ocorrem danos aos equipamentos odontológicos, por vezes, as ações não são realizadas na sua totalidade.

Ações previstas para 2017:

São estratégias da Faculdade de Odontologia da Universidade Federal de Juiz de Fora manter os serviços disponibilizados em 2016, cruzando informações dos programas com as informações advindas da assistência municipal e estadual, de maneira a formar um panorama de repercussão dos serviços. A instalação de mecanismos de melhoria dos projetos e potencialização de sua ação são processos contínuos e sequenciais da instituição. A política institucional de apoio ao aluno desfavorecido segue em 2017, através do estímulo à participação nos programas de cunho formador e com fomento financeiro. Políticas de parceria público-privada devem ser continuadas através de projetos de integração Odontologia/ Educação em Saúde na prática privada. O Biobanco de tecidos dentais carece de um montante ainda maior de investimento de recursos, apesar de estar em sintonia de fornecimento de material com as pesquisas e os estudos atuais.

3. Atividades vinculadas com cooperativas, ONGs, corais, centros de saúde, escolas, clubes, sindicatos, entre outros

- Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares da UFJF – Intcoop/UFJF: reativada em novembro de 2016, tem por objetivo incubar coletivos de trabalho autogestionário em Juiz de Fora e região.
- O Hospital Universitário da UFJF desenvolveu, em 2016, atividades vinculadas com as seguintes entidades:
 - Secretaria Estadual de Saúde, no desenvolvimento do Programa de Fortalecimento dos Hospitais Públicos de Minas Gerais (PROHOSP), visando à ampliação do acesso e promovendo melhorias ao usuário do SUS;
 - Fundação Centro de Hematologia e Hemoterapia do Estado de Minas Gerais (HEMOMINAS) através do Protocolo Técnico de Agência Transfusional nº 033/2016 que tem como objeto *o fornecimento de hemocomponentes liberados pela Fundação Hemominas à Agência Transfusional do EAS/SUS [do HU-UFJF], para atendimento exclusivamente a pacientes do Sistema único de Saúde – SUS*, com vigência até 8 de junho de 2021;
 - Associação Feminina de Combate ao Câncer de Juiz de Fora (ASCOM-CER), através do Acordo de Cooperação nº 001/2016 que tem como ob-

jeto “a prestação de serviços pela SEGUNDA ACORDANTE [ASCOM-CER] de quimioterapia e radioterapia aos pacientes de Onco Hematologia e Transplante de Medula íssea internos e externos (de ambulatório) da PRIMEIRA ACORDANTE [HU-UFJF], neste termo denominado tratamento” e encontra-se vigente até 25 de julho de 2021;

- Santa Casa de Misericórdia de Juiz de Fora, através do Acordo de Cooperação nº 002/2016, que tem com objeto a realização de exames de Histo compatibilidade para o Transplante de Células-tronco Hematopoiéticas dos pacientes do Hospital Universitário da UFJF, filial da EBSEH e encontra-se vigente até 15 de janeiro de 2018;
- Associação de Apoio à Residência Médica de Minas Gerais (AREMG), que realiza as provas do exame de seleção das Residências;
- Fundação de Apoio aos Portadores de Neoplasias Infantis Ricardo Moysés Júnior, da Fundação de Apoio e Desenvolvimento ao Ensino, Pesquisa e Extensão (FADEPE) e Fundação Médica do Rio Grande do Sul (via EBSEH), para recebimento de doações de materiais permanentes.
- Firmou-se uma parceria entre o Conselho Regional de Odontologia (CRO) de Minas Gerais e a Faculdade de Odontologia da Universidade Federal de Juiz de Fora, através da criação do CRO – Jovem, que integra o acadêmico às regras e diretrizes profissionais, desde sua graduação, visando a adequar o início da vida profissional.

Dificuldades: não houve

Ações Previstas para 2017: Pretende-se consolidar as parcerias.

4. Políticas institucionais de inclusão de estudantes em situação econômica desfavorecida

Por assistência estudantil compreende-se o enfrentamento de demandas socioeconômicas de discentes, para que a democratização do acesso ao ensino superior seja acompanhada de efetivas possibilidades de permanência, bem como o enfrentamento de demandas psicopedagógicas, com o objetivo de que o universo crescente de estudantes possa se sentir acolhido e reconhecido em sua diversidade e singularidades. Na UFJF, o setor que trata especificamente dessa questão é a PROAE.

Entre os principais projetos realizados em 2016, destacam-se:

- a mudança no sistema de solicitação e concessão de bolsas de assistência estudantil: após discussões iniciadas no final de 2015 pela equipe de técnico-administrativos em educação (TAEs) da PROAE, foi efetivado pela gestão atual, em abril de 2016, o sistema de avaliação de fluxo contínuo, pelo qual os alunos podem solicitar a assistência a qualquer momento;

- outro avanço significativo é a retomada das obras para finalização da Moradia Estudantil e a consequente habitação dos prédios. Aprovou-se no Conselho Superior uma verba específica para a abertura da Moradia, que será empregada em algumas obras de adequação dos edifícios, que estavam fechados há alguns anos, e na compra de materiais domésticos (geladeiras, fogões, máquinas de lavar, entre outros) necessários para que os estudantes possam morar no espaço com dignidade;
- a estrutura organizacional da PROAE também foi ampliada com recursos humanos - a equipe do *campus* Juiz de Fora, formada por quatro psicólogos, quatro assistentes em administração e uma pedagoga, foi ampliada com mais um profissional para cada área.

Além disso, a Pró-Reitoria da Apoio Estudantil coordena as seguintes ações: Bolsa PNAES, auxílio-moradia, auxílio-transporte, auxílio-alimentação e auxílio-creche.

Dificuldades:

Mensurar os resultados positivos, uma vez que não existe um sistema de acompanhamento e monitoramento das ações de assistência estudantil.

Ações previstas para 2017:

- Criar sistema de monitoramento de rendimento acadêmico, quantidade de créditos e mudança de curso como elementos fundamentais para o desenvolvimento e a adequação das ações a serem desenvolvidas pela PROAE;
- Criar sistema de monitoramento do perfil socioeconômico (quantificação de estudantes por renda, status ocupacional, procedência escolar - público ou privado -, bens patrimoniais e condição de moradia da família).
- Ampliação do corpo técnico com três vagas para assistentes sociais, cujo concurso público acontecerá no início do próximo ano, totalizando oito assistentes sociais em Juiz de Fora e dois em Governador Valadares.

5 Eixo 3 - Políticas acadêmicas

O Eixo 3 contempla as Dimensões:

- 2 - Políticas para o Ensino, a Pesquisa e a Extensão;
- 4 - Comunicação com a Sociedade;
- 9 - Políticas de atendimento ao discente.

5.1 Políticas para o Ensino, a Pesquisa e a Extensão

5.1.1 Ensino de Graduação

De acordo com o PDI da UFJF, a Pró-Reitoria de Graduação (PROGRAD) tem a missão de coordenar, juntamente com as unidades acadêmicas e com o Conselho Setorial de Graduação (CONGRAD), a formulação e a implementação de políticas para o ensino de graduação na Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF). É também a instância encarregada pelo gerenciamento acadêmico e desenvolvimento de programas e projetos voltados para os cursos de graduação.

O principal objetivo da PROGRAD é criar condições favoráveis ao fortalecimento da qualidade acadêmica dos cursos oferecidos pela Universidade.

O setor, como toda a UFJF, passou por uma etapa de transição e, em abril de 2016, iniciou-se a atual gestão, que encontrou uma organização que favorecia a gestão de processos e dinâmicas atinentes à graduação. Foram feitos ajustes na organização de grupos de trabalhos, buscando atender melhor às demandas identificadas durante o processo de transição de gestão.

Um fato marcante foi a reativação, pela Coordenação de Licenciaturas, do Fórum de Licenciaturas. Com o objetivo de debater a nova política de formação docente, através de resolução lançada pelo Ministério da Educação (MEC) em 2015, o Fórum foi inaugurado com a discussão do tema *As Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação Inicial e Continuada de Professoras e Professores*.

O fortalecimento desse fórum visa a consolidá-lo como a instância propícia às discussões sobre o currículo dos cursos de licenciatura da UFJF e sobre as diretrizes e as políticas públicas nacionais vigentes para a formação de professores. O objetivo é organizar o Plano Institucional de Formação de Professores e subsidiar a sua construção por meio do Fórum das Licenciaturas. Nesse espaço, serão fomentadas as reflexões sobre as propostas de mudanças curriculares dos cursos de licenciatura, em atendimento às exigências da Resolução nº02/2015 do Conselho Nacional de Educação, e as mudanças sugeridas neste âmbito posteriormente serão apreciadas pelo Conselho de Graduação.

No que tange à Coordenação de Estágios da UFJF, os trabalhos para a informatização do setor têm avançado, em parceria com o CGCO e o Escritório de Processos.

No que se refere aos cursos ofertados na modalidade a distância, a Pró-reitoria de Graduação (PROGRAD) pretende fomentar a criação de uma política de EAD para a graduação da UFJF, através da discussão e avaliação dos cursos desenvolvidos nesta modalidade pela Universidade. Pretende-se articular as ofertas de EAD aos protocolos, procedimentos, processos e dinâmicas dos cursos de graduação da UFJF, incentivando a formação de recursos humanos para o trabalho com instrumentos e técnicas que possibilitem este tipo de educação.

Outra iniciativa de grande impacto é a que visa a desenvolver a *Política de Acompanhamento Acadêmico da UFJF*, a ser instituída através de comissão especial no Conselho Setorial de Graduação (CONGRAD). Pretende-se articular a implantação de indicadores já desenvolvidos para acompanhamento acadêmico, com o apoio do CGCO e a participação direta da PROAE e da Diretoria de Ações Afirmativas (DIAAF).

Tem-se como meta para os próximos anos, em conformidade com o proposto no PDI, a ampliação da internacionalização dos cursos de graduação em consonância com o Plano de Internacionalização da instituição. As ações em articulação com a Diretoria de Relações Internacionais (DRI) prevêm a oferta de disciplinas da graduação em idiomas estrangeiros, salas de aula em diferentes unidades com recursos de tradução instantânea, fortalecimento dos programas de oferta de línguas estrangeiras na UFJF, principalmente, o Projeto de Universalização da Oferta das Línguas Estrangeiras (PU). Pretende-se participar, em articulação com a DRI, da formulação de estratégias de criação, ampliação e fortalecimento de ações que favoreçam a internacionalização e a viabilização de atividades de intercâmbio internacional no âmbito da graduação.

5.1.2 Pós-Graduação

No campo da pós-graduação *stricto sensu*, que compreende os cursos de mestrado e doutorado através dos Programas de Pós-Graduação (PPGs), o objetivo é garantir o aumento do conceito dos programas nas avaliações da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES). Passo importante nesse processo é a ampliação e a permanência do corpo docente nos PPGs, além da internacionalização deles, que está em pleno curso.

A atual política de internacionalização da Universidade - fomentada em conjunto com a Diretoria de Relações Exteriores (DRI) e a Diretoria de Imagem Institucional - engloba projetos que atendem a diversas demandas, como a tradução do *site* oficial da Instituição, a reestruturação do programa *Idioma Sem Fronteiras* e, principalmente, o aporte financeiro à expansão dos programas de pós-graduação, que também estão tendo seus portais eletrônicos traduzidos para o Inglês.

A PROPP e a DRI têm estimulado o intercâmbio de professores e alunos de pós-graduação no exterior, como também o aumento da capacidade da Universidade de recepção de estudantes e pesquisadores.

O setor irá investir na atualização e ampliação do acervo de bibliotecas utilizadas pelos cursos de pós-graduação *stricto sensu* da UFJF, a começar pelos editais de compra de livros, cujos recursos já foram empenhados.

Pretende-se encaminhar ao Conselho Superior uma minuta de resolução com a proposta de criação do FORE (Fórum de Residências) da Universidade.

O setor garante o apoio a entidades que regulamentam as atividades de desenvolvimento científico e tecnológico na Instituição, como a Comissão de Ética no Uso de Animais (CEUA), que teve o espaço físico reorganizado, e a Comissão de Biossegurança, que deve ser regulamentada.

Por meio do intercâmbio entre a PROPP e a Diretoria de Inovação, pretende-se estabelecer debates acerca do Marco Legal de Ciência, Tecnologia e Inovação.

Dentre as dificuldades encontradas, destacam-se:

- impacto das dotações orçamentárias do APG em parcelas: dificultou o planejamento financeiro e acadêmico dos PPGs, travas do SCDP ao criar obstáculos ao financiamento parcial de viagens de docentes ao exterior;

- com relação ao *lato senso*: falta de um sistema no SIGA para submissão de propostas de cursos - tal submissão é muito burocrática, o que gera uma certa dificuldade dos promotores em atender a todas as solicitações. Uma grande dificuldade é que a homologação de novos cursos não gera novos postos de trabalho para TAEs e nem gratificações para os coordenadores;
- questões burocráticas para a realização das parceriais e captação de recursos;
- dificuldades relacionadas à infra-estrutura necessária para a correta instalação de equipamentos e a manutenção de equipamentos;
- dependência das agências;
- ausência de recursos orçamentários que dêem conta dessa necessidade.

Dentre as ações projetadas para o ano de 2017, estão previstas iniciativas nas diversas frentes de trabalho na PROPP. No âmbito da pós-graduação, podem ser listados:

- Apoio ao preenchimento da Plataforma Sucupira dos 41 PPGs para avaliação quadrienal;
- Apreciação de propostas de cursos novos (APCNs), como os mestrados em Engenharia Mecânica, em parceria com Universidade Federal de Viçosa (UFV); em Engenharia Ambiental, em comunhão com a Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) e a UFV.
- Apoio à implantação dos cursos de doutorado em Farmácia, Comunicação e Serviço Social.
- Já o plano de excelência da pós-graduação deve contemplar a finalização da política de recredenciamento; a reorganização da gestão financeira dos PPGs, com a sistematização das dotações, e o planejamento de gastos;
- Também estão previstas reuniões com os programas por conceito, que debaterão, entre outros assuntos, o levantamento das dificuldades e o estabelecimento de metas estratégicas para o novo quadriênio;
- Outra ideia é a instituição de uma prova unificada de línguas estrangeiras, em apoio aos processos seletivos dos PPGs, que seria conduzida pelo Departamento de Línguas Estrangeiras da Faculdade de Letras;
- Em continuidade ao estabelecimento da política de internacionalização da Universidade, é pretendida a adequação da estrutura acadêmica (através do SIGA, por exemplo), de modo a abrigar iniciativas de internacionalização, como o acesso a alunos estrangeiros e a disciplinas em língua inglesa. A ideia é, também, facilitar o intercâmbio de docentes.

5.1.3 Pesquisa

A Pró-Reitoria de Pós-Graduação e Pesquisa (PROPP) também passou por uma fase de transição e readequação de procedimentos acadêmicos e de gestão no ano de 2016.

No que se refere especialmente às tarefas da pesquisa, foram implementadas ações para viabilizar um modelo de gestão eficiente da PROPP, visando a maximizar recursos materiais, humanos e financeiros, de modo a ampliar a aplicação e inserção na sociedade.

A PROPP tem atuado no atendimento a demandas de pesquisadores da UFJF e alunos participantes da iniciação científica relacionadas à realização de pesquisas em laboratórios especializados, equipados e estruturados para o desenvolvimento tecnológico, além de apoiar os projetos e programas de cooperação técnico-científico, em consonância com o fomento de Agências como o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), a Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Minas Gerais (FAPEMIG) e a Financiadora de Estudos e Projetos (FINEP).

Os projetos apoiados pela FINEP tiveram atenção especial da PROPP ao longo do ano, com ações que envolvem desde o conserto e a aquisição de equipamentos, como ar-condicionados que estão sendo instalados e irão beneficiar 41 laboratórios de pesquisa, até o ajuste financeiro e fiscal dos contratos vigentes. Todas as pendências conhecidas com as agências de fomento estão sendo analisadas separadamente pela Pró-reitoria.

Uma ação importante foi a criação do Censo Laboratórios, uma plataforma que oferece informações institucionais referentes aos laboratórios da UFJF com estatísticas a respeito do funcionamento e da produção, além de dados que englobam todos os pesquisadores envolvidos. Tais informações serão empregadas pela PROPP na geração de um diagnóstico institucional que permita identificar vocações e competências para subsidiar as prioridades estratégicas e direcionar os investimentos e a alocação de recursos materiais e humanos. O projeto já possui 250 laboratórios inscritos.

Entidades que regulamentam as atividades de desenvolvimento científico e tecnológico na Universidade foram beneficiadas. A Comissão de Ética no Uso de Animais (CEUA) teve o espaço físico reorganizado; também houve ações para controle e regularização do ambiente. Já a Comissão de Biossegurança viu florescer as primeiras iniciativas para a regulamentação.

Já no mês de abril de 2016, em observância às resoluções normativas do CNPq e da UFJF que regem os programas de iniciação científica, a PROPP publicou um edital para abertura de inscrições, visando à seleção de orientadores e projetos para os programas de Iniciação Científica PIBIC (que ofereceu 106 bolsas) e BIC (500 bolsas).

Em parceria com a PROEX e celebrando a Semana Nacional de Ciência e Tecnologia, a PROPP promoveu a Semana de Ciência, Tecnologia e Sociedade. O evento, que foi realizado nos dois *campi* da UFJF, teve como objetivo trazer para a UFJF e a comunidade o debate sobre temas de destaque no campo das tecnologias. A programação englobou o XXII Seminário de Iniciação Científica, a Mostra de Ações de Extensão, a Feira de Ciências e o III Encontro de Ética em Pesquisa com Seres Humanos.

O intercâmbio entre a Pró-reitoria e a Diretoria de Inovação também pretende, entre outros objetivos, estabelecer debates acerca do Marco Legal de Ciência, Tecnologia e

Inovação.

5.1.4 Extensão

A Pró-Reitoria de Extensão (PROEX) é responsável pela gestão das ações interventivas da UFJF na relação com a comunidade externa, promovendo a articulação entre o ensino, a pesquisa e as demandas da sociedade, em um exercício de contribuição mútua e troca de saberes. Levando em consideração o compromisso social da Universidade, a PROEX coordena e apoia programas, projetos, eventos, cursos e demais modalidades.

Os princípios da Extensão Universitária na UFJF baseiam-se nas indicações propostas pelo Fórum de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras, que compreende a Extensão Universitária como o “*Processo educativo, cultural e científico, articulado de forma indissociável ao ensino e à pesquisa e que viabiliza uma relação transformadora entre Universidade e Sociedade*”.

As ações desenvolvidas seguem as diretrizes do Plano Nacional de Extensão, formuladas em conjunto pelas universidades públicas e articulam-se em torno das seguintes áreas temáticas: Comunicação; Cultura; Direitos Humanos e Justiça; Educação; Meio Ambiente; Saúde; Tecnologia e Produção; Trabalho. Em 2016, foram realizadas as seguintes atividades pela PROEX:

- 1) Levantamento de dinâmica de registro de ações de extensão com vistas à readequação da Extensão no SIGA (por meio de trabalho com o Escritório de Processos e CGCO)
1. Criação do Fórum de Extensão Universitária do *campus* Juiz de Fora e do *campus* GV.
2. Realização de reuniões sequenciais com docentes, TAEs e discentes dos dois *campi* (três em JF e duas em GV) para:
 - a) Elaboração e lançamento do Edital de Projetos de Extensão em Interface com a Pesquisa e seu lançamento;
 - (a) Estruturação do Programa Boa Vizinhança, com vistas à elaboração e ao lançamento de editais que atendam às demandas e à realidade de cada *campus*:
 - Programa Boa Vizinhança *campus* Juiz de Fora: com o objetivo de atender demandas sociais da comunidade do entorno do *campus* sede, a PROEX fez o levantamento de entidades sem fins lucrativos, igrejas, associações e coletivos culturais nos 42 bairros do entorno. Após levantamento das demandas, em reuniões com os representantes das instituições, foi elaborado um edital que visa estimular a elaboração de propostas que buscam atender as necessidades sociais do entorno nas seguintes áreas: educação; cultura; esporte e lazer; nutrição; saúde; geração.
 - Programa Boa Vizinhança Rio Doce: no *campus* de Governador Valadares foram levantadas demandas entre as comunidades atingidas pelo rompimento da barragem de Mariana, nos municípios de Belo Oriente, Naque,

Sobralia, Periquito, Fernandes Tourinho, Alpercata, Governador Valadares, Tumiritinga, Galiléia, Conselheiro Pena, Resplendor, Itueta e Aimorés. Após esse levantamento, o edital foi elaborado com o estímulo a projetos nas seguintes áreas: Saúde; Meio Ambiente; Justiça, Sociedade e Economia; Cultura, Lazer e Esporte.

- (b) Levantamento de sindicatos e movimentos sociais para estruturação do Programa de Assessoria aos Movimentos Sociais, com futuro lançamento de edital de bolsas nos dois *campi*.
- (c) Revitalização da Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares, com início do processo de incubação de 5 novos grupos e realização de seminário sobre economia solidária e incubação de coletivos autogestivos, em novembro de 2016.
- (d) Levantamento dos problemas de infraestrutura para abertura do Jardim Botânico à comunidade, com destinação de novas bolsas para discentes, assim como o Centro de Ciências. Essas ações foram realizadas em conjunto com a Pró-Reitoria de Infraestrutura.
- (e) Apresentação e aprovação do novo regimento do Conselho de Extensão e Cultura no CONSU.
- (f) Apoio, com transporte e diárias, para participação de TAE (1), Docentes (13) e Discentes (66) de ambos os *campi* no XII Congresso Brasileiro de Extensão Universitária (setembro), em Outro Preto, com apresentação de 68 trabalhos.
- (g) Realização da I Semana de Ciência, Tecnologia e Sociedade/Seminário de IC e Mostra de Ações de Eerxtensão, em conjunto com a PROPP, no *campus* de Juiz de Fora (outubro) e no *campus* de Governador Valadares (novembro), com início do debate sobre curricularização da extensão.

Avalia-se o desenvolvimento da política de Extensão da PROEX, da seguinte maneira:

- Pontos fortes:
 - Equipe técnica da PROEX coesa e sintonizada com a proposta;
 - Envolvimento dos coordenadores de programas e projetos nos momentos de debate que definem a formulação e execução da política de extensão;
 - Sintonia fina e relação estreita com demais Pró-Reitorias e setores, como Pró-Reitoria de Infraestrutura, Pró-Reitoria de Planejamento, Orçamento e Finanças, Restaurante Universitário, Diretoria de Imagem Institucional;
 - Articulação da PROEX/UFJF no cenário nacional por meio de sua presença no Fórum de Pró-reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras.
- Problemas encontrados: escassez de recursos externos de fomento à extensão universitária e limitação orçamentária para pagamento de bolsas.

Para o ano de 2017, apresenta-se o seguinte planejamento de atividades, a partir de três eixos:

- 1) Promoção das deliberações coletivas para formulação da política de extensão:
 - Preparar o processo eleitoral dos membros do Conselho de Extensão e Cultura e realizar reuniões ordinárias fortalecendo as discussões sobre a política de extensão da UFJF pautada no PDI.
 - Fortalecer ações presenciais da PROEX no *campus* de GV, por meio de reuniões periódicas com o Comitê Gestor do Fórum de Extensão Universitária.
 - Viabilizar o debate e os encaminhamentos necessários para implementação da meta 12.7 do PNE (inserção da extensão universitária nos currículos de graduação), articulados com a PROGRAD.
- 2) Estruturação interna das atividades da Pró-Reitoria:
 - Implementar soluções, via SIGA, para registro e controle das ações de extensão em conjunto com o Escritório de Processos e CGCO.
 - Dar continuidade ao estabelecimento de parâmetros e mecanismos para o monitoramento e a avaliação das ações de extensão, com posterior inserção no SIGA.
 - Debater e criar mecanismos de valorização das atividades de extensão na carga-horária dos docentes, como forma de reconhecimento da sua importância, estimulando a qualificação docente e tecnico-administrativa na área, a serem discutidos com a PROGRAD e PROGEPE.
 - Instaurar trabalho contínuo e sistemático com a PROGRAD e a PROPP para definição de estratégias de articulação entre o ensino, a pesquisa e a extensão.
 - Redimensionar as atividades da PROEX, conforme necessidade, e articular, junto à PROGEPE, possível inclusão de novo TAE no setor.
- 3) Ações de fomento, monitoramento e avaliação das atividades de extensão:
 - Estruturar editais específicos para a extensão universitária: demandas espontâneas, estimuladas (programas estratégicos), extensão em interface com a pesquisa, apoio a ações de extensão (com acesso à recursos, como material de consumo, diárias, utilização de veículos) aos programas e projetos aprovados e registrados na Pró-Reitoria);
 - Fortalecer os programas estratégicos da PROEX, por meio de editais, com o trâmite do processo e formulários exclusivamente via SIGA:
 - a) Programa Boa Vizinhança *campus* Juiz de Fora e Programa Boa Vizinha Rio Doce;
 - b) Programa de Assessoria aos Movimentos Sociais – *campi* JF e GV;
 - c) Programa de apoio às ações da Educação Básica no Colégio de Aplicação e Escolas públicas.

- Finalizar a elaboração de metodologia própria de monitoramento e avaliação das ações de extensão para implementação de relatório parcial e total das atividades via SIGA;
- Implantar um sistema de avaliação contínuo das atividades, inicialmente por amostragem, *in loco*, a ser realizado sob a orientação do setor de monitoramento e avaliação;
- Monitorar o lançamento de editais externos direcionados à extensão universitária;
- Buscar parcerias com o poder público para a execução de programas e projetos com inserção de bolsistas;
- Estimular a participação de docentes e técnico-administrativos em editais a serem lançados pelo Estado para execução de atividades extensionistas por meio da política de comunicação da Diretoria de Imagem Institucional;
- Viabilizar participação dos docentes e TAEs no congresso ibero-americano de extensão;
- Fortalecer ações presenciais da PROEX no *campus* de Governador Valadares, por meio de reuniões periódicas com o Comitê Gestor do Fórum de Extensão Universitária;
- Realizar seminários:
 - a) Princípios e dinâmica da extensão universitária (*campi* JF e GV);
 - b) Economia Solidária e autogestão;
 - c) II Mostra das Ações de Extensão (*campi* JF e GV), articulada com o Seminário de IC no âmbito da II Semana de Ciência, Tecnologia e Sociedade.

Ressalta-se que a política de Extensão realizada na UFJF tem como base os seguintes pilares:

- Transparência no acesso às informações e recursos referentes à Extensão;
- Desenvolvimento e aprimoramento dos protocolos institucionais, com claros mecanismos de monitoramento e avaliação das ações de extensão.
- Atendimento de demandas de ações de extensão de caráter espontâneo e estímulo a áreas de intervenção estratégicas e articuladas com a pesquisa.
- Articulação das ações de extensão com movimentos sociais e comunidade do entorno dos *campi*.
- Equidade no trato das ações de extensão entre o *campus* de JF e o *campus* de GV.

5.1.5 Colégio de Aplicação João XXIII

Criado em 1965 pelo professor e ex-Ministro da Educação Murílio Hingel, o Colégio de Aplicação João XXIII, da então Faculdade de Filosofia e Letras de Juiz de Fora, era denominado como Ginásio de Aplicação João XXIII. O intuito era criar "uma escola de

experimentação, demonstração e aplicação”, para atender aos licenciandos em termos de pesquisa e realização de estágios supervisionados. Inicialmente, a Escola contava com a 1ª série ginásial (atual 5ª série) e 23 estudantes.

Em 1998, o colégio tornou-se uma Unidade Acadêmica da UFJF, de acordo com o novo estatuto da instituição. Hoje, o colégio conta com cerca de 1350 estudantes, em 24 turmas de Ensino Fundamental e 9 de Ensino Médio, além de 8 atendendo a alunos do Curso de Educação de Jovens e Adultos e duas turmas dos cursos de especialização. Em 2016, o MEC reconheceu o João XXIII como Escola Inovadora e Criativa.

O Colégio vem repensando e reestruturando o currículo das disciplinas, pautado nos estudos e pesquisas que os docentes têm empreendido. Para tanto, toda a organização didático-pedagógica (métodos, metodologia, plano de ensino e de aprendizagem) tem sido revista, inclusive a concepção de currículo que a escola compreende. Encontrar um ponto comum para a concepção de currículo é uma das dificuldades existentes, em um universo muito heterogêneo em termos de estudos e pesquisas. Nesse sentido, uma ação prevista para 2017 é o fomento ao Grupo de Trabalho já existente, que vem estudando e propondo, coletivamente, ações e reflexões sobre o currículo da escola.

As práticas pedagógicas, considerando a relação entre a transmissão de informações e utilização de processos participativos de construção do conhecimento, precisam e devem ser revistas constantemente, adequando-se ao contexto situacional existente. Os segmentos, departamentos, coordenações e disciplinas se reúnem, periodicamente, para construírem os procedimentos necessários. A dinâmica de encontros e de troca de experiências é muito satisfatória, mas nem sempre fácil de ser executada. Prevê-se, para 2017, a proposição de encontros periódicos, organizados pelas Coordenações de Ensino, será necessária para avaliar necessidades e avanços nas práticas existentes.

Com relação a práticas que estimulam a melhoria do ensino, o apoio a estudante e a interdisciplinaridade, há diversos projetos propostos, tais como: Monitoria Junior, Aluno Assistente na Escola, PROBIC Junior e atividades de ensino em uma perspectiva interdisciplinar, como os Projetos Coletivos de Trabalho. Dá-se ênfase na qualificação docente, com estímulo às pesquisas voltadas, também, para a Educação Básica e Formação de Professores.

Uma dificuldade é a manutenção de projetos através de bolsas e, como estratégia para 2017, está o incentivo à liberação para qualificação, bem como o estímulo à apresentação de novos projetos.

5.1.6 Cultura

A Universidade, para além de seus objetivos, comprometida com a formação profissional, científica e humana das pessoas, de centro de excelência de investigação das principais áreas do saber humano, tecnológico e artístico, também enquanto protagonista público, deve demarcar sua contribuição para a cultura, “lente pela qual o homem vê o mundo, consciência em permanente evolução que o homem tem de si mesmo e do mundo em que vive, trabalha e luta”, como ensina Sartre.

Ao pensar a cultura, a Universidade estabeleceu como princípio a concepção de cultura

como direito; concepção que impõe à política cultural uma meta de universalização do acesso aos meios de criação, difusão e fruição de bens culturais, o que pressupõe tratar cada cidadão como um agente cultural, além de incluir o campo da cultura popular e postular a ampla participação dos cidadãos.

Por isso, ao se pensar a cultura, a Universidade Federal de Juiz de Fora, através de sua pioneira Pró-reitoria de Cultura, visa sempre a uma maior amplitude e alcance das ações no âmbito da cultura dentro da UFJF por meio de projetos e iniciativas da PROCULT e de seus órgãos suplementares. Entre as mais importantes, destaca-se o Projeto Som Aberto, realizado desde junho de 2016, em edições mensais, no último sábado de cada mês com a apresentação de shows musicais, performances artísticas, saraus, bazares abertos e outras atrações culturais na Praça Cívica da UFJF. O Projeto Som Aberto vem contribuir para fortalecer e diversificar o circuito artístico juizforano e da região, abrindo espaço para o lançamento e a divulgação de novos artistas e proporcionando mais uma opção de lazer e cultura para a comunidade de Juiz de Fora e região. Com as atividades culturais programadas, a Universidade Federal de Juiz de Fora consolida sua imagem como um dos mais importantes órgãos promotores de ações culturais gratuitas na cidade, atingindo todas as camadas da população, especialmente aquelas que não dispõem de recursos para se beneficiarem com o lazer cultural, sabendo-se que este iguala e promove a cidadania plena, missão da instituição por meio da tríade Ensino, Pesquisa e Extensão que a justifica.

Outra ação positiva foi o alcance de realizações culturais extra-*campus*, proporcionando o acesso à cultura em suas manifestações mais diversas. Pode-se destacar, entre essas, a realização do 27º Festival Internacional de Música Colonial Brasileira e Música Antiga, também sucesso de público com as apresentações abertas à população em diversos espaços da cidade, como o Cine-Theatro Central. Ressaltam-se também as exposições realizadas no espaço Reitoria, no Centro Cultural Pró-Música e no Museu de Arte Murilo Mendes, as quais sempre atraem grande número de visitantes com público intra e extra-acadêmicos da UFJF, além das realizações de espetáculos abertos ao público no Cine-Theatro Central, como a *Orchestre D’Auvergne*, da Holanda, na comemoração dos 87 anos do teatro, e da apresentação do Coral da UFJF, na comemoração dos seus 50 anos de fundação.

Através de uma política cultural voltada para a comunidade acadêmica e externa foi possível estabelecer um diálogo entre as manifestações artísticas dos setores culturais de toda a região da Zona da Mata Mineira, consolidando ainda mais e dando aporte para que a Pró-reitoria de Cultura se torne uma referência dentro da Universidade como polo de desenvolvimento cultural.

A natureza das relações com instituições culturais na cidade e na região pode ser caracterizada como positiva no ano encerrado. A realização de atividades culturais em espaços culturais e filantrópicos diversos no âmbito da UFJF e também para além das cercanias do *campus* pode ser apontada com um resultado positivo alcançado no ano que passou.

O 27º Festival de Música Colonial Brasileira e Música Antiga proporcionou momentos de manifestações culturais pela cidade de Juiz de Fora como um todo, em espaços diversos, desde igrejas (Capela Senhor dos Passos e Igreja do Rosário) e biblioteca (Reitorista) até espaços ligados à própria UFJF, como o Cine-Theatro Central, que no

concerto de abertura realizado pela Orquestra barroca holandesa *Collegium Musicum Den Haag* (CMDH), levou um público de mais de 1.500 pessoas ao teatro.

Ainda no Festival, oficinas e palestras foram realizadas em espaços como o MAMM e o Teatro Pró-Música. O Cine-Theatro Central foi palco de diversas apresentações de artistas locais por meio do Projeto Luz da Terra, que contempla propostas de artistas radicados em Juiz de Fora. No Projeto Som Aberto, diversas entidades, instituições e grupos artístico-culturais que executam manifestações culturais diversas puderam expor e manifestar seus trabalhos, assim como bandas e músicos ligadas ao cenário musical juizforano tiveram a oportunidade de apresentar seus repertórios ao público na Concha Acústica da UFJF.

Tais atividades, para além de modificar a mentalidade e oxigenar as relações interpessoais, distribui renda, respeita e incentiva a profissionalização dos produtores de arte, valorizando o segmento. Além disso, busca-se dar visibilidade às produções culturais e folclóricas, que estão fora do eixo de mercado cultural tradicional.

Faz-se importante a manutenção das atividades realizadas e concretizadas no ano que se encerrou, haja vista a enorme e positiva receptividade que ações com o Som Aberto, o 27o. Festival de Música Colonial Brasileira, as exposições realizadas nas galerias do espaço Reitoria e do Centro Cultural Pró-Música e as apresentações dos corais da UFJF e do Pró-Música recebem da população quando acontecem. Essas realizações permitem acesso à cultura pela população intra e extra-acadêmica por vias diversas, sendo este acesso todo proporcionado de forma gratuita. Para tanto, faz-se indispensável a manutenção do tratamento à cultura na UFJF como uma prioridade - e reforça-se o termo "manutenção" pela observância dessa prioridade no ano de 2016. O retorno recebido é o mais positivo possível, tanto do ponto de vista do "retorno de mídia" quanto da presença e da receptividade do público às idealizações concretizadas. Destarte, espera-se que as ações e projetos realizados continuem no ano de 2017 e tenham seus alcances potencializados, ou ainda que novos projetos possam surgir no intuito de tornar o acesso à cultura cada vez mais uma expressão que saia do papel para se transformar em ação, oportunidade, acesso e diversidade em forma de música, teatro, arte, de cultura em seu sentido mais amplo.

5.1.7 Relações Internacionais

Um dos objetivos em internacionalizar a UFJF através de acordos de cooperação internacional e ações de intercâmbio é fazer com que a transferência de conhecimento ocorra para além dos limites do próprio país, colocando estudantes, professores, técnicos e pesquisadores em contato com o que houver de mais moderno e atual em cada área do conhecimento.

O processo de internacionalização conduzido pela Diretoria de Relações Internacionais (DRI) enriquece as atividades científicas, técnicas e culturais, uma vez que, no âmbito da cooperação internacional, o resultado advém do diálogo entre o local e o mundial.

A contribuição social inicial dessas ações está em evitar o isolamento da produção científica, técnica e cultural da UFJF, num fluxo de informações em mão dupla, contínuo, com instituições do mundo inteiro. Pesquisas sobre o Zika Vírus, estudos na área da

nanotecnologia, acompanhamento do processo de tecelagem europeu são alguns exemplos do que estudantes, professores e pesquisadores buscam nessas cooperações internacionais que, em última instância, visam atender as demandas sociais tanto da população de Juiz de Fora, quanto do Brasil.

O estabelecimento de acordos de cooperação internacional resulta de diversas etapas e negociações. Uma das maiores dificuldades tem sido a tramitação interna desses acordos, uma vez que as práticas de internacionalização das universidades ainda são uma novidade – o que demanda uma série de esclarecimentos e negociações por parte de nossa assessoria e faz com que o processo seja mais moroso. As limitações orçamentárias são outra dificuldade para a realização de ações de internacionalização.

Entre os resultados positivos colhidos em 2016 mencionam-se:

- estabelecimento da primeira parceria Erasmus+;
- renovação e estabelecimento de novos acordos internacionais;
- acordo para o recebimento de estudantes da Universidade de Parma (via participação da UFJF no Grupo Coimbra);
- recepção de alunos estrangeiros;
- reforma das instalações e sinalização;
- ampliação do horário de funcionamento do setor, com distribuição da equipe em dois turnos; centralização das atividades e dos processos na Secretaria Executiva do setor;
- reestruturação do Núcleo Idiomas sem Fronteiras;
- elaboração e execução do Projeto *Attachés* de apoio diplomático na recepção das delegações olímpicas em nossa universidade;
- condução do PIIGRAD e PIIJoão 2016 (editais de intercâmbio internacional).

A DRI também buscou a participação e inserção em missões de capacitação (Seminário na UFLA: dois servidores; Seminário Faubai/Sudeste: um servidor; Encontro da Rede Uniminas: uma servidora; Encontro da embaixada da França em Belo Horizonte: uma servidora) e a participação presencial da diretora em encontros estratégicos (Seminário de internacionalização promovido pelo estado de Minas Gerais, Seminário de internacionalização promovido pela UFF, Seminário internacional para universidades latino-americanas e estadunidenses, Seminário de internacionalização na ANDIFES, Seminário de internacionalização sudeste da Faubai, Encontro de reitores promovido pelo Grupo Tordesilhas e Encontro dos gestores do Idiomas sem Fronteiras).

Além disso, desenvolveram-se e aplicaram-se dois módulos do Curso de Inglês para os motoristas da UFJF e a preparação da equipe da DRI para oferecimento de serviços de intérprete e cerimonial bilíngue. Ainda em processo de execução tem-se: a negociação de

parcerias com 3 Universidades Argentinas (*Universidade de Córdoba, Universidade de Mar del Plata e Universidade de Tucumán*) para a formação de uma rede; o planejamento da tradução dos *sites* dos programas de pós-graduação e a atualização de anuidades atrasadas dos grupos e associações relacionadas à internacionalização; o mapeamento de processos em conjunto com o Escritório de Processos; e a confecção do Manual de Ingresso do Estrangeiro para a Coordenadoria de Assuntos e Registros Acadêmicos (CDARA).

As ações descritas também visam a viabilizar, conforme descrito no PDI, a reciprocidade da mobilidade internacional para os três segmentos (TAEs, docentes e discentes) através de programas bilaterais, oferta de bolsas e de vagas em alojamentos estudantis.

Dificuldades: Partindo de uma análise crítico-reflexiva, é possível afirmar que, apesar das limitações principalmente de ordem financeira dadas pelo cenário de crise econômica pelo qual passa o país atualmente, a DRI pôde prosseguir com suas atividades conforme planejado e com sucesso. O relato destaca, também, o comprometimento da atual gestão (tanto do atual reitorado como da direção da DRI) com a internacionalização, que foi decisivo em diversos momentos.

Ações para 2017: Para 2017, são esperados os mesmos desafios, porém, diversas ações realizadas em 2016 servirão de base para que, em 2017, os objetivos sejam igualmente cumpridos.

5.2 Comunicação com a Sociedade

5.2.1 Imagem Institucional

A Comunicação Institucional da UFJF tem diversas atribuições e metas citadas no PDI, objetivando viabilizar uma comunicação pública integrada entre gestão, setores da UFJF, comunidade acadêmica e sociedade.

A atual gestão assumiu a Diretoria de Imagem Institucional, antiga Secom, em abril de 2016. Portanto, em oito meses de gestão, além de tomar conhecimento de todas as atividades que vinham sendo realizadas, iniciou-se a aplicação dos compromissos assumidos junto à comunidade acadêmica, além de atentar para o disposto no PDI em relação ao planejamento do setor.

Com foco em dar visibilidade e transparência aos atos da instituição, seja através de ações de gestão ou de divulgação de projetos, um dos primeiros pontos avaliados pela equipe foi o *site* - que havia sido recentemente reformulado. Buscou-se saber qual o retorno que o novo *site* tinha tido e quais as críticas sofridas para os devidos ajustes. Implementou-se, também, divulgação para a sociedade de todas as defesas de dissertações e teses, com o intuito de apresentar os investimentos feitos em pesquisa e ensino na instituição.

Foram imediatamente iniciados os estudos de viabilidade técnica de implementação da transmissão das reuniões do Conselho Superior e dos Conselhos Setoriais, no sentido de dar transparência pública às decisões desses colegiados, respeitando os princípios éticos.

Sobre a comunicação interna, buscou-se estabelecer um canal de informações através de um campo do *site* específico para o servidor e ações como a recepção de novos servi-

dores, contato por email, portais de informação específicos. Também foram ampliados os controles de atividades do setor, com envios mensais de relatórios, facilitando o acompanhamento de todas as ações (positivas e negativas), bem como preparando dados para o relatório de gestão.

Como qualquer gestão, a maior dificuldade se dá na transição, para adequação de novos procedimentos, de novas ações, diante de rotinas já consolidadas. Implementou-se a divulgação de defesas de teses e dissertações, no sentido de dar visibilidade a produção dos programas de pós-graduação, criando novas formas de articulação com a comunidade interna e externa.

Após discussão interna, foram listadaa para 2017 as seguintes propostas, que se afinam ao PDI e também ao programa de gestão:

1. Implementação das transmissões das reuniões dos conselhos;
2. Realização do fórum de comunicação:, para aprimoramento das práticas e coleta de impressões dos servidores sobre a circulação de informações na UFJF;
3. Ampliação das ações de aproximação aos profissionais de comunicação que atuam no *campus* de GV;
4. Efetivação de ações de aproximação junto aos profissionais de imprensa de Juiz de Fora e Governador Valadares, para troca de informações;
5. Realização de *media training* para os gestores da UFJF e treinamento dos profissionais da Imagem para capacitar de diretores, coordenadores, docentes e técnicos em educação para lidarem com a informação (alguns setores da gestão ainda apresentam dificuldades em lidar com a questão de identidade institucional e acreditam que comunicações paralelas se justificam, mas vêm sendo orientados quanto a esta questão);
6. Criação de um setor específico para relacionamento e envio de material para as rádios;
7. Visitas técnicas (caravana itinerante) do equipe da Imagem Institucional a todos os setores, para explicação do funcionamento e potencial do trabalho para a divulgação de suas iniciativas;
8. Ampliação da perspectiva de sugestões de novas ferramentas de circulação de informação.

5.2.2 Editora UFJF

O PDI cita a Editora da UFJF como órgão de Apoio às atividades acadêmicas, ressaltando as atividades de produção e divulgação da produção científica da UFJF com a publicação de livros e periódicos e também do processo de posicionamento frente ao mercado editorial no país.

No relato autoavaliativo do setor, verifica-se que o ano de 2016 foi de busca pela reestruturação, uma vez que teve as atividades de impressão de livros e comercialização paralisadas desde março de 2015, devido ao abrupto rompimento de contrato com a Fundação de Apoio à Pesquisa - FADEPE. Este fato, somado à renúncia do antigo reitor nesse meio-tempo, da suspeita de complicações diversas no contrato que a UFJF mantinha com a gráfica que imprimia livros, bem como com a troca de direção recente da Editora, afetou profundamente as atividades do setor em 2016.

A atual direção procurou estabelecer algumas metas, que estão sendo cumpridas com afinco. São elas:

1. desenvolvimento de uma organização própria na Editora UFJF, com o intuito de interligar os três setores da Editora, quais sejam, administrativo, comercial e de produção, de forma a proporcionar uma comunicação interna mais eficiente;
2. reuniões mensais entre os funcionários e a direção, também contribuindo para a melhoria dos processos internos;
3. manutenção e aperfeiçoamento do *site* e da loja que dá suporte a autores e demais interessados em produzir ou adquirir livros;
4. a retomada da impressão dos livros;
5. a compra de um *software* que permita comercializar os livros e controlar o estoque e a produção;
6. a reorganização institucional da Editora, que compreende a internalização do seu setor de contabilidade na estrutura dedicada a isso na UFJF (COESF);
7. a reorganização do quadro de funcionários e uma nova divisão de tarefas entre eles, mais eficiente;
8. a aprovação de um novo regimento para a Editora, que a deixe mais próxima da comunidade acadêmica, com a eleição direta de conselheiros, entre outras novidades;
9. a mudança física da Editora para o *Campus* da UFJF, local em que poderá ser instalada uma nova loja e o setor de produção ser mais bem acomodado, bem como a sua direção ter um contato físico mais próximo com a direção superior da UFJF;
10. a tentativa de destinação de mais funcionários para a Editora;
11. o estabelecimento de novas linhas de produção de livros, incluindo traduções de obras clássicas ou inéditas;
12. uma maior relação com os programas de pós-graduação e com as revistas acadêmicas da UFJF, e a regulamentação desse contato por meio de regras claras e impessoais;
13. a busca de novo espaço para o setor de armazenamento de livros;

14. o lançamento de e-books, para divulgar com mais eficiência as obras;
15. um maior contato, e permanente com a Imagem Institucional, para a divulgação de nossas obras e de nossas ações comerciais;
16. a participação em feiras e eventos de livros no Brasil e no mundo;
17. a parceria com editoras internacionais, para lançamento simultâneo de obras, dentre outras ações.

Frise-se que há muitas dificuldades encontradas nesse meio-tempo, sobretudo no tocante a:

1. remanejamento interno de funcionários na UFJF, algo realmente impeditivo para o bom funcionamento da instituição como um todo;
2. falta de uma verba específica que a Editora possa contar anualmente, para planejar suas linhas editoriais;
3. espaço físico atual, nas dependências do MAMM, completamente inapropriado para as atividades da Editora;
4. morosidade em algumas compras, como as de software essenciais para o bom funcionamento da instituição, bem como o pagamento *de pró-labore*.

5.3 Políticas de Atendimento ao discente

5.3.1 Apoio a discentes na Graduação

A PROAE destaca duas ações importantes voltadas para o incentivo à permanência de estudantes na UFJF:

- a realização de oficina que envolveu representantes estudantis dos *campi* de Juiz de Fora e Governador Valadares e a equipe da PROAE. Nela, foram debatidos todos os eixos relacionados à política de assistência estudantil da UFJF, tendo como produto final a construção coletiva de um documento para nortear e priorizar as futuras ações da pró-reitoria;
- criação do Fórum Permanente de Avaliação, Discussão e Orientação da Política de Assistência Estudantil da Universidade Federal de Juiz de Fora, composto paritariamente por membros indicados pelo Diretório Central dos Estudantes (DCE) e por servidores da PROAE, com o intuito de institucionalizar a participação dos estudantes nas decisões relacionadas à política de assistência estudantil da Universidade.

Entre os principais projetos realizados, destaca-se a mudança no sistema de solicitação e concessão de bolsas de assistência estudantil. Após discussões iniciadas no final de 2015 pela equipe de técnico- administrativos em educação (TAEs) da PROAE, foi efetivado

pela gestão atual, em abril de 2016, o sistema de avaliação de fluxo contínuo, pelo qual os alunos podem solicitar a assistência a qualquer momento.

O oferecimento de vagas como estagiário (com bolsa ou como voluntário) em Programa de Treinamento profissional tem despertado o interesse de um grande número de estudantes. Geralmente, há vagas para diversos cursos e apenas em poucos casos as vagas são direcionadas a um curso específico. Os estudantes têm obtido um considerável aprendizado no que se refere às práticas e políticas de internacionalização, ao mesmo tempo que contribuem significativamente para o setor, auxiliando em conformidade com suas atribuições como estagiários.

O programa de intercâmbio estudantil, um dos principais dentro da DRI, tem como princípio possibilitar e facilitar, na medida do possível, o acesso de qualquer estudante da UFJF à instituição estrangeira pela qual o estudante tenha interesse. Além disso, para concorrer a uma vaga de intercâmbio, os estudantes que tenham tido participação em atividade de ensino (estágios, tutoria), Iniciação Científica e Extensão têm maiores chances de obter uma boa classificação. Adicionalmente, muitos acordos firmados e as vagas anualmente negociadas com instituições parceiras visam a atender os interesses dos estudantes. Anualmente, novos acordos geram novas vagas e busca-se, na medida do possível, alguma maneira de ofertar bolsas, isenções de mensalidades ou taxas e alojamentos gratuitos para fomentar o intercâmbio dos estudantes.

No campo da acessibilidade, a DIAAF estabeleceu contato com algumas pessoas que fizeram parte da extinta Comissão Permanente de Acessibilidade, visando a recuperá-la, incorporando também novas pessoas. A extinta Comissão, que fora criada em junho de 2005, realizou diversas ações que podem ser recuperadas:

- Programa Incluir MEC, edital 1 (2005);
- Programa Incluir MEC, edital 3 (2007);
- Participação na Conferência Municipal dos Direitos da Pessoa com Deficiência (2005);
- Participação na Conferência Estadual dos Direitos da Pessoa com Deficiência (2005);
- Participação na Conferência Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência (2006);
- Criação da Coordenação do atendimento especial aos candidatos do PISM e Vestibular (2006).

A DIAFF promoveu a elaboração de um questionário de cadastro de aluno com deficiência, a ser respondido no ato da matrícula, a ser inserido no SIGA. Infelizmente o CGCO não atendeu à demanda e o questionário foi enviado aos coordenadores dos cursos, que seriam encarregados de transmiti-lo aos estudantes para identificar casos particulares de deficiência e atendermos as suas demandas. Ainda não houve respostas de todos os cursos do *campus* de Juiz de Fora.

Dificuldades: Embora o Regulamento Acadêmico da Graduação estabeleça a aplicação de indicadores para o acompanhamento acadêmico discente, tais medidas ainda não se encontram em vigência na UFJF - o que dificulta a tomada de ações de apoio nos casos em que haja dificuldades de aproveitamento dos estudantes. Com relação a bolsas,

a demanda é maior que a oferta - o orçamento atual é limitado para expansão do setor, que apresenta carência de recursos humanos para a gestão de programas de bolsas de graduação - aí incluídas modalidades como monitoria, treinamento profissional e bolsas de educação tutorial (PET e GET).

Um ponto fraco é a ausência de TAEs e outros profissionais como pedagogo para - junto à DIAAF - realizar estudos e levantamentos do rendimento escolar dos estudantes cotistas, a fim de se elaborar programa voltado à permanência desses estudantes ou a criação de uma Comissão para avaliação do rendimento escolar deles. A DIAFF destaca, ainda, a dificuldade encontrada na implementação do questionário sobre necessidades especiais, cuja implementação via SIGA não foi realizada pelo CGCO. O principal fator que dificultou as ações citadas foi a não estruturação da DIAAF, com pessoal especializado na área das Ações Afirmativas. O diálogo com várias pessoas para a composição de Comissões (Acessibilidade e Pessoa com Deficiência; Avaliação e Acompanhamento dos Estudantes Cotistas; Cotas para a Pós-graduação; Verificação da Auto-declaração) está em curso, mas a indicação é de que ainda se levará alguns meses para que essas comissões sejam formadas.

Ações para 2017: Fórum da Diversidade a partir do Seminário “Construindo as Ações Afirmativas na UFJF”, em conjunto com a PROGRAD, com o I Encontro de bolsistas dos programas de graduação da UFJF, nos dias 8 e 9 de novembro de 2016 - adiado devido à greve dos TAEs. O evento prevê uma conferência de abertura sobre as Ações Afirmativas e 6 Grupos de Trabalho (Acessibilidade e Pessoas com deficiência; Gênero: mulheridades e masculinidades; Gênero: LGBTI; Étnico-racial; Direitos Humanos e Diversidade Social. Em parceria com a PROAE, a DIAFF programa para 2017 um projeto de formação e de integração dos estudantes, especialmente os cotistas.

5.3.2 Ações relacionadas à internacionalização

A DRI promove ações de internacionalização que possibilitam aos estudantes da UFJF ter uma experiência acadêmica mais ampla, ultrapassando os limites do *campus* e do próprio país. Além de programas de origem governamental e programas em parceria com instituições, redes e grupos internacionais, a DRI gerencia programas próprios de intercâmbio internacional, como o PII-GRAD e o PII-João, que são abertos a todos os estudantes de graduação e estudantes do Colégio de Aplicação João XXIII, respectivamente. Os alunos são selecionados levando em consideração tanto sua atuação acadêmica quanto sua condição socioeconômica, uma vez que no edital de seleção consta a obrigatoriedade de se contemplar, preferencialmente, com as bolsas os candidatos participantes do programa de Apoio Estudantil da UFJF.

No que se refere ao recebimento de estudante, a DRI também gerencia o Programa Estudante-convênio de Graduação (PEC-G), sob orientação do MEC e MRE. Os estudantes estrangeiros deste programa são oriundos de países em que há uma forte vulnerabilidade socioeconômica e, de acordo com cumprimento das atividades acadêmicas, podem receber bolsas como a Promisões e a Mérito. Após a conclusão do curso, os estudantes têm que retornar ao país de origem, onde poderão aplicar os conhecimentos adquiridos

na UFJF.

Em constante contato com outras assessorias de internacionalização do Brasil e do exterior, o setor divulga frequentemente oportunidades para os estudantes oferecidas por órgãos estrangeiros, embaixadas, consulados e instituições parceiras e não-parceiras. Os estudantes da UFJF que vão ao exterior têm suporte antes mesmo de se candidatarem, uma vez que a DRI, além de disponibilizar todas as informações necessárias para concorrer a uma vaga no exterior, realiza eventos (como palestras e seminários) ao longo do ano, de modo que possam se programar com a antecedência necessária. Durante o processo de seleção (que dura cerca de dois semestres), os estudantes têm, obrigatoriamente, que participar de reuniões e mesas-redondas com integrantes da DRI, professores e ex-intercambistas a fim de compartilhar informações relevantes e experiências. O acompanhamento pedagógico se dá junto às instituições parceiras através da análise do plano de estudo de todos os candidatos e de seu desempenho acadêmico.

Os intercambistas estrangeiros que permanecem um ou dois semestres na UFJF, além de contar com o evento “*Orientation Day*”, um dia de orientações gerais sobre a UFJF, contam com assessoria administrativa e acadêmica antes, durante e depois de sua permanência na instituição. Os intercambistas estrangeiros recebem apoio, como por exemplo, nos trâmites referentes a visto (retirada e renovação), ao registro na Polícia Federal e ao processo de matrícula e de escolha de disciplinas. Esses estudantes contam também com o Projeto *Buddy*, da DRI, em que estudantes da UFJF selecionados pelo setor ajudam os novos intercambistas em tarefas do cotidiano e em assuntos acadêmicos, além de apresentar pontos turísticos da cidade e acompanhá-los em locais como bancos, supermercados e passeios culturais.

A DRI também gerencia o programa Idioma sem Fronteiras(IsF), a fim de permitir que todos os estudantes e servidores (tanto do *campus* de Juiz de Fora, quanto de Governador Valadares) tenham a possibilidade de dominar um idioma estrangeiro e possam obter uma certificação reconhecida internacionalmente (o exame TOEFL⁹ é aplicado pelo IsF ao longo do ano). Para tanto, o setor conta uma excelente infraestrutura física, com os setores distribuídos em três salas e um “*international lounge*”, onde, além de receber delegações, representantes de embaixadas e consulados, representantes de instituições parceiras, é aberto ao público acadêmico em geral, configurando um espaço a mais onde intercambistas brasileiros e estrangeiros podem interagir. O espaço será também usado semanalmente, para encontros de estudantes, onde poderão praticar qualquer idioma com os demais presentes.

Dificuldades: Ausência de tradutores de LIBRAS em eventos da UFJF e a necessidade de se ter transcritores e leitores para estudantes com deficiência motora.

Ações para 2017: A expectativa para 2017 é aumentar de 0,46% para 1% a entrada de estrangeiros, comparado ao número de alunos atualmente matriculados na UFJF, além de ampliar de 0,66% para 1% a saída de alunos da UFJF. Também está prevista a criação de cursos de verão ministrados em Inglês e em outros idiomas, conforme a disponibilidade dos professores envolvidos. A implementação desses cursos deve ampliar a possibilidade

⁹ *Test of English as a Foreign Language*

de abertura de vagas e participação de alunos da UFJF em cursos de verão e/ou regulares nas universidades parceiras, fomentando também a mobilidade *outgoing*. Em conexão com o Programa de Universalização, um dos planos de ação prevê a cessão parcial do espaço da DRI e o apoio nas ações de formação dos seus professores-bolsistas. Pretendemos oferecer suporte aos professores que desejam ministrar disciplinas em Inglês através da criação de um módulo no Idiomas sem Fronteiras voltado para os docentes da UFJF, baseado no método *English as a Medium of Instruction* (EMI), oferecido pelo *British Council* ao MEC, bem como criar módulos específicos para capacitação de TAEs em articulação com a Pró-reitoria de Gestão de Pessoas. Outro objetivo é buscar a inclusão de outras línguas no sistema Idiomas sem Fronteiras, como espanhol, italiano, francês, alemão e português para estrangeiros, com a criação de uma bolsa para cada área, no valor de R\$ 500.

6 Eixo 4 - Políticas de Gestão

6.1 Políticas de Pessoal

Inicialmente, é importante esclarecer que a Pró-Reitoria de Gestão de Pessoas (PROGEPE) compreende um conjunto integrado de programas e ações institucionais direcionadas aos docentes e técnico-administrativos em educação da Universidade Federal de Juiz de Fora, os quais são desenvolvidos em parceria com a comunidade universitária.

Em termos organizacionais, ressalta-se que atualmente, a PROGEPE é composta por cinco coordenações e uma secretaria, por meio das quais planeja e executa as atividades relacionadas aos processos de gestão de pessoas. Integram a estrutura da PROGEPE: Coordenação de Administração de Pessoal (CAP), Coordenação de Movimentação e Avaliação de Pessoas (CAMP), Coordenação de Capacitação e Desenvolvimento de Pessoas (CCDP), Coordenação de Formação, Análise e Planejamento de Pessoal (CFAP), Coordenação de Saúde, Segurança e Bem Estar (COSSBE) e a Secretaria da PROGEPE.

A Pró-Reitoria de Gestão de Pessoas tem por missão a realização de atividades relacionadas aos subsistemas de recursos humanos e à vida do servidor no âmbito da UFJF. Nessa perspectiva, compete à PROGEPE, dentre outras, a seleção de pessoas por meio de concurso público, o gerenciamento de direitos e vantagens, o desenvolvimento funcional, afastamentos, licenças e movimentação de pessoas. Afora essas atribuições, a PROGEPE também promove oportunidades de capacitação e desenvolvimento, além de realizar ações de proteção, prevenção e cuidados com a saúde, propiciando melhor qualidade de vida pessoal e profissional aos servidores. Ressalta-se que, atualmente, buscou-se conceber e incorporar uma nova perspectiva na maneira como os colaboradores da universidade devem ser geridos. Nesta perspectiva, abandonou-se a noção de pessoas como recursos e passou-se a compreendê-las como agentes imprescindíveis para o desenvolvimento organizacional. Nesse contexto, a PROGEPE assume papel estratégico, cabendo a ela planejar, organizar e acompanhar ações e programas de gestão de pessoas, sem, contudo, prescindir do aspecto humano inerente a cada servidor que integra a equipe da UFJF. Feito esse breve introito, passa-se à apresentação e análise de cada um dos pilares de atuação da PROGEPE-UFJF.

Em relação às ações de capacitação, qualificação e desenvolvimento, a PROGEPE promove (por meio da Coordenação de Capacitação e Desenvolvimento de Pessoas) o levantamento das necessidades de treinamento, o planejamento, a organização e a avaliação dos cursos de capacitação e treinamento ministrados aos servidores.

Ao longo do ano de 2016, foram ofertados aos servidores da UFJF mais de 80 (oitenta) cursos de capacitação em diversas áreas do conhecimento, visando ao atendimento das necessidades e metas institucionais e contribuindo para o desenvolvimento do servidor, como profissional e cidadão. Dentre as ações de capacitação, destaca-se: o seminário de integração e formação de carreiras, o qual fornece suporte técnico-institucional aos ingressantes e potencializa a inserção e integração dos servidores ao ambiente de trabalho por meio da promoção do conhecimento de diversos aspectos relacionados à UFJF, bem como às carreiras dos servidores.

Também ganharam destaque temas importantes para a inclusão e promoção da cidadania e para o desenvolvimento institucional da UFJF, dentre os quais destacam-se os cursos de: Linguagem Brasileiras de Sinais (LIBRAS) virtual, Educação Ambiental (Sustentabilidade Ambiental) e Informática Básica. Além das atividades de capacitação, a PROGEPE também promove ações relacionadas à qualificação dos servidores da UFJF. Nesse contexto, compete a esta Pró-Reitoria a gestão do Programa de Apoio à Qualificação (PROQUALI).

Em relação ao programa PROQUALI, ressalta-se que foram promovidas ações estratégicas no ano de 2016, sobretudo em decorrência do contexto de restrições financeiras e orçamentárias que envolveu a UFJF. Dentre as ações, destaca-se a reformulação da Resolução que normatiza o programa pelo Conselho Superior (Resolução nº 51/2016-CONSU), que foi discutida e elaborada com ampla participação das entidades representativas, dos servidores da PROGEPE, dos integrantes da Comissão de reformulação, da Comissão PROQUALI e das Pró-reitorias de Graduação, de Pós-Graduação e de Orçamento e Finanças, reafirmando o caráter participativo e colaborativo que baliza a atuação da atual gestão.

Somado à reformulação do programa, destaca-se a publicação do edital PROQUALI, em julho de 2016, ofertando um total de 192 (cento e noventa e duas) bolsas, sendo 147 para pós-graduação e 45 para graduação. Além do PROQUALI, a Pró-Reitoria de Gestão de Pessoas realiza a gestão do programa de reserva de vagas no Mestrado Profissional em Gestão e Avaliação da Educação Pública, ofertado pelo Centro de Políticas Públicas e Avaliação na Educação (CAEd). Em relação a este programa, o ano de 2016 também representou um marco institucional importante, por dois motivos: o primeiro foi a possibilidade dos servidores integrantes da carreira docente participar deste programa (até o ano de 2015 apenas servidores da carreira TAE podiam participar), o segundo motivo é que, no ano de 2016, foi feita a maior oferta de vagas desse programa na história da UFJF, promovendo um crescimento de mais de 25% em relação às vagas ofertadas em 2015 e mais de 66% em relação às reservas de 2014.

Em julho de 2016, o Mestrado Profissional em Administração Pública em Rede Nacional (PROFIAP), coordenado pela Comissão acadêmica Nacional do PROFIAP, com o apoio da Associação Nacional de Dirigentes de Instituições Federais (ANDIFES) e da

Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) e ofertado pela Faculdade de Administração e Ciências Contábeis (FACC) da UFJF também passou a integrar o rol das oportunidades de qualificação promovidas pela UFJF. Neste programa, foram ofertadas 11 (onze) vagas destinadas aos servidores docentes e TAEs da UFJF. Ainda em relação ao PROFIAP, ressalta-se que o ano de 2017 já inicia com uma grande oportunidade para os servidores da UFJF, uma vez que em dezembro de 2016 foram publicados o EDITAL PROFIAP N^o 005/2016 e a Portaria N^o 1454/2016-PROGEPE-UFJF, os quais prevêem a oferta de 07 (sete) vagas destinadas aos servidores da UFJF na turma do mestrado profissional em Administração Pública no ano de 2017. Embora muitos avanços tenham ocorrido no ano de 2016, a PROGEPE reconhece que ainda existem grandes desafios no que concerne à capacitação, à qualificação e ao desenvolvimento de pessoas, sobretudo no que tange às bases necessárias à implementação do modelo de gestão por competências, do fomento de práticas inovadoras e empreendedoras na UFJF e do desenvolvimento de sistemas que permitam a oferta, a avaliação e o controle dos programas de forma mais eficiente e transparente.

6.1.1 Planos de carreira

Os planos de carreira são:

- Planos da carreira docente Magistério Superior e Ensino Básico, Técnico e Tecnológico: são os critérios estabelecidos na Lei 12.772, de 28/12/2012;
- Portaria MEC n^o 554, de 20/06/2013 e Portaria MEC n^o 982, de 03/10/2013;
- Portaria MEC n^o 7, de 29/06/2006;
- Plano da carreira Técnico Administrativo em Educação: regulamentado através da Lei n^o 11.091, de 12/01/2005 e Lei n^o 11,784, de 22/09/2008.

Através dos planos de carreiras tanto de TAE quanto de Docentes, os servidores não permanecem estagnados, buscando se capacitar através de cursos de capacitação no geral, graduação e programas de Mestrado e Doutorado, buscando o aperfeiçoamento continuamente.

Dificuldades encontradas: Criação de normas que venham regulamentar os procedimentos para as avaliações de desempenho para fins de progressão e de promoção na carreira de Docente, conforme estabelece o Art. 12, parágrafo 4^o da Lei n^o 12.772/2012.

Ações/estratégias previstas para 2017: Canais de integração junto à Comissão Permanente de Pessoal Docente (CPPD) para se criarem propostas ao Conselho Superior para fins normatização dos procedimentos de progressão.

6.1.2 Programas de qualificação profissional e de melhoria da qualidade de vida de docentes e TAEs

Em relação aos programas de qualificação, destaca-se que, no ano de 2016, foram ofertadas um total de 192 (cento e noventa e duas) bolsas, sendo 147 para pós-graduação

e 45 para graduação.

Em relação ao programa de reserva de vagas no Mestrado Profissional em Gestão e Avaliação da Educação Pública, elucida-se que foram ofertadas 25 vagas destinadas aos TAEs e Docentes da UFJF. Por derradeiro, em relação ao Mestrado Profissional em Administração Pública em Rede Nacional (PROFIAP), destaca-se que foram ofertadas 11 vagas para os servidores da UFJF no ano de 2016.

Em relação à melhoria de qualidade de vida ganha relevo o desenvolvimento do Programa de Qualidade de Vida no Trabalho e da Rede dos Núcleos de Atenção à Saúde do Servidor (NASS), além do I Encontro da Rede NASS das Unidades Acadêmicas em julho de 2016.

Dificuldades encontradas: Em relação à qualificação, as principais dificuldades encontradas foram: restrição orçamentária; ausência de padronização de informações acadêmicas; limitação dos sistemas de tecnologia da informação e banco de dados e construção de indicadores e relatórios gerenciais.

Em relação à melhoria de qualidade de vida: paralisação de algumas unidades durante o período de greve.

Ações/estratégias previstas para 2017: no que concerne aos programas de qualificação para o ano de 2017 objetiva-se realizar o levantamento e a padronização de informações acadêmicas, o mapeamento dos processos que envolvem os programas de qualificação, envidar esforços junto ao setor competente para o desenvolvimento de tecnologias que auxiliem no controle, execução e avaliação dos programas.

Em relação à melhoria de qualidade de vida: ampliar e consolidar a Rede dos Núcleos de Atenção à Saúde do Servidor (NASS).

6.1.3 Clima institucional, relações interpessoais, estrutura de poder, graus de satisfação pessoal e profissional

Em relação a segurança, saúde e bem-estar, a COSSBE/PROGEPE não realizou nenhuma pesquisa que pudesse avaliar as relações interpessoais, estruturas de poder, graus de satisfação pessoal e profissional. No entanto, conforme demanda dos servidores, a COSSBE realiza intervenções pontuais com o objetivo de propiciar melhores condições de trabalho aos servidores envolvidos.

Em relação ao Programa de Avaliação de Desempenho dos Técnico-Administrativos em Educação (PROADES), fomenta um clima institucional mais participativo e dialogado, o que possibilita dirimir conflitos que surgem no cotidiano e melhorar a integração entre as equipes de trabalho. A Avaliação de Desempenho dos Técnico-Administrativos em Educação (TAEs) configura-se como um processo contínuo e permanente que busca o desenvolvimento e o crescimento pessoal, profissional e institucional.

É um processo dinâmico e aberto, permitindo tanto às Chefias quanto aos TAEs promover, periodicamente, uma análise e reflexão sobre o desempenho, no local de trabalho, dentro de um clima de confiança e respeito mútuos. Sob esse prisma, o processo não se restringe ao ato de avaliar em si, mas se estende como forma de acompanhamento aos TAEs.

Outro resultado positivo é o trabalho itinerante, por meio do qual a equipe da Coordenação de Avaliação e Movimentação de Pessoas vai às Unidades acadêmicas e Administrativas, ao encontro dos servidores para dialogar, de forma coletiva, ouvindo suas experiências, demandas, dificuldades, desafios e eventuais críticas, a fim de estreitar os laços institucionais. Esses laços configuram-se como um objeto a ser trabalhado, lapidado, o que requer sempre uma renovação a cada momento.

Dificuldades encontradas: Em alguns casos, determinadas situações de conflito surgem em virtude da inabilidade para se encaminhar as questões adequadamente, por meio da palavra, nos espaços propícios, seja nas reuniões do PROADES, na itinerância ou nas instâncias colegiadas, por meio das quais se estrutura a UFJF.

Ações para 2017: Dar continuidade ao trabalho itinerante, visando a uma relação de confiança entre os Gestores e os servidores, docentes e TAEs, pois as divergências devem ser percebidas de maneira enriquecedora, uma vez que a síntese das diferenças leva a um trabalho mais colaborativo.

Verificação e avaliação da necessidade do desenvolvimento de demais ações nessa temática.

6.1.4 Aperfeiçoamento e Avaliação de Desempenho

Em relação ao Aperfeiçoamento, destacam-se também os cursos de capacitação e os programas de qualificação promovidos pela Coordenação de Capacitação e Desenvolvimento de Pessoas (CCDP) e as possibilidades de afastamento para cursos de pós-graduação, bem como a licença para capacitação – nos termos da Lei Nº 8.112/1990.

Em relação ao corpo técnico-administrativo, temos o Programa de Avaliação de Desempenho (PROADES). Podem-se destacar os seguintes pontos positivos:

- 1) Envolvimento dos TAEs no planejamento das ações e da dinâmica de trabalho no interior das Unidades, bem como na avaliação de seus resultados.
- 2) Melhoria na distribuição das atribuições e responsabilidades de cada um.
- 3) Melhoria nos ambientes de trabalho, que assumem uma dinâmica mais participativa, onde o TAE é valorizado.
- 4) Ações bem sucedidas oriundas de metas pactuadas no PROADES.

O Estágio Probatório é o período de avaliação do servidor nomeado para o cargo de provimento efetivo, correspondente a 03 (três) anos de exercício do servidor. Na UFJF, o Estágio Probatório tem cumprido sua função de avaliar a aptidão e a capacidade do servidor para o desempenho das atribuições do cargo, como também, de possibilitar a identificação de incompatibilidades eventualmente ocorridas entre o servidor e a Instituição.

A avaliação do Estágio Probatório, docente e TAE, é uma prática que abrange não somente o aspecto cartorial da administração pública, mas, também, as particularidades de cada servidor que se encontra submetido a esse processo.

Ações/estratégias previstas para 2017: na seleção e contratação, pretende-se aprimorar as normas internas existentes, a partir das dificuldades encontradas quando de sua aplicação.

Na avaliação, em relação ao corpo técnico-administrativo, existe o Programa de Avaliação de Desempenho (PROADES), para o qual se assinalam as seguintes ações/estratégias para 2017:

- 1) Tornar o PROADES uma ferramenta de gestão estratégica.
- 2) Reforçar a necessidade de propor metas vinculadas ao PDI.
- 3) Reforçar a necessidade de estabelecer indicadores essenciais para as metas pactuadas.
- 4) Subsidiar as ações do Programa de Capacitação.

Em relação ao Estágio Probatório:

- 1) Implantar, juntamente com o Centro de Gestão do Conhecimento Organizacional (CGCO) e o Escritório de Processos, a informatização dos processos de Estágio Probatório redesenhados.
- 2) Revisão dos modelos de avaliação do Estágio Probatório, com participação da CPPD e da CIS.

6.1.5 Relação com a missão institucional

Preliminarmente, observa-se que a UFJF promove programas e ações de qualificação e capacitação visando, dentre outros objetivos, à realização da missão institucional. Nessa perspectiva, ressalta-se que as competências desenvolvidas pelos servidores são fundamentais para a ampliação das atividades de ensino, pesquisa e extensão na UFJF. Porém, no âmbito da PROGEPE, não existem indicadores ou outros sistemas de métrica que permitam aferir o grau que o desenvolvimento das competências dos servidores tem contribuindo para o desenvolvimento da missão institucional.

A UFJF busca nas suas ações de capacitação e qualificação contribuir a melhoria da qualidade das atividades de ensino, pesquisa e extensão, promovendo ações que desenvolva o seu corpo docente e técnico não apenas em relação aos aspectos acadêmicos, mas também em relação à humanização, ética e responsabilidade social.

Dificuldades encontradas: a dificuldade encontrada reside na ausência de instrumentos que permitam mapear e/ou aferir o grau que as ações de treinamento e desenvolvimento de pessoas têm contribuído para a realização da missão institucional com qualidade.

Ações/estratégias previstas para 2017: planejar e desenvolver indicadores ou parâmetros que permitam mapear ou aferir como as ações da PROGEPE têm contribuído para a realização da missão institucional.

6.1.6 Programas de Qualificação e Capacitação

Em relação aos programas de qualificação profissional, ressalta-se, preliminarmente, que há uma distinção conceitual entre ações de capacitação e qualificação. As ações de capacitação compreendem o conjunto de atividades relacionadas à educação não formal, ou seja, aos cursos de capacitação. As ações de qualificação, por vez, relacionam-se com as atividades de educação formal, quais sejam: graduação, pós-graduação *lato sensu*, mestrado e doutorado.

Quanto às ações de capacitação, no ano de 2016 foram ofertados mais de 80 (oitenta) cursos de capacitação em diferentes áreas do conhecimento. No que concerne às atividades de qualificação, destacam-se os seguintes programas: Programa de Apoio à Qualificação, programa de reserva de vagas no Mestrado Profissional em Gestão e Avaliação da Educação Pública, ofertado pelo Centro de Políticas Públicas e Avaliação na Educação (CAEd) e o Mestrado Profissional em Administração Pública em Rede Nacional (PROFIAP). Neste ponto destaca-se que a UFJF também possui programa de reserva de vagas para servidores nos cursos de especialização pagos, ministrados pelas unidades acadêmicas. No entanto, em decorrência de questões relacionadas à (in)constitucionalidade da cobrança de mensalidade em cursos dessa natureza, eles encontram-se suspensos no âmbito da UFJF. Em relação aos programas de qualificação destaca-se que no ano de 2016 foram ofertadas um total de 192 (cento e noventa e duas) bolsas, sendo 147 para pós-graduação e 45 para graduação. Em relação ao programa de reserva de vagas no Mestrado Profissional em Gestão e Avaliação da Educação Pública, elucida-se que foram ofertadas 25 vagas destinadas aos TAEs e Docentes da UFJF. Por derradeiro, em relação ao Mestrado Profissional em Administração Pública em Rede Nacional (PROFIAP), destaca-se que foram ofertadas 11 vagas para os servidores da UFJF no ano de 2016.

Dificuldades encontradas: as principais dificuldades encontradas foram: restrição orçamentária; ausência de padronização de informações acadêmicas; limitação dos sistemas de tecnologia da informação e banco de dados e construção de indicadores e relatórios gerenciais.

Ações/estratégias previstas para 2017: para o ano de 2017 objetiva-se realizar o levantamento e a padronização de informações acadêmicas, mapeamento dos processos que envolvem os programas de qualificação, envidar esforços junto ao setor competente para o desenvolvimento de tecnologias que auxiliem no controle, execução e avaliação dos programas.

6.1.7 Políticas de assistência e de melhoria da qualidade de vida dos TAEs

As seguintes ações foram desenvolvidas em 2016:

- Consolidação dos projetos de Meditação *Mindfulness*, para ressignificação do trabalho e melhora na qualidade de vida – desenvolvido pelo Dr Afonso Damião Neto, médico perito da Unidade SIASS;
- Ginástica laboral - em parceria com a PROGRAD através do Programa de Treinamento Profissional e a Faculdade de Fisioterapia;

- Servidor Saudável: corrida e caminhada, em parceria com a Pró-Reitoria de Extensão e Faculdade de Educação Física;
- Oficina de Memória, em parceria com a Pró-Reitoria de Extensão e Faculdade de Serviço Social, através do Pólo de Enriquecimento Cultural.

Dificuldades encontradas:

- Dificuldade de ampliar o número de servidores atendidos por alguns projetos do Programa de Qualidade de Vida no Trabalho devido ao número restrito de bolsistas.
- Divulgação dos projetos não teve a eficiência esperada.

Ações/estratégias previstas para 2017: realizar e fortalecer parcerias com as Unidades Acadêmicas e outros setores da UFJF para a implementação de novos projetos do Programa de Qualidade de Vida no Trabalho.

6.1.8 Comissão Permanente de Pessoal Docente (CPPD)

Na UFJF, existe uma comissão responsável por formular a política de pessoal docente a ser encaminhada ao CONSU para aprovação e por acompanhar sua execução, cuja função é citada no item 4.4 do PDI, a CPPD é citada no seguinte parágrafo:

“As ações de Avaliação de Desempenho devem ser estreitamente articuladas ao Programa de Capacitação e ao Programa de Dimensionamento de Pessoal, sustentados por uma Gestão por Competências e Processos e em comum acordo com as diretrizes a serem emitidas pela Comissão Permanente de Pessoal Docente (CPPD).”

No que diz respeito a essa atividade, a CPPD já está estudando e elaborando uma política de carreira docente pensada de maneira global e estruturada.

Em Metas, item 1.1, a CPPD é citada no seguinte parágrafo:

“1.1. Subsidiar a implementação da Comissão Permanente de Pessoal Docente (CPPD) – prazo: 6 meses;”

Já houve 12 reuniões ordinárias e 4 reuniões extraordinárias. Em cada uma a pauta se refere a temas importantes à carreira docente, excepcionalidade, Plano Individual de Trabalho (PIT), estágio probatório, processos administrativos e funcionamento da CPPD. Ademais, as subcomissões temáticas trabalham em paralelo com o pleno da CPPD, discutindo e estudando cada tema. As reuniões das subcomissões têm ocorrido em semanas alternadas com as reuniões ordinárias, sempre às quintas-feiras, à tarde.

A CPPD é citada no PDI, no parágrafo que se segue:

“1.2. Encaminhar à CPPD proposta para Revisão das Normas de Ingresso na Carreira Docente do Magistério Superior e do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico – prazo: 1 ano”.

o que não ocorreu oficialmente até o momento, tendo já ocorrido comunicações de caráter informal sobre:

- excepcionalidade do regime de 40 horas sem dedicação exclusiva;
- plano individual de trabalho (PIT);
- concurso público.

Tendo em vista tais demandas, a CPPD tem se dedicado a estes temas:

- encontra-se em fase final de elaboração a proposta sobre a “excepcionalidade”;
- sobre o PIT, a subcomissão já se reuniu e vem debatendo o tema, estando em fase de elaboração de proposta;
- Sobre concurso público, o tema será tratado no próximo ano.

Há ainda outros temas que têm sido objeto de análise, como o estágio probatório, no qual foi constatado que alguns critérios não deveriam ser considerados e/ou aplicados. A CPPD recomendou ao CONSU a revisão da Resolução nº13, art.8º, III, por ser incompatível com a natureza da excepcionalidade e com a legislação federal, e deu ainda parecer em 9 processos administrativos sobre a carreira docente, sendo 8 deles sobre excepcionalidade do regime de 40 horas sem DE e 1 sobre progressão/promoção.

Dificuldades: A CPPD já está em pleno funcionamento, carecendo de algumas providências de ordem administrativa, como por exemplo, apoio técnico e infraestrutura.

6.2 Considerações finais sobre a Gestão de Pessoas da UFJF

Ao longo do ano de 2016, a equipe PROGEPE trabalhou sistematicamente promovendo diversos programas e ações visando à realização de um trabalho ético, eficiente e em equipe, contando com a participação de diversos órgãos da UFJF e segmentos da comunidade acadêmica.

O próximo ano traz novos desafios para o setor, dentre os quais ganha destaque as atividades a serem desenvolvidas pela PROGEPE a partir da decisão do Conselho Superior sobre a flexibilização da jornada de trabalho e controle de assiduidade e pontualidade.

Destaca-se, também, o estabelecimento do Programa de Dimensionamento das Necessidades Institucionais de Pessoal Técnico-Administrativo em Educação da Universidade Federal de Juiz de Fora (PRODIM), o qual está sendo elaborado e discutido pelo Conselho Superior com a participação da comunidade universitária em conformidade com o Plano de Desenvolvimento dos Integrantes da Carreira dos Cargos Técnico- Administrativos em Educação da UFJF (PDICCTAE-UFJF).

O programa de dimensionamento constitui importante instrumento gerencial a ser utilizado pela universidade nos subsistemas internos de gestão de pessoas, por isso é imprescindível a articulação do PRODIM com o Plano de Desenvolvimento Institucional

(PDI), o Programa de Avaliação de Desempenho (PROADES), o Programa de Capacitação (PROCAP) e o Programa para a Qualidade de Vida no Trabalho dos Servidores Públicos Federais da UFJF (PRÓ-VIDA).

O ano de 2017 também se revela importante para a modernização e otimização dos processos de trabalho da PROGEPE. Nesse contexto, ganham destaque alguns sistemas do governo federal, tais como: o Assentamento Funcional Digital (AFD), que substituirá a tradicional pasta funcional física; o Sistema Eletrônico de Informação (SEI) e a integração dos sistemas internos com o Sistema de Gestão de Pessoas do Governo Federal (SIGEPE).

6.2.1 Sustentabilidade financeira

A sustentabilidade financeira da instituição tem por base a Lei Orçamentária Anual que, no caso das IFES, está baseada em políticas públicas determinadas (como recursos para assistência, expansão, etc.) e em recursos custeio/capital, com base em uma matriz acordada com a ANDIFES e alocações específicas. A garantia orçamentária principal é a matriz.

Conforme o relatório encaminhado pela PROPOF, a gestão de recursos foi feita a partir do momento em que a atual gestão assumiu a UFJF (abril/2016), redefinindo pagamentos em atraso, compensado valores de outros anos, reavaliando contratos e executando as ações determinadas por lei. A política de incentivo à pós-graduação (APG), de qualificação dos servidores (PROQUALI) em graduação e pós-graduação e as bolsas em geral estiveram garantidas, e estudos para nova matriz orçamentária já foram iniciados.

No âmbito de atualizações de equipamentos necessários para o desenvolvimento das atividades na Universidade, houve aquisição via recursos de capital Investimento da ordem de 5 milhões de reais em 2016 (após abril). Mas persistem gargalos e é necessário melhor planejamento dos setores tanto para reposição quanto para novos investimentos - para isto, já foi apresentado um projeto de planejamento ao CONSU.

Sobre outras dificuldades enfrentadas, cita-se que houve demora na liberação de recursos financeiros, pelo menos até agosto/2016, incertezas quanto aos limites totais até novembro de 2016 e passivos internos (compensações, dívidas) a serem acertados. Também apontou-se que o próprio PDI define limites claros para a criação de novas ações, e que a relação entre proposta de desenvolvimento da IES e orçamento previsto não se encontra detalhada.

A compatibilidade entre cursos oferecidos e verbas e recursos disponíveis atualmente ocorre em partes, mas há uma crescente necessidade de readaptação. E, além de haver diversidade de necessidades, evidenciou-se a ausência anterior de planejamento, demandas represadas e a incerteza orçamentária futura.

Não houve declarações quanto a problemas com obrigações trabalhistas, atrasos de salários dos servidores e questões financeiras a serem resolvidas por intermédio de sindicatos.

Para o ano de 2017, estão previstas as seguintes ações:

- a manutenção das políticas de incentivo, racionalização e adaptação de contratos;

- planejamento de melhor adequação dos recursos diante de restrições orçamentárias crescentes;
- análise dos contratos existentes para ajustes quando necessário;
- implantar estudos e ações relacionados a um plano diretor para melhor atender às demandas da IES sobre adequação das instalações;
- divulgação de novo edital PROQUALI e implantação de nova estratégia de capacitação dos servidores, garantidos através de recursos na LOA 2017.

7 Eixo 5 - Infraestrutura Física

O Eixo 5 descreve as condições materiais e de suporte para as atividades da UFJF e, aqui, deve-se levar em conta o impacto das restrições orçamentárias a que a instituição foi submetida em 2015, as quais levaram à interrupção de várias obras civis nos dois campos. Soma-se a isto a ocorrência de manifestações e paralisações das três categorias - discentes, docentes e TAEs - e, ainda, os reflexos da tragédia ocorrida no Rio Doce, com efeito direto sobre o *Campus GV*.

7.1 Relato Geral

A Pró-Reitoria de Infraestrutura e Gestão (PROINFRA) faz a execução, o acompanhamento e a fiscalização dos projetos e das obras de engenharia que implicam na manutenção e ampliação da Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF). Administra as ações de sustentabilidade, bem como a ocupação e o uso das áreas da UFJF, sendo responsável por planejar, gerenciar e executar a manutenção e a reforma dos espaços físicos, incluindo as redes de eletricidade, de dados e de telefonia.

A PROINFRA também administra o patrimônio, os processos de compras, o almoxarifado, os serviços de correspondência, protocolo e transporte, além de ser responsável pela segurança da instituição. Incorporou, ainda, a Coordenação de Sustentabilidade.

Atualmente com 163 Técnico-Administrativos em Educação (TAEs), a pró-reitoria gerencia os contratos de terceirização de conservação e limpeza, dos motoristas, vigilância armada e porteiros.

No setor de Manutenção, a partir de uma profunda reestruturação de atividades, em especial com a contratação da empresa SM21 – especializada em engenharia – para os serviços de manutenção e pequenas obras, ocorreu uma intensificação do atendimento das requisições enviadas pelas Unidades Acadêmicas e administrativas.

Entre janeiro e dezembro de 2016, o setor de obra civil recebeu 4.643 requisições e atendeu 3.832, o que representa 83% dos serviços solicitados. A média mensal é de 422 requerimentos (348 atendidos). As requisições dos serviços de hidráulica (1.301, com taxa de atendimento de 92%) lideram as atuações do setor.

Com relação aos projetos e obras de engenharia, a PROINFRA vem atuando no saneamento dos problemas encontrados nos contratos assumidos e ainda não finalizados

referentes às obras da nova reitoria e das Faculdades de Administração, Direito, Farmácia e Odontologia; Laboratório de Apoio à Estação Experimental de Plantas (LAEEP); Moradia Estudantil; Almoxarifado; Pronto Atendimento; e Transporte.

A Pró-reitoria também desenvolve estudos que visam a solucionar as obras do *campus* avançado de Governador Valadares e do Hospital Universitário (unidade CAS), o Teleférico e Trenó de Montanha no Jardim Botânico, pelo Parque Tecnológico, Colégio de Aplicação João XXIII e anel viário do *campus*-sede. A PROINFRA ainda acompanha a finalização das obras da Faculdade de Fisioterapia, do Observatório Astronômico e Planetário e da reforma do Laboratório de Zoologia, além da implementação da iluminação de LED¹⁰ no *campus* e restauração do Cine-Theatro Central.

Em 2016, os técnicos da PROINFRA fiscalizaram o andamento das obras da Faculdade de Educação Física e Desportos (FAEFID) e da Faculdade de Comunicação (FACOM), além da Central de Monitoramento. “É importante salientar que, também em 2016, o projeto de modernização e ampliação dos sistemas de vídeo-vigilância eletrônica teve andamento. Esse projeto conta com mais de R\$ 20 milhões em investimento e irá contribuir decisivamente para melhoria da segurança no *campus*”, segundo relata o Pró-Reitor.

Uma mudança importante na cultura organizacional da PROINFRA é o resgate do protagonismo dos engenheiros, arquitetos e técnicos do setor na condução dos projetos e fiscalização, considerando que anteriormente os projetos eram contratados externamente, sem a participação dos técnicos, o que causou inúmeros problemas de execução.

Ainda, em 2016, a PROINFRA inicia três obras, que podem ser pequenas em números, mas simbolicamente sinalizam uma mudança substantiva de comportamento, quando são licitadas as obras da reforma no Instituto de Ciências Biológicas (ICB-anexo); lavanderia da Moradia Estudantil; e pequenas obras no *campus* e o muro de arrimo da Radiologia, no HU. Todas têm projetos elaborados pelos arquitetos e engenheiros da PROINFRA.

No dia 14 de novembro de 2016, as chuvas provocaram um deslizamento de terra entre a Faculdade de Engenharia e o Instituto de Ciências Exatas (ICE), o que gerou uma obra emergencial, que se encontra em andamento e é gerenciada pela PROINFRA, com a colaboração de diretores e professores da Engenharia, do ICE, do curso de Arquitetura e Urbanismo, Instituto de Artes e Design (IAD) e ICB.

Também, em 2016, as relações entre a PROINFRA e o *campus* de Governador Valadares foram intensificadas. A partir de uma parceria técnica, o projeto de demolição do imóvel do bairro de Santa Rita, em Governador Valadares, foi licitado e encontra-se em fase de execução. Inúmeras atividades em conjunto estão sendo realizadas como, por exemplo, a formação da comissão para o planejamento da construção do *campus* de GV, composta por professores e TAEs dos dois *campi*.

Ações para 2017:

- Contratação de empresa para execução de pequenas obras, visando a otimizar os serviços de manutenção;
- Recuperação das fachadas das edificações (prioridade para as mais danificadas);

¹⁰ *Light emitter diode*

- Reforma dos passeios da UFJF para melhorar a segurança dos usuários;
- Reforma e adaptação das Moradias Estudantis para utilização;
- Levantamento de redes assoreadas no *campus* da UFJF para recuperação;
- Recuperação dos telhados do prédio Itamar Franco (grandes vazamentos);
- Resolução dos vazamentos do telhado do novo ICH;
- Adaptação dos espaços do Centro de Vivência;
- Resolução das pendências de obras paralisadas (Hospital Universitário, Governador Valadares, Nove Obras, Reitoria, Anel Viário, João XXIII, etc.);
- RDC de projetos – viabilizar projetos executivos;
- Projetos de demanda de diretores – definir escala de prioridade;
- Projeto de redimensionamento da Reitoria;
- Projeto do Centro de Vivência;
- Término das instalações do Sistema de Vigilância Eletrônica (7LAN);
- Instalação do elevador IAD – cumprir exigências de avaliação de curso;
- Projeto de modernização das redes de água potável, esgoto e águas pluviais;
- Elaboração de projetos de prevenção de incêndios e reforma das instalações elétricas do Teatro Pró Música.
- Implantação da nova turma de bolsistas INFOCentro¹¹, mediante processo de seleção mais justo e transparente;
- Implantação dos celulares funcionais;
- Reorganização das instalações elétricas dos laboratórios, visando ao levantamento de demandas e correção de eventuais problemas de funcionamento dos equipamentos;
- Reforma da Subestação Principal da UFJF, visando à modernização e melhoria da segurança;
- Viabilização da ligação da Subestação da Faculdade de Medicina para funcionamento da Área de Eventos;
- Revisão e realização de contratos de manutenção de elevadores na UFJF.

Como conclusão, o ano de 2016 foi de levantamento das inúmeras obras paralisadas e suas pendências judiciais. Ainda, a demanda por informação aos órgãos de controle foram marcantes.

¹¹Laboratório de informática para uso acadêmico.

7.2 Sustentabilidade, Transporte, Suprimentos e outras ações

7.2.1 Sustentabilidade

A Coordenação de Sustentabilidade foi criada com o intuito de trazer uma cultura mais ampla para a comunidade acadêmica no que se refere ao crescimento sustentável da UFJF. A proposta é disseminar a ideia de que podemos ter um crescimento físico, mas temos que aliar a isso a forma sustentável de utilização de todos os recursos, quer sejam financeiros, materiais ou humanos.

O conceito de sustentabilidade está normalmente relacionado com uma mentalidade, atitude ou estratégia que é ecologicamente correta, viável em nível econômico, socialmente justa e com uma diversificação cultural.

A complexidade de implantação das ações ligadas ao trabalho nas áreas de sustentabilidade está relacionada ao fato de que essas ações envolvem alterações de hábitos institucionais e pessoais e, portanto, devem acontecer paulatinamente com a conscientização de cada um, com benefício para o bem comum. Para que a Universidade Federal de Juiz de Fora se torne sustentável, são necessários o respeito, a parcimônia e o compromisso, não só com o meio ambiente e seus recursos, mas também com os recursos humanos e com o patrimônio material que é adquirido com dinheiro público.

Alguns exemplos de ações da Coordenação de Sustentabilidade, no ano de 2016, são representativos:

- Campanha de reaproveitamento de material de descarte: cerca de 150 a 200 peças, como móveis, materiais de escritório, armários e bebedouros, descartados por unidades da UFJF, estão sendo disponibilizados para setores internos da instituição, através da campanha de reaproveitamento, promovida pela Coordenação de Sustentabilidade. A ação tem como objetivo a redução do acúmulo e uma redistribuição eficiente dos objetos.
- Projeto piloto de coleta seletiva no *campus*: a Coordenação de Sustentabilidade da UFJF inicia um projeto piloto de coleta seletiva, que visa a estabelecer a logística do recolhimento desses materiais na Universidade. Junto da iniciativa, também foi lançado o site do setor - <http://www.ufjf.br/sustentabilidade/>, permitindo que a comunidade acompanhe essa e outras ações propostas.
- Recuperação de cadeiras de escritório: as unidades acadêmicas e administrativas interessadas em solicitar a troca ou a recuperação de cadeiras do tipo escritório devem entrar em contato com o setor de Sustentabilidade da Pró-reitoria de Infraestrutura (PROINFRA). Para isso, é preciso enviar e-mail para sustentabilidade@ufjf.edu.br informando o número de cadeiras a serem retiradas para conserto.

Desde 2016, a equipe de Sustentabilidade tem trabalhado na manutenção desses móveis e já recuperaram cerca de 200 cadeiras. Segundo o setor, o serviço feito até agora representa uma economia de, aproximadamente, R\$ 20 mil em compras pela UFJF. A intenção é tornar a manutenção permanente, preservando o patrimônio.

A distribuição das 200 cadeiras recuperadas será feita dando prioridade às aquelas unidades que tiverem peças para conserto, facilitando, portanto, a troca dos móveis.

7.2.2 Transporte

Um setor de suma importância para o cotidiano da Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF) é a Gerência de Transporte, pois o órgão é estratégico, tanto para a movimentação de pessoas (professores, técnico-administrativos em educação, alunos e funcionários terceirizados), como para o transporte de materiais e suprimentos, como, por exemplo, no auxílio às atividades de vigilância e manutenção.

Devido ao seu caráter estratégico, foi contratada uma consultoria junto à empresa “OPT Soluções, Comércio de Produtos e Serviços Automotivos”, incubada no Centro Regional de Inovação e Transferência de Tecnologia (CRITT) da UFJF, para desenvolvimento de trabalhos de monitoramento e gerenciamento do transporte, que, entre outros serviços, sistematizou todas as informações disponíveis nesta reportagem. Já em fase final, a Gerência de Transporte organiza um Manual de Procedimentos para o setor, que irá contemplar questões sobre o uso dos veículos, horários de saídas e retornos, entre outros, para ser submetido à discussão da comunidade universitária e aprovação pelo Conselho Superior (CONSU). A divisão de transporte é composta por uma frota própria de 111 automóveis, divididos entre veículos de passeio, ônibus, micro-ônibus, vans, caminhões, utilitários, entre outros. Entre o período de janeiro a outubro de 2016, essa frota rodou 740.419 quilômetros – o que corresponde a uma média de 74.042 quilômetros por mês. No mesmo período, foram atendidas 1.898 requisições de viagem.

Com relação aos destinos dos trajetos, a cidade do Rio de Janeiro apresenta-se como destaque, com 33% das viagens realizadas (628). Já Goianá, na Zona da Mata Mineira, ficou com 15% (290), seguida por Belo Horizonte, com 9% (170) e Governador Valadares, sede do *campus* avançado da Universidade, com 6% (119).

Com a ampliação dos programas de mestrado e doutorado da UFJF, a movimentação no setor de transporte também é percebida. Das 1.898 viagens realizadas no período de janeiro a outubro de 2016, 791 foram para atender aos programas de pós-graduação e à própria Pró-Reitoria, que representa 42%.

Todo o processo de movimentação de pessoas e materiais no âmbito da UFJF é realizado pela equipe de técnicos e terceirizados lotados na Gerência de Transporte, que conta com quatro TAEs e 42 profissionais terceirizados (motoristas, motociclistas, encarregados do pátio, lavadores, dentre outros).

7.2.3 Suprimentos

A Coordenação de Suprimento (COSUP) é responsável pelas compras, almoxarifado e patrimônio da UFJF, no ano de 2016, realizou:

- Dispensas e Inexigibilidades - 163
- Pregões eletrônicos - 179

- Importações - 8
- Concorrências - 5
- Caronas - 12
- Tomada de preços - 2
- RDC - 1

Importante salientar, que a COSUP, pela Gerência de Patrimônio, inicia estudos para aprimoramento das ações de gerenciamento do patrimônio mobiliário. Sobre o registro de imóveis, aprimoramentos deverão ser implantados para melhoria das informações nos sistemas federais, mas, fundamentalmente procedimento para lançamentos de obras já realizadas, objetivando uma revisão nos ativos permanentes da UFJF.

7.2.4 Outras ações

Algumas outras ações substantivas da PROINFRA foram realizadas em 2016, como:

- Contratação do Levantamento topográfico georreferenciado pelo INCRA da Fazenda do Engenho, localizada em Chapéu d'Uvas para atendimento de solicitação de órgãos de controle;
- Identificação das invasões nas divisas do Jardim Botânico;
- Provimento de informações para Ação Judicial da AGU contra os danos causados ao prédio da Av. Rio Branco, 3.460, em Juiz de Fora/MG;
- Ações para efetivação do convênio entre UFJF e a Prefeitura de Juiz de Fora para questões do trânsito no *campus* da UFJF, a partir de demandas do Ministério Público Federal, em tramitação iniciada em 2012;
- Tratativas para o acordo entre a UFJF e a CESAMA, Companhia de águas da Prefeitura de Juiz de Fora relativas a possíveis débitos referentes a consumo de água e disponibilidade de reservatórios da CESAMA no *campus*;
- Encaminhamentos para instalação dos microscópios de varredura (demanda pendente com CNPq);
- Gestões para solução de equipamentos adquiridos pelas administrações anteriores, em especial das cancelas eletrônicas e pilares automáticos, que estavam armazenadas incorretamente em uma empresa de transporte. As cancelas, 25 unidades, estão em fase de instalação. Já sobre os pilares hidráulicos, restão sendo realizadas análises de viabilidade de execução de doação. Além de encaminhamento de ação judicial contra a empresa CAME DO BRASIL LTDA, fornecedora dos equipamentos por importação direta, que entre as suas atribuições, é responsável pela instalação dos equipamentos e se recusou formalmente realizar os serviços;

- Rescisão do contrato com a Empresa Gérence, até então responsável pelo gerenciamento das obras no *campus* de Governador Valadares.

7.3 Bibliotecas

7.3.1 Adequação da infraestrutura

O Sistema de Bibliotecas da Universidade Federal de Juiz de fora é gerenciado pelo Centro de Difusão do Conhecimento (CDC/UFJF), órgão que administra o sistema, o qual é composto por dezoito bibliotecas, sendo dezesseis localizadas no Campi Juiz de Fora (MG) e duas no *Campus* Avançado de Governador Valadares. Com esse quantitativo de bibliotecas, toda comunidade acadêmica pode contar com o apoio na mediação do processo de ensino-aprendizagem, por meio do acervo impresso e digital, bem como no auxílio à pesquisa e aquisição do conhecimento, além dos demais serviços oferecidos à comunidade interna e externa, tais como: comutação bibliográfica; auxílio à normalização de trabalhos acadêmicos; treinamentos para acesso aos conteúdos de bases de dados; acesso à internet via rede wifi; acesso a um infocentro com sessenta computadores; empréstimo domiciliar de materiais bibliográficos e *netbooks* e *tablets*; reprodução de dados por meio de *scanners* planetários e muitos outros.

Uma dificuldade encontrada é o fato de que algumas das bibliotecas dispõem de um espaço físico aquém do necessário. O setor considera as duas bibliotecas do *Campus* Avançado de Governador Valadares como as que apresentam o pior quadro, uma vez que estão em um espaço compartilhado com outras instituições, o que gera diversos problemas. Tal dificuldade compromete o crescimento e a atualização das bibliotecas da UFJF. Outra ponto é a segurança do acervo, pois hoje somente duas das dezoito bibliotecas possuem sistema de segurança antifurto. Além disso, ainda se reporta um déficit de recursos humanos, pois as bibliotecas da UFJF, para melhor atenderem às necessidades informacionais dos usuários, funcionam, em sua grande maioria, em três turnos, exigindo por isso um quantitativo significativo de servidores.

Com relação à segurança do acervo, foram adquiridos quinze portais antifurto, os quais serão instalados no primeiro semestre de 2017. Quanto aos recursos humanos, o CDC/UFJF, solicitou junto à PROGEPE/UFJF a reposição de servidores efetivos e ao gestor do contrato de terceirizados que seja feito um aditivo ao já existente. Quanto ao espaço físico, principalmente do *campus* de Governador Valadares, os gestores têm ciência do problema e têm pensado em adquirir um imóvel para que possa resolvê-lo.

7.3.2 Funcionalidade

A função primordial do sistema de bibliotecas da UFJF, o CDC/UFJF, é promover apoio informacional em todos os suportes a professores, estudantes, pesquisadores e à comunidade em geral, auxiliando no desenvolvimento das atividades de ensino, pesquisa e extensão da Universidade Federal de Juiz de Fora. Nesse sentido, na autoavaliação do setor, estima-se que este papel é cumprido, dentro das possibilidades e aproveitando as potencialidades do CDC.

As dificuldades, no ano de 2016 dizem respeito, principalmente, à impossibilidade de conclusão de metas traçadas com relação à atualização do acervo bibliográfico do *Campus* Juiz de Fora, por falta de recursos financeiros e de recursos humanos na execução de projetos traçados - isso em decorrência da greve dos TAE's.

7.3.3 Estado de conservação

De maneira geral, as bibliotecas apresentam um bom estado de conservação. Existem alguns problemas pontuais em alguns prédios que, embora tenham sido construídos a pouco tempo, apresentam algumas falhas, por exemplo, a biblioteca dos cursos de Odontologia e Farmácia apresenta infiltrações, inclusive, em caso de chuva forte, há, quase sempre, inundações.

Para 2017, pretende-se zelar pelo espaço que ocupado e agir preventivamente aos problemas, sempre que possível. Sempre que há alguma intercorrência, são acionados os setores responsáveis pela manutenção. Quando é um caso mais sério, como foi o da biblioteca supracitada, informa-se imediatamente ao gestor da unidade, para as providências cabíveis, pois o CDC não possui autonomia para tal.

7.3.4 Características gerais das bibliotecas em termos de infraestrutura física

As bibliotecas da UFJF, de uma maneira geral têm boas condições de iluminação e ventilação e acústica. O mobiliário pode-se dizer que pode são, em grande parte precisam melhorar. As condições de limpeza são boas também. Cada biblioteca dispõe de uma equipe de limpeza, cedida pela unidade a qual a mesma está vinculada, que executa diariamente as tarefas de limpeza e conservação.

Algumas das bibliotecas apresentam problemas com relação ao conforto térmico. Dependendo da época do ano, os espaços podem ser excessivamente quentes ou frios. O mobiliário de grande parte das bibliotecas não é o mais adequado, sendo na maioria das vezes improvisado, principalmente no espaço destinado aos servidores que efetuam o atendimento.

Existem projetos que prevem a adequação do mobiliário das bibliotecas da Economia, da Letras e do ICB e IAD, as quais apresentam maiores inadequações.

7.3.5 Espaço físico

A grande maioria das bibliotecas da UFJF - no *Campus* Sede - dispõe de ótimo espaço de pesquisa para alunos, primordialmente, o estudo individual, como o caso da Biblioteca Central, da Exatas, da Economia, do ICH, do ICB, do IAD, da Letras, do Direito.

Em 2016, o espaço da Biblioteca do Instituto de Ciências Biológicas (ICB) foi ampliado, sendo agora abrigado em outro prédio.

Algumas bibliotecas do sistema têm espaço físico muito reduzido, o que inviabiliza ou não atende plenamente às necessidades dos usuários.

As perspectivas de alteração ou ampliação do espaço para postos de estudo individual e em grupo das bibliotecas da UFJF são remotas, levando-se em conta o cenário atual

das universidades públicas brasileiras, embora haja projetos para mudança de *layout* de algumas delas, de forma a melhorar esse aspecto negativo.

7.3.6 Horários e calendários das bibliotecas

Os horários de funcionamento das bibliotecas da UFJF são pensados de forma a acompanhar o calendário acadêmico. Todas elas as bibliotecas funcionam ininterruptamente durante os três turnos (matutino, vespertino e noturno), de forma que toda comunidade acadêmica a elas vinculadas tenha suas necessidades informacionais plenamente atendidas.

Em duas bibliotecas do sistema, por escassez de recursos humanos, o período noturno não é cumprido integralmente, havendo uma redução de 1 ou 2 horas.

Faz-se necessária a ampliação do quadro de pessoal.

7.3.7 Equipamentos

Todas as bibliotecas são equipadas com bons equipamentos, atendendo perfeitamente, tanto os servidores, para desenvolverem tarefas e operações necessárias, quanto o usuário que procura as bibliotecas para o apoio informacional.

A principal dificuldade reside na manutenção dos equipamentos, principalmente no que diz respeito à reposição de peças.

Está em análise, por parte da gestão superior, uma proposta de manutenção dos *scanners* planetários e dos *tablets* e *netbooks*, os quais, devido à grande utilização, acabam se depreciando com rapidez.

7.3.8 Organização e informatização e atualização do acervo

A organização dos acervos das bibliotecas da UFJF, como grande parte das bibliotecas universitárias brasileiras, segue os procedimentos, normas e as rotinas dos padrões nacionais e internacionais para catalogação e classificação, através do Código de Catalogação Anglo Americano (CCAAR-2), Classificação Decimal Universal (CDU), respectivamente, portanto, perfeitamente adequada.

Com relação à consulta e empréstimos realizados em 2016, considera-se bastante adequados, pois foram efetuados 300.409 empréstimos de materiais em todo o sistema de bibliotecas e considerando que o ano em de 2016 foi atípico, uma vez que houve um período de 52 dias de greve dos TAE's, no qual não foram efetuados empréstimos.

No ano de 2016, tivemos dificuldades para a atualização do acervo, haja vista que a demanda de bibliografia anteriormente levantada, em grande parte, não foi adquirida, por ausência de recursos. As demandas das bibliotecas de Governador Valadares foram parcialmente atendidas. Prevê-se um novo levantamento de demandas a encaminhar aos gestores para análise da possibilidade de liberação de recursos.

Quanto à dispobibilidade de bibliografia obrigatória ou recomendada em relação à demanda, entre 2012 e 2013 investiu-se cerca de R\$ 2.386.286,08 na aquisição de material bibliográfico, destinados à bibliografia básica e complementar das bibliotecas da UFJF, o

que proporcionou uma melhoria significativa nesse aspecto. Porém, no *Campus GV* ainda se observa alguma carência nesse aspecto.

Não existe uma ferramenta que permite a mensuração do acervo existente e o grau de consonância com as bibliografias constantes nos projetos pedagógicos. O novo *software* que está sendo adquirido vai minimizar essas inconsistências e permitir que se consiga mais precisão nas buscas.

7.4 Gestão do Conhecimento

Segundo informações do setor, o ano de 2016 foi interessante do ponto de vista de aquisições: o CGCO vinha sofrendo com falhas operacionais em equipamentos essenciais no suporte às atividades da Universidade. No final do ano, foi feita uma licitação de equipamentos para resolução dos problemas.

O setor considera a indefinição da estrutura da TI na UFJF como um problema. Internamente, a falta de Funções Gratificadas impede os profissionais de assumirem funções gerenciais, além de ser limitador para formação de novos gestores estratégicos.

Existe a necessidade de se aumentar o desempenho da gestão da organização utilizando a TI de forma estratégica para, por exemplo, obter informações corretas para a tomada de decisões gerenciais, gerir o conhecimento organizacional, aumentar a transparência da gestão, fornecer mecanismos de gestão participativa, diminuir a demanda por atendimentos presenciais e otimizar o uso de recursos materiais e de capital humano da instituição. Os órgãos de controle, como TCU e CGU, além do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, reconhecem a TI como atividade essencial para continuidade do negócio e evolução dos processos organizacionais.

A administração reconhece a necessidade de fortalecimento da TI na UFJF e vem trabalhando para solucionar esse problema. A implantação do Escritório de Processos foi fundamental para que a TI pudesse ter um detalhamento maior sobre os sistemas que são desenvolvidos. O Comitê de TI, instituído pela Resolução nº22/2015 - CONSU teve suas primeiras reuniões e o principal encaminhamento foi a elaboração do PDTI. A Instrução Normativa nº04/2014, em seu art. 2º, inciso XXVII, define o Plano de Desenvolvimento de Tecnologia da Informação e Comunicação (PDTI) como sendo *instrumento de diagnóstico, planejamento e gestão dos recursos e processos de Tecnologia da Informação que visa atender às necessidades tecnológicas e de informação de um órgão ou entidade para um determinado período*.

Na autoavaliação do setor, considera-se que faltam investimentos em capacitação e o fato desse cenário estar associado à unidade de Tecnologia de Informação (TI), é incoerente dada a velocidade das mudanças tecnológicas e o aumento constante da demanda por novos serviços de TI.

As atividades desempenhadas pelo CGCO exigem constante capacitação dos seus profissionais para acompanhar o desenvolvimento das tecnologias e oferecer serviços melhores e mais seguros, por isso é necessário investir mais em cursos de capacitação que contemplem a maioria dos colaboradores, podendo estes serem oferecidos in house ou à distância.

A necessidade de capacitação torna-se mais aparente na medida em que a demanda por

novos recursos de tecnologia da informação aumenta, uma vez que a gestão e a manutenção de tais recursos se tornam mais complexas. Do ponto de vista da inovação, o CGCO liderou o desenvolvimento de soluções, como a catraca do Restaurante Universitário e a Webconferência. Além disso, trabalha em um aplicativo móvel institucional que foi inspiração para o surgimento do Programa *Startup* UFJF.

7.5 *Campus* Avançado de Governador Valadares

O *Campus* Governador Valadares no ano de 2016 iniciou a implementação de uma série de medidas relacionadas aos objetivos do planejamento pontuado no PDI 2016-2020 da UFJF em seu item 1.5. f) “*Consolidar o desenvolvimento do Campus de Governador Valadares*”, páginas 35-37, a saber:

- No ano de 2016, o *Campus* foi incluído no Regimento da UFJF, contemplando a criação de duas Unidades Acadêmicas e uma estrutura de Direção Geral do *Campus*, com finalidades administrativas em GV (tópicos 1 e 11 do item 1.5 f do PDI);
- Para cada uma das três estruturas foram eleitos pela comunidade acadêmica local um diretor e um vice-diretor, cada direção possuindo cadeira com voz e voto no CONSU da UFJF (contemplando os tópicos 1, 4, 7 e 11 do item 1.5 f do PDI);
- Foi criada uma comissão de reestruturação administrativa do *Campus* para a adequação organizacional dos setores, a fim de otimizar a gestão conjunta dos Campi. Tal comissão finalizou, em 2016, seu parecer, já apresentado à direção do *Campus*, que a remeterá à PROPOF em fevereiro de 2017 para apreciação e, em seguida, será levada ao Conselho Gestor do *Campus* para apreciação e aprovação (atendendo em parte aos tópicos 1 e 12 no item 1.5 f do PDI);
- Em 2016, houve adequações nos contratos dos imóveis alugados e serviços contratados em GV, além da contratação de novos espaços e serviços, com ampliação de alguns itens, para atender demandas de acesso à internet, funcionamento das bibliotecas, salas de informática, laboratórios de aula, Farmácia Escola, Clínica da Fisioterapia e Núcleo de Práticas Jurídicas. Ademais, conseguiu-se a cessão de terreno junto à União para a construção de espaço voltado a atender as demandas da Nutrição e Farmácia, além de, para o atendimento aos cursos de Odontologia, Educação Física e Economia, ter sido feita chamada pública, a qual está em fase de contratação dos espaços. Entretanto, ainda é necessário que se tomem medidas para aquisição/locação de outros imóveis para garantir o funcionamento integral dos cursos, bem como fornecer melhores condições de trabalho e estudo aos servidores e estudantes do *Campus* GV, especialmente no que diz respeito às clínicas da Odontologia (atendimento parcial aos tópicos 2, 3, 5 e 10 do item 1.5 f do PDI);
- Foram adquiridos, em 2016, de acordo com o recurso disponível, materiais permanentes, de consumo e livros para avançar na adequação dos recursos acadêmicos e

pedagógicos disponíveis no *Campus* (atendimento parcial ao tópico 5 do item 1.5 f do PDI);

- A Coordenação Acadêmica do *Campus* GV integrou esforços para a organização de uma proposta de curso de mestrado profissional de ensino em Biologia (polo de um programa multicêntrico), aprovada em dezembro de 2016 pela CAPES, visando a atender demanda regional de Aperfeiçoamento dos recursos docentes de Biologia da rede pública de ensino de Governador Valadares e cidades vizinhas, com previsão de início de atividades em 2017/2 (atendimento parcial ao tópico 20 do item 1.5 f do PDI);
- Algumas pró-reitorias acadêmicas da UFJF passaram a ter setores específicos de apoio em GV, como os setores de pesquisa, pós-graduação e extensão, que interagem com a PROPP e a PROEX, o setor de apoio estudantil, que interage com a PROAE, e o setor de graduação e estágios que interage com a PROGRAD (atendimento parcial ao tópico 13 do item 1.5 f do PDI).

Dessa forma, durante o ano de 2016, houve um importante progresso no sentido de alcançar os objetivos propostos do PDI 2016-2020, contemplando o planejamento da Universidade, que deve seguir evoluindo, nos próximos anos, com os avanços necessários para uma completa implementação das atividades acadêmicas e administrativas do *Campus* GV.

8 Considerações finais

O presente Relatório Parcial de Autoavaliação Institucional consistiu na compilação das informações institucionais - coletadas junto a diversos setores da UFJF através de formulários eletrônicos específicos.

Com exceção do PDI, não existem outros planos de gestão ou metas, não sendo possível aferir, a partir dos dados coletados, a adequação da gestão ao cumprimento dos projetos. Segundo a PROPOF, os órgãos colegiados funcionam com atribuições adequadas.

A gestão estratégica para antecipar problemas e soluções encontra-se ainda incipiente. A circulação de informações é tida como positiva pela administração, mas carece de descentralização. A gestão não está orientada para resultados e processos, por conta de cultura organizacional pouco afeita a metas e trabalhos em grupos. É informada a existência de assessoramento, com níveis razoáveis de participação. Os sistemas de arquivo e registro não são eficientes para dar conta das funções da instituição. Há dificuldades com procedimentos e manuais, sendo que está sendo analisado fluxo de processos.

A administração informa que os órgãos colegiados funcionam, permitindo a participação e a democracia interna, pelo regimento da proporcionalidade. Apesar da existência de organograma institucional, este é complexo e a hierarquia apresenta falhas.

Na questão dos indicadores de qualidade da instituição definidos pelo Instituto Nacional de Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP), a UFJF obteve índice 4 pelo IGC em 2016, numa escala de 1 a 5. Neste quesito, ressalte-se o suporte fornecido pela Diretoria de Avaliação nos processos de avaliação externos, como ENADE (cujo resultado será divulgado no fim do ano de 2017) e visitas *in loco* de avaliadores externos, nas quais se relatou a necessidade de mais atenção à autoavaliação institucional e às ações decorrentes destas.

Com relação aos processos de Avaliação Institucional, apresentam-se aqui alguns pontos, confrontados com o proposto no PDI:

- O PDI previa que, a partir de 2016, seria implementado o questionário de avaliação da CPA, com objetivo de aferir a percepção da comunidade acadêmica sobre a avaliação e suas dimensões, e a avaliação das atividades acadêmicas, a ser aplicado entre docentes e discentes, com objetivo de diagnosticar a qualidade de ensino, pesquisa e extensão diretamente com os envolvidos nos processos educacionais. Ademais, previa a ampliação do quadro de pessoal para atendimento dessas demandas;
- Para a CPA, previa-se a reformulação de seu regimento, assimilando a criação do *Campus GV*, a participação da CPA na revisão e atualização do PDI, a criação de uma subcomissão autônoma no *Campus GV*, nos mesmos moldes e trabalhando de forma articulada, além da definição e consolidação do canal de diálogo com a PROGRAD, a CDARA e a Procuradoria Institucional;
- O regimento da CPA foi reformulado, incorporando o *Campus Avançado*, com a criação de uma comissão exclusiva de Governador Valadares. Ocorrido o processo eleitoral com o regimento aprovado pelo CONSU, foi designada uma equipe com alto grau de renovação;

- A Diretoria de Avaliação Institucional promoveu uma série de eventos visando à sensibilização da comunidade acadêmica e à capacitação da CPA para os processos de autoavaliação - o que não estava previsto no PDI - e diagnosticou a necessidade de garantir espaço físico próprio e de ampliar o quadro de pessoal para atender às demandas do setor;
- Encontra-se em desenvolvimento pelo CGCO um módulo de avaliação incorporado ao sistema de gestão acadêmica interna (SIGA), que permitirá a coleta de dados da comunidade universitária por meio de formulários eletrônicos. A implementação de tais questionários era prevista para 2016, o que não ocorreu, dentre outras razões, devido ao contexto institucional citado.

A CPA não se propôs aqui a realizar qualquer análise aprofundada sobre as informações - limitando-se a compilar o conjunto de relatos autoavaliativos elaborados pelos diversos setores. Ao longo do texto, são apresentadas as principais ações e dificuldades relacionadas a cada Eixo de Avaliação, assim como ações propostas pelos órgãos consultados para execução no ano de 2017.

